



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA**  
**Campus de Presidente Prudente**  
**Centro de Estudos de Geografia do Trabalho**  
**Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde**

---



GABRIEL VITOR NASCIMENTO FERREIRA

ORGANIZAÇÃO E RESISTÊNCIA DO TRABALHO NO AGROHIDRONEGÓCIO  
CANAVIEIRO NO PONTAL DO PARANAPANEMA (SP)

Presidente Prudente - SP

Dezembro de 2018



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA**  
**Campus de Presidente Prudente**  
**Centro de Estudos de Geografia do Trabalho**  
**Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde**

---



GABRIEL VITOR NASCIMENTO FERREIRA

**A ORGANIZAÇÃO E RESISTÊNCIA DO TRABALHO NO  
AGROHIDRONEGÓCIO DO PONTAL DO PARANAPANEMA (SP)**

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior

Presidente Prudente – SP  
Dezembro de 2018

F383o Ferreira, Gabriel Vitor Nascimento  
Organização e resistência do Trabalho no Agrohidronegócio  
Canavieiro no Pontal do Paranapanema (SP) / Gabriel Vitor  
Nascimento Ferreira. -- Presidente Prudente, 2018  
143 p. : il., tabs., fotos, mapas + 1 CD-ROM

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Geografia) -  
Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências  
e Tecnologia, Presidente Prudente  
Orientador: Antonio Thomaz Junior

1. Relações de trabalho no agrohidronegócio canavieiro. 2.  
Sindicatos. 3. Saúde dos trabalhadores. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da  
Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Dados fornecidos pelo  
autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

## DECLARAÇÃO

**GABRIEL VITOR NASCIMENTO FERREIRA**, RG. 43.583.440-X, cumpriu sob minha orientação, 180 horas de Estágio Supervisionado e Trabalho de Graduação do Curso de Bacharelado em Geografia, desta Faculdade.




Título de Monografia: "**ORGANIZAÇÃO E RESISTÊNCIA DO TRABALHO NO AGROHIDRONEGÓCIO NO PONTAL DO PARANAPANEMA - SP**".

A Monografia foi apresentada, em defesa pública, no dia **20 de Dezembro de 2018**, às 15h00min, na sala de Reuniões do Departamento de Geografia.

Após as arguições e defesa do(a) candidato(a), foi atribuída a nota

10,0 ( dez ).

Presidente Prudente, 20 de Dezembro de 2018.

BANCA AVALIADORA	ASSINATURAS
Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior (Orientador)	
Dr. Guilherme Marini Perpetua	
Mestrando. Fredi dos Santos Bento	

GABRIEL VITOR NASCIMENTO FERREIRA

A ORGANIZAÇÃO E RESISTÊNCIA DO TRABALHO NO  
AGROHIDRONEGÓCIO DO PONTAL DO PARANAPANEMA (SP)

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Geografia, da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior

Departamento de Geografia, FCT/UNESP

Banca Examinadora:

- Prof. Dr. Guilherme Pilar Marini Perpetua. Pós-doutorando em Geografia pela FCT-UNESP. Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) e do Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde (CETAS).
- Mestre Fredi dos Santos Bento. Doutorando em Geografia pela FCT-UNESP. Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) e Centro de Estudos dos Trabalho, Ambiente e Saúde (CETAS).

Presidente Prudente, 20 de dezembro de 2018.

Dedico esta monografia à Trindade Santa, o Senhor que venceu a morte e as injustiças, meu falecido pai, Valdeci Ferreira, homem trabalhador e simples, minha mãe, exemplo de vida e de mulher batalhadora, Cecília Ferreira, e minha esposa, companheira para vida inteira, Luana Ferreira. E dedico também este trabalho à todos os trabalhadores e trabalhadoras deste mundo que lutam e trabalham diariamente para colocar o pão de cada dia nas mesas de suas respectivas famílias.

## AGRADECIMENTOS

“Combati o bom combate, terminei a minha corrida, conservei a fé” –  
Bíblia Sagrada, 2 Timóteo, 4: 7

Esta monografia representa o fim de um ciclo para mim, ciclo este que pude aprender muito, fazer novas amizades, aprender a valorizar mais ainda a família e os amigos. Esta monografia foi fruto de muito trabalho, e sem a ajuda de tantos que me estenderam a mão, que me apoiaram e incentivaram, não teria sido possível concluí-la. Destaco também as dezenas de trabalhadores entrevistados e os profissionais da área da saúde, que não hesitaram em contribuir para que este trabalho fosse realizado. Para evitar deixar de mencionar algum, externo os meus agradecimentos e ênfase que este trabalho se tornou possível graças à vocês.

Ao longo da realização da monografia tive que lidar com uma série de obstáculos e desafios que surgiram na medida que as atividades de pesquisa se desenrolavam, sejam dificuldades de ordem financeira, sejam dificuldades metodológicas e teóricas referentes ao plano de trabalho da monografia e da pesquisa científica que desenvolvo no âmbito do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) e Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde (CETAS) sob a orientação do professor Dr. Antonio Thomaz Junior; sejam dificuldades e obstáculos gerais, que em algum momento fizeram com que eu tivesse que (re)avaliar muitas coisas e agir com calma, serenidade, sabedoria e paciência. Nestes momentos de dificuldades e obstáculos a ação constante do Senhor da Vida, a Trindade Santa (Pai, Filho e Espírito Santo), me guiando, conduzindo e me concedendo sabedoria e discernimento para conseguir lidar e superar todos os desafios, dificuldades e problemas que ocorreram ao longo do ano de 2018 foi decisiva, assim como a presença da minha amiga e esposa, Luana Ferreira, e minha mãe, Cecília Marisa Nascimento Ferreira, exemplo de vida e luta para mim; foram fundamentais ao me apoiarem e incentivarem nos momentos mais difíceis, quando pensei em desistir. Amo vocês!

Não poderia deixar de salientar a presença importante dos amigos ao longo da minha vida acadêmica e pessoal, sobretudo as verdadeiras amizades e laços de camaradagem que construí ao longo da graduação. São amigos da graduação e companheiros do grupo de pesquisa, que além de terem ajudado direta ou indiretamente

para que esta monografia fosse possível de ser concluída, são pessoas que eu confio muito e que me ensinaram inúmeros aspectos sobre a vida acadêmica, a solidariedade, consciência de classe, bem comum e fé, ou seja a crença que é possível transformar as estruturas e situações neste mundo, ao invés de apenas buscar compreendê-las. Aos amigos Alexandre Abate e Ritielle Cristina Aparecido, que inclusive foram meus padrinhos de casamento, meus agradecimentos pelo companheirismo e amizade.

Aos companheiros e amigos do grupo de pesquisa Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) e Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde (CETAS) os meus agradecimentos pelo companheirismo, amizade, camaradagem, os ensinamentos, as risadas compartilhadas e toda a contribuição que vocês tiveram para com a minha formação não apenas enquanto profissional, pesquisador e professor, mas como ser humano, ser integral. Direciono meus agradecimentos específicos para o Dr. Guilherme Marini, que além de um grande companheiro de pesquisa que admiro pela inserção acadêmica e cuidado que tem para com os amigos e família, me ajudou muito na conclusão do relatório da FAPESP e monografia. Muito obrigado! Aos companheiros Daniel, Fredi Bento, Giovana, Maria, Gustavo, Messias Cardozo, Joseli Barreto, Tássio Cunha (Baiano), Fernando Heck, Gabriel (Gazinho), Bárbara, Cássia, Sidney e Diógenes os meus agradecimentos pelo companheirismo, amizade, ensinamentos, paciência e camaradagem. Com relação à Agência de Fomento à pesquisa do Estado de São Paulo, externo meus agradecimentos pela oportunidade de desenvolver por quase dois anos pesquisa científica com bolsa de iniciação científica (IC).

Agradeço ao Dr. Guilherme Marini e ao doutorando Fredi Bento por terem aceitado o convite de compor a banca de avaliação desta monografia. Agradeço-lhes pelas correções e contribuições feitas durante a defesa, assim como pelas sugestões para a realização de novas pesquisas.

Por fim agradeço ao Thomaz Antonio Junior. Professor e orientador, muito obrigado por todas palavras de incentivo e por acreditar em mim! O maior problema do Brasil são as desigualdades sociais e econômicas e o modelo de sociedade e produção que é injusto por natureza, desta forma, suas ações de proporcionar oportunidades e acreditar nos seus orientandos demonstra que aquilo que o senhor acredita, uma sociedade que supere a barbárie do metabolismo societal do capital e exploração do trabalho alheio, o senhor prega e defende não apenas com palavras, mas com suas ações. Externo os meus agradecimentos e minha admiração. Aprendi muito com o



senhor e com os nossos companheiros. O seu auxílio foi, enquanto orientador, foi imprescindível para esta monografia pudesse ser concluída e defendida com sucesso!

Muito obrigado a todos!

## Resumo

A transição tecnológica em curso no agrohidronegócio canavieiro, Pontal do Paranapanema, como parte da reestruturação produtiva do capital se materializa mediante intensa mecanização do corte e do plantio e fundamentada no modelo químico-dependente. Os desdobramentos na saúde do trabalhador, coletiva, os acidentes de trabalho, as doenças ocupacionais, e os danos ambientais, também atingem a organização política, ou os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR's). O reordenamento territorial provocado pela expansão da monocultura da cana-de-açúcar tem amplificado as contradições sociais em um território marcado historicamente por conflitos fundiários, o que nos estimula a estabelecer correlações entre o processo saúde-doença dos trabalhadores, as formas de resistência, as lutas protagonizadas pelos STR's no âmbito da luta de classes no Pontal do Paranapanema. Dessa forma, pretendemos através de procedimentos metodológicos qualitativos e quantitativos, entender de que maneira têm sido afetadas a organização/representação (política, econômica e ideológica) e a saúde dos trabalhadores nos municípios que compõem nosso recorte.

**Palavras-chave:** *transição tecnológica; agrohidronegócio canavieiro; saúde do trabalhador; saúde-doença; sindicato.*

## Abstract

The ongoing technological transition in the sugarcane hydro-agricultural business, Pontal do Paranapanema, as part of the productive restructuring of capital, is materialized through intense mechanization of cutting and planting and based on the chemical-dependent model. Disruptions in workers' health, collective, occupational accidents, occupational diseases, and environmental damage, also affect the political organization, or Rural Workers' Unions (STRs). The territorial reorganization triggered by the expansion of monoculture of sugar cane has amplified the social contradictions in a territory historically marked by land conflicts, which encourages us to establish correlations between the health-disease processes of the workers, the forms of resistance, the struggles carried out by STRs in the context of the class struggle in the Pontal do Paranapanema. Thus, through qualitative and quantitative methodological procedures, we intend to understand how the (political, economic and ideological) organization / representation and the health of the workers in the municipalities that make up our cut have been affected.

**Key-words:** *technological transition; hydro-agricultural business; health of the workers health-disease processes of the workers; unions.*

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Pontal do Paranapanema, e 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente. .....	21
Mapa 2 - Situação jurídica das terras do Pontal do Paranapanema. ....	24
Mapa 3 - Agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema (2017).....	26
Mapa 4 - Localização das agroindústrias desativadas e em funcionamento na 10ª região administrativa de Presidente Prudente.....	51
Mapa 5 - Abrangência de cada sindicato dos trabalhadores rurais e sindicato dos empregados rurais da 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente.....	68
Mapa 6 - Municípios de abrangência de cada Central Sindical e quantidade de trabalhadores filiados por STR. ....	73
Mapa 7 - Municípios de abrangência por central sindical.....	75
Mapa 8 - Expansão da área ocupada com cana-de-açúcar para quatro momentos específicos na 10ª região administrativa de Presidente Prudente.....	98
Mapa 9 - Quantidade de agrotóxicos aplicados na cana-de-açúcar na 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente.....	100
Mapa 10 - Número de afastamentos na 10ª região Administrativa de Presidente Prudente (2012-2017).....	110
Mapa 11 - Número de acidentes de Trabalho na 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente (2012-2017). ....	120

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Imagem do Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho (MP..... .....	29
Figura 2 - Plataforma do Observatório Digital de Saúde e Segurança do trabalho.....	111
Figura 3 - Foto tirada dos medicamentos de trabalhadores adoecidos nos distritos de Presidente Prudente. ....	114

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da área plantada com cana-de-açúcar e cultivos alimentares nos municípios da 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente.....	53
Gráfico 2 - Quantidade de cana produzida no Brasil, no estado de São Paulo, 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente e Pontal do Paranapanema, entre 2003 e 2015. .	54
Gráfico 3 - Quantidade produzida de cana-de-açúcar na 10ª Região Administrativa e no Pontal do Paranapanema, entre 2003 e 2015. ....	56
Gráfico 4 - Opinião dos trabalhadores com relação à ação dos sindicatos.....	80
Gráfico 5 - Agroindústrias que empregam os trabalhadores entrevistados .....	84
Gráfico 6 - Trabalhadores filiados em cada sindicato dos trabalhadores rurais.....	84
Gráfico 7 - Consumo de agrotóxicos e afins (2000 - 2007) .....	102
Gráfico 8 - Comunicações de acidentes de trabalho no município de Caiabu (2012-2017).....	123
Gráfico 9 - Setores econômicos com mais afastamentos em Caiabu (2012- 2017) .....	124
Gráfico 10 - Comunicações de acidentes de trabalho no município de Junqueirópolis (2012-2017) .....	124
Gráfico 11 - Setores econômicos com mais afastamentos no município de Junqueirópolis (2012-2017).....	125
Gráfico 12 - Comunicações de acidentes de trabalho no município de Presidente Prudente (2012-2017).....	126
Gráfico 13 - Setores econômicos com mais afastamentos no município de Presidente Prudente (2012-2017).....	127

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de Trabalhadores filiados aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e Sindicatos dos Empregados Rurais da 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente.....	70
Tabela 2 - Informações sobre os agrotóxicos utilizadas na cultura de cana-de-açúcar:.....	94
Tabela 3 - Riscos dos agrotóxicos para o ser humano e meio ambiente. ....	96

## LISTA DE SIGLAS

ABRACICLO- Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares.  
ANFAVEA- Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores.  
CAI- Complexo Agroindustrial.  
CNPq- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.  
CPT- Comissão Pastoral da Terra.  
CETAS – Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde.  
CEGeT – Centro de Estudos de Geografia do Trabalho  
CEREST – Centro de Referência em Saúde do Trabalhador  
EPI's- Equipamentos de produção individual.  
FERAESP- Federação dos Empregados Rurais Assalariados do estado de São Paulo.  
FETAESP- Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado de São Paulo.  
FETRAGRO - Federação Estadual dos Trabalhadores e Empregados na Agricultura do Estado de São Paulo.  
IAA- Instituto de Açúcar e Alcool.  
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.  
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.  
MPT- Ministério Público do Trabalho  
MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.  
PROÁLCOOL- Programa Nacional do Alcool.  
R.A.- Região Administrativa  
SER- Sindicato dos Empregados Rurais Assalariados  
STR- Sindicato dos Trabalhadores Rurais  
SER - Sindicato dos Empregados Rurais  
UNICA- União da Indústria da Cana de Açúcar  
UNIPONTAL- União dos Municípios do Pontal do Paranapanema

# Sumário

<b>Introdução.....</b>	<b>15</b>
<b>Capítulo 1. A Pesquisa: Área de estudo, procedimentos metodológicos e o trabalho.....</b>	<b>19</b>
1.1.O Agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema: conceitos introdutórios e área do estudo. ....	20
1.3. O trabalho abstrato, alienado e estranhado: uma discussão introdutória sobre o trabalho e a cana-de-açúcar. ....	34
<b>Capítulo 2. A Cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema e no Brasil: um breve histórico da territorialização da cana e avanço da expressão da reestruturação produtiva no território do Pontal, a transição tecnológica e organizacional.....</b>	<b>40</b>
2.1. O trabalho e a cana de açúcar: um breve resgate do histórico do monocultivo da cana-de-açúcar no Brasil e na realidade territorial do Pontal do Paranapanema.....	41
2.2. Transição tecnológica no agrohidronegócio canavieiro do Pontal do Paranapanema e desdobramentos para a classe trabalhadora. ....	47
<b>Capítulo 3. Sindicato e trabalho: a reestruturação produtiva do capital, a crise do sindicalismo em suas duas dimensões, e a saúde dos trabalhadores.....</b>	<b>62</b>
3.1. Sindicato, trabalho, crise estrutural do capital e reestruturação produtiva. ....	63
3.2. A relação entre trabalhadores e sindicato: crise do sindicalismo e os rebatimentos na saúde dos trabalhadores. ....	70
<b>Capítulo 04. Trabalho, saúde e sindicato: o processo saúde-trabalho-doença e a tragédia da reestruturação produtiva sobre a saúde do trabalhador.....</b>	<b>90</b>
4.1. Saúde do trabalhador e sindicato: o processo saúde-trabalho-doença e a tragédia da reestruturação produtiva sobre a saúde do trabalhador.....	91
4.2. O processo saúde-trabalho-doença e a tragédia dos sindicatos: a relação entre adoecimentos, acidente de trabalho e intoxicações com a crise do sindicalismo. ....	109
<b>Considerações finais.....</b>	<b>128</b>
<b>Referências.....</b>	<b>133</b>
<b>Apêndices .....</b>	<b>136</b>

### **Canção da foice e o feixe**

Me chamarão subversivo.  
E lhes direi: eu o sou.  
Por meu Povo em luta, vivo.  
Com meu Povo em marcha, vou.

Tenho fé de guerrilheiro  
e amor de revolução.  
E entre Evangelho e canção  
sofro e digo o que quero.  
Se escandalizo, primeiro  
queimei o próprio coração  
ao fogo desta Paixão,  
cruz de Seu mesmo Madeiro.

Incito à subversão  
contra o Poder e o Dinheiro.  
Quero subverter a Lei  
que perverte ao Povo em grei  
e ao Governo em carniceiro.  
(Meu Pastor se faz Cordeiro.  
Servidor se fez meu Rei.)

Creio na Internacional  
das frentes alevantadas,  
da voz de igual a igual  
e das mãos enlaçadas...  
E chamo a Ordem de mal,  
e ao Progresso de mentira.  
Tenho menos paz que ira.  
Tenho mais amor que paz.

... Creio na foice e no feixe  
destas espigas caídas:  
uma Morte e tantas vidas!  
Creio nesta foice que avança  
- sob este sol sem disfarce  
e na comum Esperança -  
tão encurvada e tenaz!

**Antologia Retirante – poemas**  
*Dom Pedro Casaldáliga*



**"O proletariado tem como única arma, na sua luta pelo poder, a organização."**

*(V. I. Lênin)*

## **Introdução**

Esta monografia foi desenvolvida com base nos resultados da pesquisa, em nível de iniciação científica, intitulada "Organização e resistência do trabalho no agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema (SP); a qual foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), entre junho de 2017 à dezembro de 2018. Este projeto de pesquisa está vinculado indiretamente ao projeto de pesquisa Temático desenvolvido pelo coletivo de pesquisadores do Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde (CETAS), denominado "Mapeamento e Análise do Território do Agrohidronegócio Canavieiro no Pontal do Paranapanema-São Paulo-Brasil: Relações de trabalho, conflitos e formas de uso da terra e da água, e a saúde ambiental". Processo: 2012-23959-9, sob a Coordenação do professor: Antonio Thomaz Junior.

A escolha por desenvolver uma pesquisa científica sobre os desdobramentos da transição tecnológica em andamento no agrohidronegócio canavieiro do Pontal do Paranapanema nos sindicatos dos trabalhadores rurais (STR's) e na saúde dos trabalhadores que atuam nas agroindústrias, assim como das populações locais de trabalhadores se explica por dois fatores centrais: as discussões do âmbito do CEGeT acerca da transição tecnológica na produção e nos arranjos organizativos despertaram minha curiosidade de saber mais sobre os processos em curso que afetam direta ou indiretamente a vida de milhares de pessoas da região do Pontal do Paranapanema, que inclusive é a região do Estado de São Paulo que nasci e cresci. Temos noção que compreender a totalidade dos desdobramentos da transição tecnológica em andamento no agrohidronegócio canavieiro na complexa realidade territorial do Pontal do Paranapanema e 10ª Região Administrativa, não é algo possível única e exclusivamente com apenas um estudo acerca da temática em questão, mas pretende-se oferecer contribuições para o debate público no que se refere às questões que tornam a realidade territorial de nosso recorte, e temáticas associadas, tão difícil de compreender. Trata-se de através das provocações teóricas, metodológicas e empíricas, oferecer contribuições, e apresentar ainda mais questionamentos.

Como já vinhamos desenvolvendo pesquisa científica com fomento do Conselho Nacional de Desenvolvimento tecnológico (CNPq) sobre os trabalhadores migrantes no

agrohidronegócio, nos pareceu apropriado apostar em compreender não apenas a questão da migração no setor, mas também a forma que os sindicatos e a saúde dos trabalhadores e populações locais vinha ao longo dos últimos anos sendo afetada pelo avanço do monocultivo da cana-de-açúcar na região. Tal temática se tornou o projeto que venho tocando desde 2017, com o fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e teve como um dos produtos essa monografia. O segundo fator que nos estimulou a optar por pesquisar sobre a forma que os sindicatos e saúde coletiva dos trabalhadores e populações locais vem sendo afetados pelo agrohidronegócio da cana, está diretamente associado com a necessidade de compreender como que dependência para com o modelo agro-exportador, ainda predominante na realidade brasileira, prejudica o desenvolvimento do Brasil, do ponto de vista da soberania nacional, crescimento e desenvolvimento econômico e social, e do ponto de vista da justiça social. Estas questões inquietam por serem tão urgentes e necessárias para fazer com que o Brasil deixe para trás as chagas e amarras do subdesenvolvimentismo e da subalternidade no âmbito da divisão internacional do trabalho e da produção e distribuição da riqueza nacional.

Como recorte territorial delimitamos o Pontal do Paranapanema, com enfoque nos municípios de Caiabu, Presidente Prudente e Junqueirópolis, por serem três exemplos didáticos de cidades com expressivo número de trabalhadores que atuam nas agroindústrias canavieiras da região, e logo proporcionaria que se pudesse compreender, sobretudo com pesquisa empírica, os desdobramentos do avanço da cana no Pontal do Paranapanema na vida dos trabalhadores das populações locais. Destaca-se também que os sindicatos dos trabalhadores rurais de Presidente Prudente e Junqueirópolis são instâncias sindicais que ainda esboçam certa força representativa e número expressivo de filiados, se comparados com o restante dos sindicatos dos trabalhadores rurais da região; logo são interessantes para compreender a forma que os sindicatos vêm sendo afetados pela transição tecnológica e organizacional na cana.

Têm-se como principal objetivo apresentar alguma contribuição mesmo que mínima, a partir da ótica da geografia, para o debate público acerca dos desdobramentos da transição tecnológica (no plantio e na colheita) em curso no Pontal do Paranapanema para a organização dos trabalhadores do setor agroindustrial canavieiro, e de que forma isto tem impactado na saúde da classe trabalhadora que exerce funções nas agroindústrias da região. Dessa forma, se busca o entendimento da maneira que tem sido afetada a organização/representação (política, econômica e ideológica) dos trabalhadores rurais do nosso recorte, compreendida na figura dos STR's (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), com

especial atenção voltada para Presidente Prudente, Caiabu e Junqueirópolis, e como isso tem afetado as condições de trabalho da classe trabalhadora, logo a saúde dos trabalhadores.

Dentre os objetivos específicos que se busca alcançar, destaca-se o entendimento das estratégias do agrohidronegócio canavieiro na captura da subjetividade do trabalhador, assim como a compreensão da forma que a expansão do capital agroindustrial canavieiro está relacionada com as notificações de acidentes de trabalho/intoxicações em nosso recorte espacial. Procura-se também fazer uma análise da forma que os sindicatos dos trabalhadores rurais têm tomado ações preventivas com relação aos acidentes de trabalho/intoxicações, e as ações punitivas para com o patronato em defesa dos trabalhadores, após a concretização dos acidentes de trabalho/intoxicações; revelação da dimensão política, econômica e ideológica dos STR's diante das metamorfoses em curso no mundo do trabalho, em um território marcado historicamente por conflitos entre dois modelos de desenvolvimento na agricultura e pecuária. Por fim, busca-se esclarecer como tem se dado a relação das instâncias sindicais com os trabalhadores.

Esta monografia está organizada em quatro capítulos: o primeiro capítulo denominado *“A Pesquisa: Área de estudo, procedimentos metodológicos e o trabalho”*, proporciona uma visão introdutória que indica a área de estudo, assim como os procedimentos realizados ao longo da monografia. Conclui-se este capítulo com uma discussão conceitual introdutória acerca do trabalho, considerando que este conceito fundamental para um melhor desenvolvimento do restante dos capítulos.

O segundo capítulo intitulado *“A Cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema e no Brasil: um breve histórico da territorialização da cana e avanço da expressão da reestruturação produtiva no território do Pontal, a transição tecnológica e organizacional”*, procura nos fazer uma abordagem inicial sobre a cana-de-açúcar a partir de um breve resgate histórico que remonta ao período colonial. Desta forma, se estabelece um resgate histórico para se compreender como que hoje em dia, com as particularidades do século XXI, a cana-de-açúcar se expande no Pontal do Paranapanema através do agrohidronegócio canavieiro, inclusive incorporando inúmeros elementos do período colonial, como a superexploração da força de trabalho e longas jornadas de trabalho, mesclando-os com o que há de mais “moderno” em tecnologia e arranjos organizacionais, provenientes da transição tecnológica e organizacional.

O terceiro capítulo denominado *“Sindicato e trabalho: a reestruturação produtiva do capital, a crise do sindicalismo em suas duas dimensões, e a saúde dos trabalhadores”*, permite desenvolver um debate conceitual com relação aos sindicatos, e compreender de que

forma estes, entendidos na figura dos sindicatos dos trabalhadores rurais (STR's), vem sendo afetados por processos globais mesclados com particularidades locais do território do Pontal do Paranapanema. Esta tragédia possibilita que se possa desenhar uma conexão entre sindicatos e saúde dos trabalhadores.

O quarto capítulo denominado *“Trabalho, saúde e sindicato: o processo saúde-trabalho-doença e a tragédia da reestruturação produtiva sobre a saúde do trabalhador”*, é desenvolvido a tese de que com o imobilismo, desatenção e enfraquecimento dos sindicatos e leis trabalhistas, se evidencia um avanço como nunca antes, do capital agroindustrial canavieiro sobre a saúde dos trabalhadores, sobretudo através da intensificação do ritmo de trabalho, aumento das jornadas de trabalho e superexploração do trabalho. Desenvolve-se neste capítulo os conceitos de saúde-doença em sua relação com o trabalho, para que se possa entender os acidentes de trabalho, adoecimentos, intoxicações e envenenamentos por contato com agrotóxicos, são expressões de uma ofensiva do capital á nível global que remonta aos anos de 1970, desta vez em ambiente de reestruturação produtiva. No Pontal do Paranapanema este processo global tem como expoente a transição tecnológica e organizacional no agrohidronegócio que busca incorporar na produção e na organização do trabalho uma série de mudanças que impactam direta ou indiretamente na saúde dos trabalhadores.

Por fim finaliza-se a monografia com nossas considerações finais, que basicamente se trata de uma síntese do que consideramos como contribuição para a Geografia, a partir do estudo e pesquisa empírica realizados.

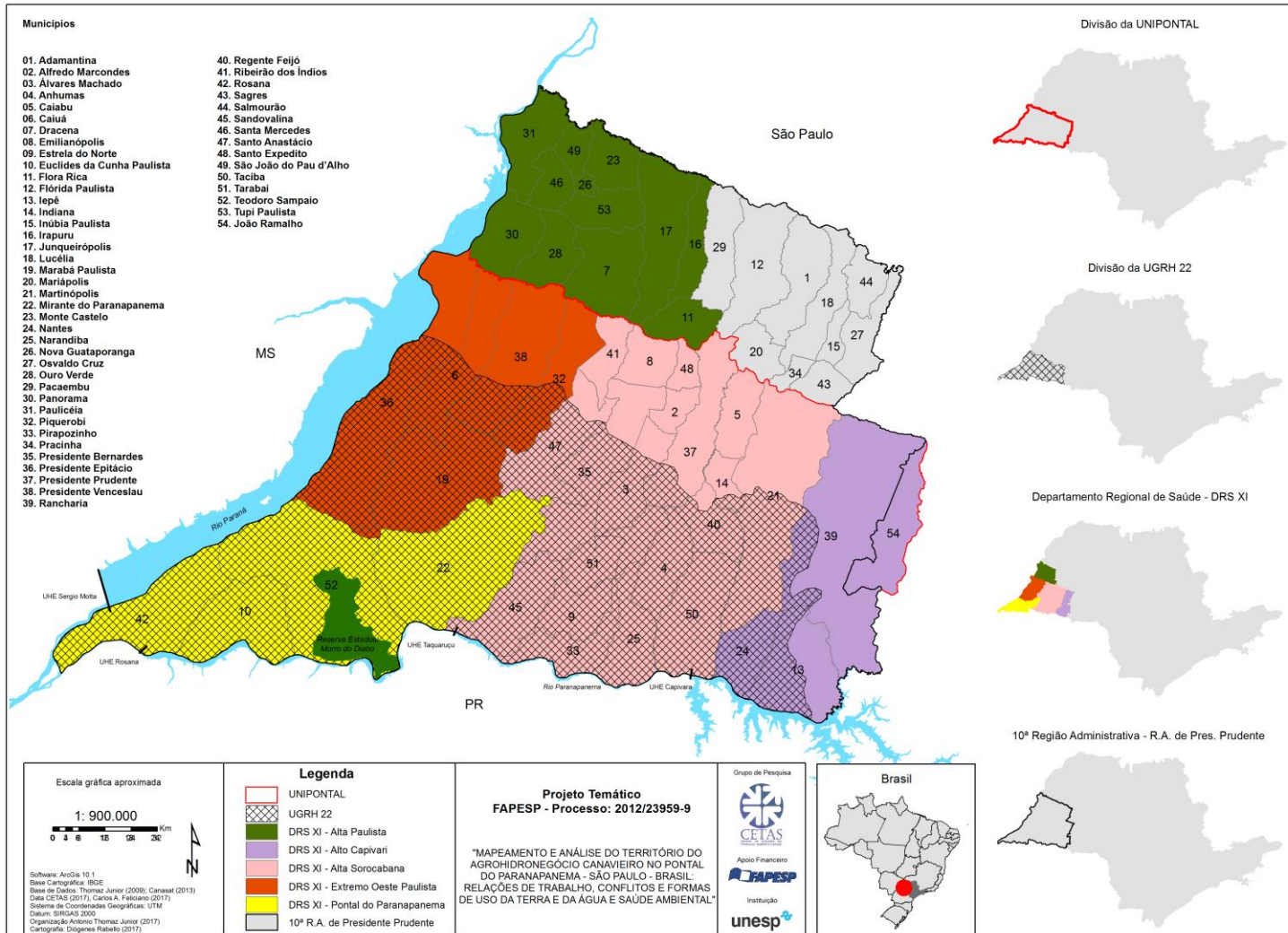
**Capítulo 1. A Pesquisa: Área de estudo, procedimentos metodológicos e o trabalho.**

### **1.1.O Agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema: conceitos introdutórios e área do estudo.**

O agrohidronegócio (TORRES, 2007; MENDONÇA, 2007; MESQUITA, 2007; HESPANHOL, 2008; THOMAZ JUNIOR, 2009) conceitualmente diz respeito a procura por terras férteis, com relevo plano, apto a mecanização das lavouras, e com inclinação adequada, além da disponibilidade de recursos hídricos, com destaque para o Aquífero Guarani, seguindo a lógica e interesses do mercado; têm sido tema de diversos debates, análises e sistematizações no âmbito do Grupo de Pesquisa CEGeT (Centro de Estudos de Geografia Trabalho) e do Coletivo CETAS de Pesquisadores (Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde), especialmente no que se refere aos desdobramentos que sua expansão acarreta para os trabalhadores, para as populações do campo e da cidade. Assim, a partir do tripé trabalho, meio ambiente e saúde, os grupos mencionados buscam centrar seus esforços para a compreensão das novas dinâmicas territoriais resultantes do reordenamento territorial provocado pelas agroindústrias canavieiras no Pontal do Paranapanema. A transição tecnológica em curso no agrohidronegócio canavieiro da região de nosso recorte, entendida como parte da reestruturação produtiva do capital, se materializa mediante intensa mecanização do corte e do plantio, fundamentada, pois, no modelo químico-dependente. Os desdobramentos na saúde do trabalhador e coletiva, os acidentes de trabalho, as doenças ocupacionais e os danos ambientais, também atingem a organização política, ou os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR's).

O reordenamento territorial provocado pela expansão da monocultura da cana-de-açúcar tem amplificado as contradições sociais em um território marcado historicamente por conflitos fundiários, o que estimula a estabelecer correlações entre o processo saúde-doença dos trabalhadores, as formas de resistência, as lutas protagonizadas pelos STR's no âmbito da luta de classes no Pontal do Paranapanema. O Mapa 01 indica o Pontal do Paranapanema e a 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente.

Mapa 1 - Pontal do Paranapanema, e 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente.



Fonte: DATACETAS (2018)

O mapa 01 demonstra alguns tipos de regionalização, mas o que nos interessa é saber que o Pontal do Paranapanema possui 32 municípios, e a 10ª Região Administrativa com 53 municípios, são recortes territoriais que serão constantemente mencionados ao longo desta monografia. Mais especificamente o Pontal do Paranapanema, se caracteriza por um território, particularmente complexo e cheio de contradições, que se expressam sobretudo através dos conflitos pela terra e água.

Nesta perspectiva, ao buscar compreender os desdobramentos da transição tecnológica do agrohidronegócio canavieiro na organização legal dos trabalhadores, entendido na figura dos sindicatos dos trabalhadores rurais e sindicatos dos empregados rurais, e saúde dos trabalhadores, é preciso ter clareza que o território do Pontal do Paranapanema está associado com disputas, logo se trata de um território em disputa. Raffestin (1993, p.158) caracteriza o território como “[...] resultado de uma ação construída por atores transformadores em um determinado espaço”. A ação indicada pelo autor refere-se às disputas que determinam as novas demarcações e, conseqüentemente, as transformações do território, como no caso do Pontal do Paranapanema.

As investigações que foram realizadas ao longo do ano de 2018 no âmbito do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) e Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde (CETAS), possuem como foco de análise um território marcado historicamente por conflitos pelo acesso à terra e à água<sup>1</sup>, protagonizados por atores sociais que se contrapõem, tendo como pano de fundo a luta de classes. Estes atores são os latifundiários em aliança com os grileiros e agroindústrias, que constantemente fazem uso de sua influência dentro do aparato estatal, e os representantes da classe trabalhadora, os movimentos sociais, sociedade civil organizada, setores progressistas da Igreja Católica, ou mais precisamente a CPT (Comissão Pastoral da Terra) e, em menor expressão, os sindicatos de algumas categorias de trabalhadores, como os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) e Sindicatos dos Empregados Rurais (SERs). A aliança entre latifundiários, grileiros e grupos empresariais das agroindústrias da cana tem como finalidade uma aposta no modelo de agrohidronegócio, que para se garantir necessita do controle dos recursos hídricos como demonstrado no mapa 01, onde se percebe que o setor sucroalcooleiro se expande e avança sobretudo nas aéreas acima do aquífero Guarani; e vastas extensões de terra para que possa haver o monocultivo da cana-de-açúcar. Curiosamente estas terras na realidade do Pontal do Paranapanema coincidem com terras que estão em situação jurídica irregular como podemos ver no mapa 02, que trata da

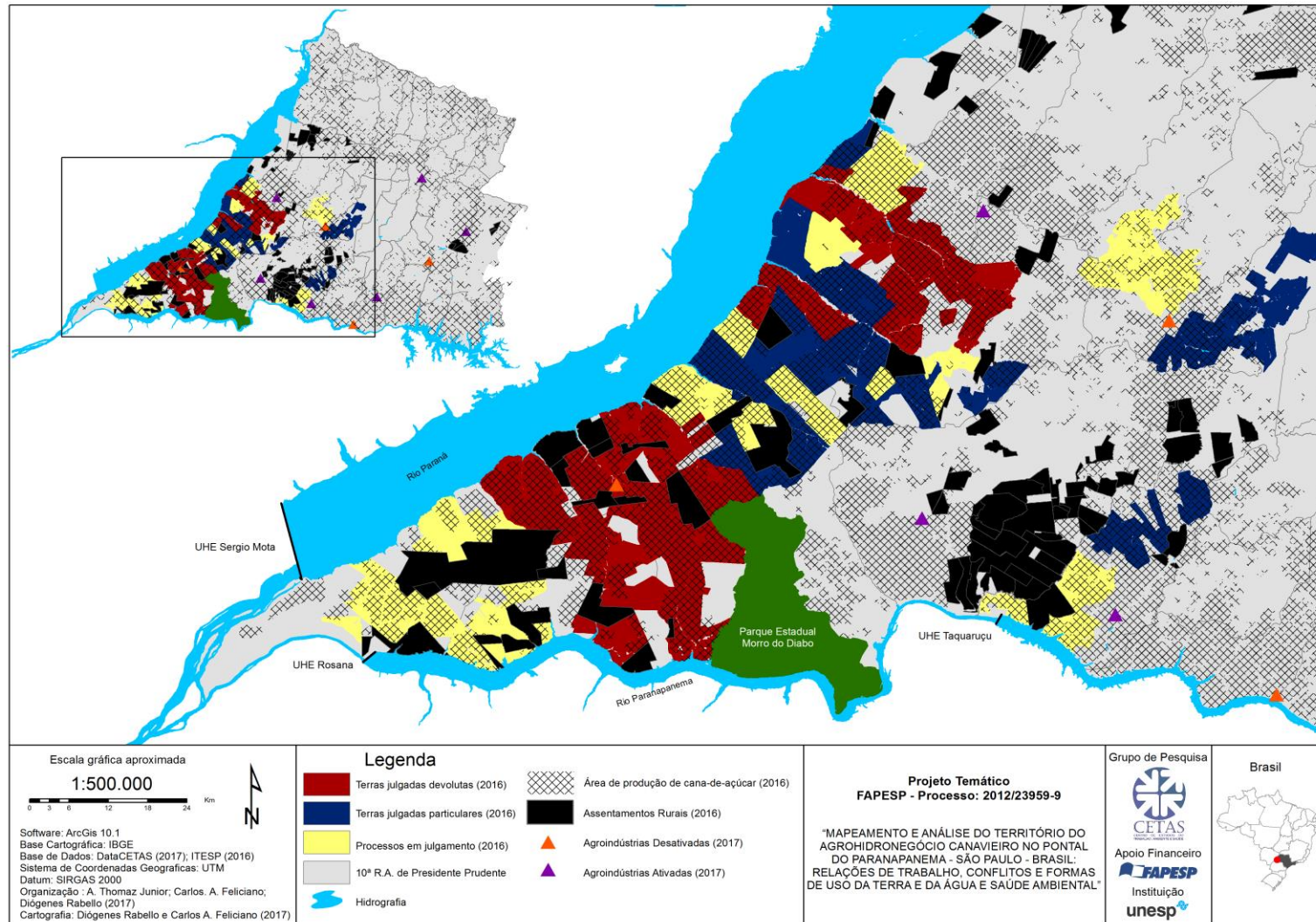
---

<sup>1</sup> É importante notar que o Pontal do Paranapanema está sobre Aquífero Guarani, o segundo maior reservatório de água doce do mundo, o Aquífero Guarani.



situação jurídica das terras do Pontal do Paranapanema (SP). São terras que foram consideradas devolutas pelo Estado, ou mesmo terras que ainda estão em processo de decisão pela justiça. Por isso é preciso enfatizar que o pacto por trás do agrohidronegócio canavieiro se dá entre latifundiários, grileiros e grupos empresariais de agroindústrias canavieiras, nacionais e estrangeiros.

Mapa 2 - Situação jurídica das terras do Pontal do Paranapanema.

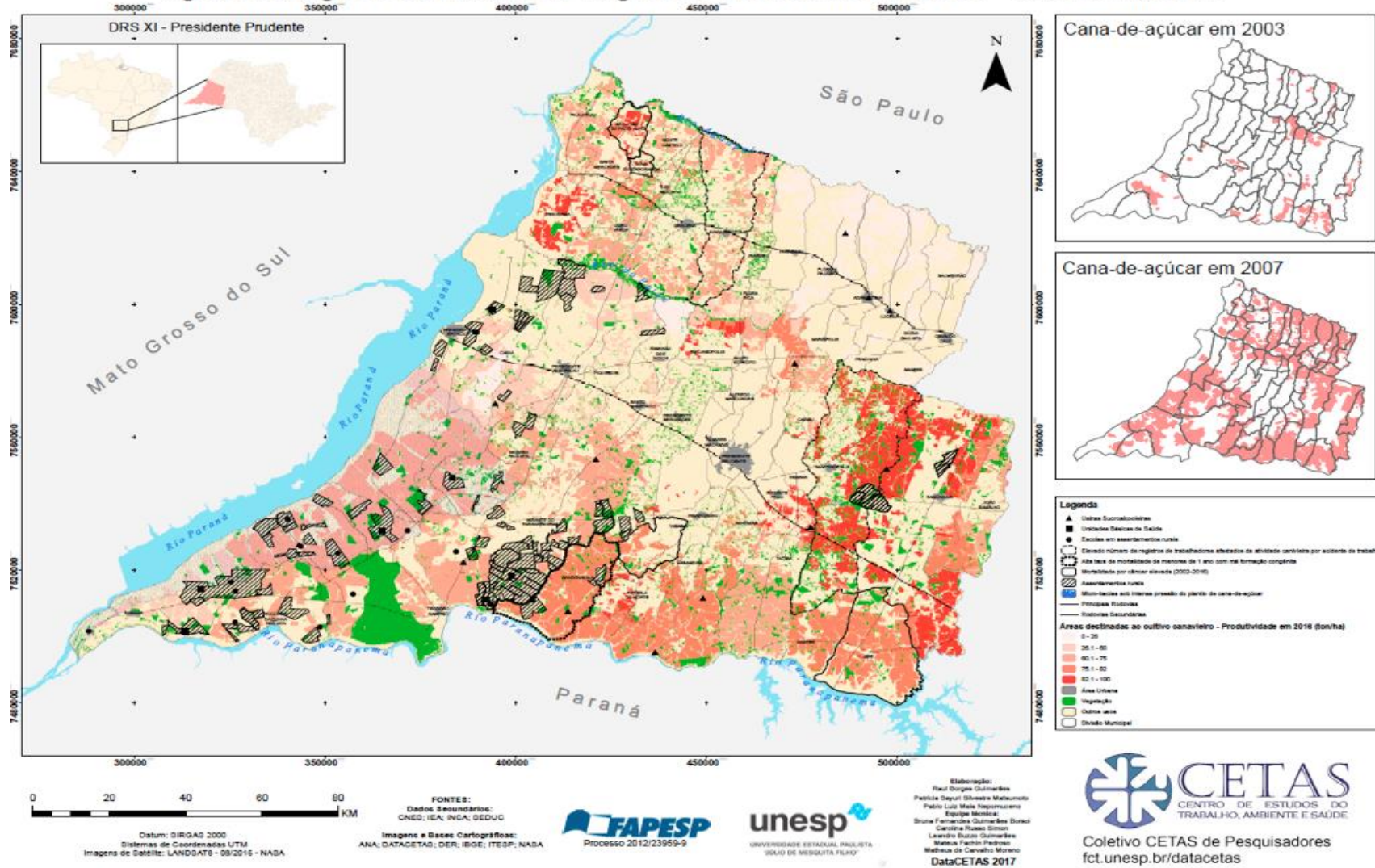


Fonte: DATACETAS (2018)

Desta forma, partir da aliança entre latifundiários, grileiros e grupos empresariais das agroindústrias, o setor agroindustrial canavieiro expande o monocultivo de cana pelo Pontal do Paranapanema e 10ª região administrativa de Presidente Prudente (THOMAZ JUNIOR, 2009), como é perceptível no mapa 03, que indica o agrohidronegócio canavieiro no Pontal. Quando se cruza as informações espacializadas no mapa 03 com o mapa 02, evidencia-se que a aliança foi articulada pelas três frações da burguesia com o claro objetivo de obter lucros volumosos, em terras com situação jurídica irregular e abundância de recursos hídricos, com a permissão e apoio irrestrito da parte do poder público, seja nas esferas municipal, estadual e federal.

Mapa 3 - Agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema (2017)

Agrohidronegócio canavieiro na Região de Presidente Prudente - SP, Brasil, 2017.



Fonte: DATACETAS (2018)

Dessa forma, o avanço do capital sob o signo da reestruturação produtiva e da sua respectiva mundialização, soma-se às condições facilitadas pela era neoliberal. Condições essas adequadas para dar prosseguimento ao seu processo de acumulação e reprodução ampliada, com base em taxas mais elevadas de extração de trabalho não pago, sendo que dessa vez, todas as esferas da vida da classe trabalhadora têm sido afetadas e o ambiente de trabalho será intensamente (re) configurado, repercutindo de maneira ainda mais perversa na saúde do trabalhador.

Esse avanço do capital agroindustrial canavieiro encontrou no Pontal do Paranapanema como se percebe nos mapas 01, 02 e 03, território propício para sua reprodução, já que se aproveitou do histórico de grilagem e seus efeitos nas vantagens comparativas que se fazem presentes nos menores custos, tanto para aquisição quanto para arrendamento, na disponibilidade hídrica, terras planas e propícias para a mecanização, a garantia de mão de obra local, bem como de trabalhadores migrantes que se submetiam às árduas jornadas de trabalho, à remuneração por produção e toda sorte dos descumprimentos e arbitrariedades. (THOMAZ JUNIOR, 2012; 2015).

As bases estratégicas estavam dadas para o expansionismo do agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema, como salienta Thomaz Junior (2009), ao afirmar que foi somente a partir de 2005 que a expansão da cana-de-açúcar e da atividade agroindustrial canavieira, expressam-se de forma marcante, saltando de 78.000 ha em 2002, para 370.000 ha, em 2009/2010. Todavia, salienta o autor em estudos posteriores (THOMAZ JUNIOR, 2013 e 2015), as dimensões econômicas e política juntam-se para oferecer os principais atrativos ao capital. Isto é, de um lado, as terras griladas - majoritariamente ocupadas por pastagens extensivas e degradadas -, objeto de interesse tanto do capital quanto dos movimentos sociais envolvidos na luta pela terra, e de outro, o isolamento no qual são mantidos os trabalhadores(as) assentados(as) ou camponeses, nos assentamentos rurais, via de regra desassistidos pelas políticas públicas, tornando-se mão de obra cativa para o capital agroindustrial canavieiro.

É nesse cenário da ofensiva do capital sobre o trabalho, encimado na reestruturação produtiva, que se tem o agravamento da precarização e da exploração, a contar com novos expedientes para a captura da subjetividade do trabalho e os arranjos organizacionais do processo de trabalho, em meio à crise que abate o sindicalismo de massa/taylorista/fordista (BIHR, 1998), que encontra na era neoliberal muitas dificuldades para entender as necessidades e desafios impostos e, conseqüentemente, articular e organizar os trabalhadores para as lutas específicas e gerais.

Neste ambiente de conflitos e disputas referenciadas nos formatos do processo de trabalho sob a regência da racionalização dos custos de produção, da elevação dos coeficientes tecnológicos - no caso da cana-de-açúcar, com a intensificação crescente da mecanização do corte e plantio da cana-de-açúcar -, e o conseqüente desemprego tecnológico, seguido de perto da terceirização e de formas de controle específicas (THOMAZ JUNIOR *et al.*, 2012), que se dá o avanço do capital nos mais diversos territórios. Nessa linha de determinações é que se tem a ocorrência da diminuição das taxas de sindicalização, interrompendo o período anterior da história recente do sindicalismo no Brasil, que depois do *boom* das manifestações sindicais combativas e contestatórias dos anos de 1980, principalmente na região do ABC paulista em setores considerados de ponta como o automobilístico, entrou em refluxo (ALVES, 2000).

Tendo em vista as especificidades históricas/estruturais do Pontal do Paranapanema, que se relacionam com a luta pelo acesso à terra e à água, enfrentamentos entre grupos que defendem através de discursos e ações modelos diferentes de produção e reprodução social no campo; chamamos atenção para a fragilização da organização das instâncias sindicais e também a situação específica de contar com trabalhadores/camponeses/assentados, o que dificulta ainda mais a organização. Essa heterogeneidade da classe trabalhadora, as muitas divisões internas e a incapacidade dos sindicatos em lidar com isso, fazem com que as condições de saúde dos trabalhadores fiquem reféns, quase que sem nenhuma proteção, da ofensiva do capital que se aproveita da diferenciação interna, divisão e enfraquecimento da organização de classe do universo do trabalho.

As materializações da reestruturação produtiva no território, coadunadas à opção do capital agroindustrial canavieiro pela intensificação do uso dos agrotóxicos, nos exigem atenção especial nesse projeto de pesquisa. Assim, estabelecemos vínculos entre a saúde do trabalhador do setor agroindustrial canavieiro, a partir da relação saúde/doença (THOMAZ JUNIOR, 2015), para situar os acidentes de trabalho (intoxicação, contaminação ou ainda envenenamentos, como risco presumido, já que é totalmente previsível sabendo-se que o ambiente de trabalho é por si contaminado), com o processo de exploração do trabalho, e o que alguns autores chamam de crise do sindicalismo de massa (ALVES, 2000; ANTUNES, 2000).

Compreender as contradições que este expansionismo da cana-de-açúcar tem engendrado no Pontal do Paranapanema, sobretudo as conseqüências que a reestruturação produtiva e a opção pelos agrotóxicos têm gerado para a saúde dos trabalhadores, é um dos principais objetivos do Projeto Temático "Mapeamento e Análise do Território do

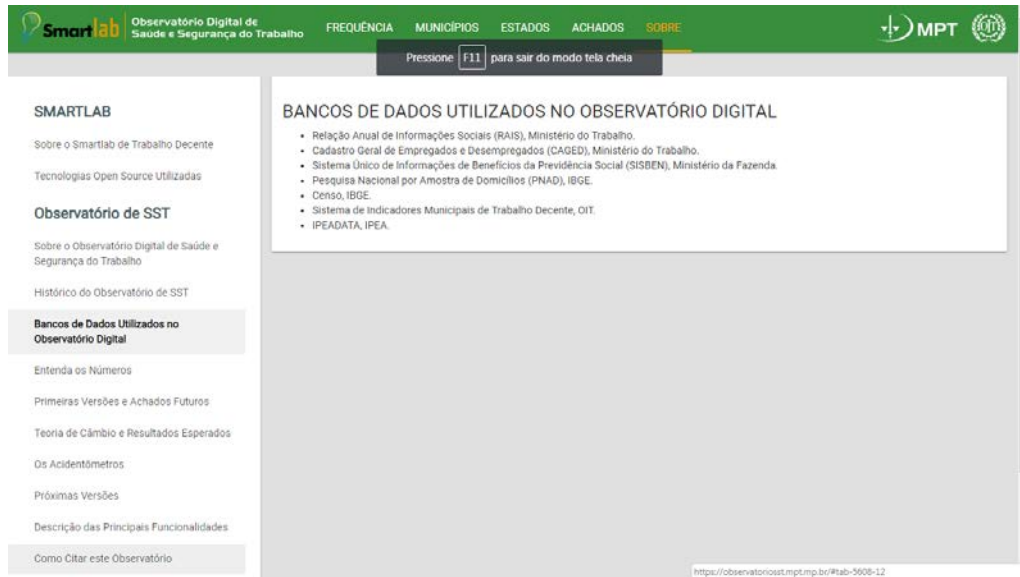
Agrohidronegócio Canavieiro no Pontal do Paranapanema-São Paulo-Brasil: Relações de trabalho, conflitos e formas de uso da terra e da água, e a saúde ambiental", ao qual estou vinculados, sob a coordenação do professor Dr. Antonio Thomaz Junior, e se apresenta como uma das questões que mais nos estimulam nesta monografia, com especial atenção para a atuação dos sindicatos dos trabalhadores rurais (STRs) em meio aos conflitos provocados pelas contradições que avançam no Pontal do Paranapanema e 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente.

## **1.2. Procedimentos metodológicos realizados para atingir o objetivo da pesquisa.**

Para o cumprimento e concretização do objetivo geral desta pesquisa, que é o de compreender os desdobramentos da transição tecnológica na organização legal dos trabalhadores rurais, entendido na figura dos sindicatos dos trabalhadores rurais (STR's) e sindicatos dos empregados rurais (SER), e na saúde dos trabalhadores que atuam no setor agroindustrial canavieiro e populações locais; assim como o da maior parte dos objetivos específicos, apostou-se em uma série de procedimentos metodológicos, qualitativos e quantitativos, a começar pelo levantamento bibliográfico, por meio de livros, teses, artigos de revistas ou periódicos (impressos e digitais), recortes de revistas e jornais, com o objetivo de compreender o tema em apreço e também assuntos diretamente relacionados a este no Pontal do Paranapanema, como os conflitos pela terra, Soberania Alimentar, Reforma Agrária dentre outros.

Foram levantados dados/informações secundárias em órgãos e instituições públicas (IBGE, Ministério Público do Trabalho, Ministério do Trabalho e Emprego; Prefeituras; Unidades de Saúde Divisão Regional de Saúde, Centro de Referência de Saúde do Trabalhador (CEREST); Ministério da Previdência Social (MPS)/Ministério da Saúde através do SINAN; instituições privadas (DIEESE, UNICA), bem como em organizações sociais, como STR's, SER's/ FERAESP, Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho (MPT), com especial atenção para Presidente Prudente, Caiabu e Junqueirópolis. Dentre as fontes de dados e informações secundárias, chamo a atenção para o Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho do Ministério Público do Trabalho.

Figura 1 - Imagem do Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho (MPT)



Fonte: Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho (2018)

Os dados e informações disponibilizadas na plataforma deste Observatório Digital são extremamente abundantes e importantes para qualquer pesquisador que procura compreender a complexa realidade do trabalho no território brasileiro. Nesta plataforma encontra-se dados e informações oriundos de vários órgãos públicos nacionais e entidades como a Organização Internacional do Trabalho OIT), que é uma parceira do Ministério Público do Trabalho na concretização do projeto que teve como objetivo montar essa plataforma digital. A Relação Anual de Informações Espaciais (RAIS) do Ministério do Trabalho, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho, Sistema Único de Informações de Benefícios da Previdência Social (SISBEN) do Ministério da Fazenda, a Pesquisa Anual por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, o Censo do IBGE, o Sistema de Indicadores Municipais de Trabalho Decente, fornecido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e IPEADATA do IPEA; são todas informações valiosas para quem busca compreender o mundo do trabalho no território brasileiro e os processos que vêm afetando esta realidade. E estas informações estão presentes na plataforma do Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho. De acordo com o Observatório Digital, para a extração de dados e sua agregação, foi realizado exaustivo trabalho de catalogação, organização, limpeza, normalização, estruturação, dicionarização, tratamento de confidencialidade, segurança da informação, armazenamento e análise de dados providos de diferentes.

Quanto aos benefícios previdenciários, na plataforma do Observatório Digital, foram considerados os concedidos na competência e os respectivos status. Não obstante o fato de as fontes primárias de dados serem precisamente as mesmas, podendo haver, no confronto das informações do Observatório com os Anuários Estatísticos da Previdência Social de diferentes



anos, pequenas diferenças nos totais agregados, derivadas de um ou mais dos seguintes motivos, ilustrativamente: a) datas diferentes de extração, tendo em vista lançamentos posteriores ocorridos com efeitos pretéritos; b) identificação de erros humanos de lançamento, pela Previdência Social, com posterior retificação; c) lançamentos referentes a benefícios, posteriormente à extração do Anuário, derivados de decisões judiciais; d) lançamentos extemporâneos; e) pequenas diferenças nos métodos de cálculo; f) pequenas inconsistências de importação. A própria Previdência Social, publica retificações em seus números. Quanto aos benefícios previdenciários, foram considerados os de tipo B91 (auxílio-doença acidentário), B92 (aposentadoria por invalidez acidentária), B93 (pensão por morte acidentária) e B94 (auxílio-acidente). Na próxima versão, será apresentada visão sobre o impacto das notificações de benefícios B31 com incidência “em teses” de NTEP, bem como novas visões epidemiológicas que possam elucidar alguns padrões disto derivados (OBSERVATÓRIO DE SAÚDE E TRABALHO, 2018. Disponível em: <https://observatoriosst.mpt.mp.br/>). Destaco estas informações referentes às metodologia, pelo fato de alguns mapas e gráficos ao longo da redação do relatório, terem dados e informações procedentes deste Observatório Digital. Logo esta plataforma foi essencial para que esta pesquisa fosse desenvolvida.

No que se refere à forma como foram realizados os trabalhos de campo e às metodologias para levantamento de informações primárias, embasados em autores como Minayo *et al.* (2005), optamos por entrevistas semiestruturadas. Estas foram realizadas junto aos trabalhadores (dos diferentes setores dentro do setor agroindustrial canavieiro), dirigentes sindicais, três profissionais da área da saúde ligadas ao Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) e quatro representantes dos sindicatos dos trabalhadores rurais e sindicatos dos empregados rurais (STR's e SER) do Pontal do Paranapanema e 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente. Para Minayo *et al.* (2005) a entrevista semiestruturada é uma conversa com finalidade, cuja forma de organização combina perguntas abertas e fechadas e permite ao pesquisador e ao pesquisado ter um diálogo flexível tendo a possibilidade do entrevistado discorrer sobre tema em questão sem se prender às perguntas tal como são formuladas.

Com relação à participação nas reuniões do CEGeT e Coletivo CETAS de pesquisadores, demarcamos presença com vista a contribuir com as atividades programadas no âmbito projeto Temático ao qual este projeto está vinculado, sob a coordenação do professor Dr. Antonio Thomaz Junior. É digno de nota, como um importante procedimento

metodológico efetuado no ano de 2018, o Seminário Temático I do coletivo de Pesquisadores do Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde (CETAS), que reuniu todos os pesquisadores que fazem parte do coletivo, assim como os grupos de pesquisa que compõem este coletivo de pesquisadores. No seminário foram discutidos os avanços, desafios e problemas que cada equipe do projeto Temático vem lidando ao longo do ano de 2018 no desenvolvimento da pesquisa. Inquietações, preocupações, sugestões e propostas foram apresentadas e amplamente discutidas ao longo dos dois dias de seminário, 12 e 13 de dezembro de 2018, e uma conversa inicial sobre o próximo projeto Temático esteve na pauta do seminário. Desta forma, foi um evento essencial para esclarecer dúvidas, resgatar a importância do banco de dados do DATACETAS que vem sendo construído ao longo dos últimos anos com as informações e dados disponibilizados pelas equipes, e reiterar a necessidade dos pesquisadores também se lançarem ao debate público com contribuições, especialmente para as populações locais, em especial os trabalhadores.

Ao longo do ano de 2018 demarcamos presença nas reuniões periódicas da equipe 07 do Projeto Temático. Para fortalecer ainda mais o debate sobre o enfoque escolhido e a realidade existente no Pontal do Paranapanema, o pesquisador demarcou participação junto aos eventos do Grupo de Pesquisa CEGeT, CEMOSi (Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical “Florestan Fernandes”), CETAS, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR’s) da região, TRT, além de debates, discussões e o convívio cotidiano no âmbito do grupo de pesquisa, que apenas aguçam ainda mais na compreensão da pesquisa, tendo assim muito a contribuir para esta.

Procuramos cumprir com todas as atividades previstas no plano de trabalho da monografia, na medida do possível com destaque para a pesquisa empírica feita com os trabalhadores (32 trabalhadores foram entrevistados) e profissionais da área da saúde do trabalhador (02 profissionais da área da saúde do trabalhador do CEREST e 01 profissional da área da saúde do trabalhador vinculado à FCT – UNESP), estes vinculados ao Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST), conhecido pelo contato direto com as unidades de saúde e mundo do trabalho, especialmente por proporcionar formações e acompanhamento aos profissionais das unidades de saúde, e fiscalização nas atividades produtivas da região. Desta forma, ao invés de projetarmos nossas atenções à pesquisa empírica nas unidades de saúde e secretarias de saúde, optamos através da metodologia utilizada, em realizar entrevistas com profissionais do CEREST que são especialistas em saúde do trabalhador, e que demonstram clareza e propriedade ao falar da realidade laboral no

Pontal do Paranapanema, e de questões que estejam relacionadas à saúde e trabalho em setores da atividade econômica, como o agrohidronegócio canavieiro.

Com relação aos sindicatos reiteramos nossa pesquisa empírica nos sindicatos dos trabalhadores rurais de Presidente Prudente, Junqueirópolis, Regente Feijó e Flórida Paulista. E destacamos a tentativa bem-sucedida de procurar compreender a partir da ótica dos trabalhadores e ótica dos sindicatos, qual é o tipo de relação entre a organização legal dos trabalhadores (sindicatos) e classe trabalhadora. Desta forma, em nossas análises há sempre a apresentação dos discursos e depoimentos dos trabalhadores e STR's, para que assim seja possível perceber as contradições e os problemas na relação entre estes. Destacamos que todas as entrevistas feitas com os trabalhadores e até mesmo com os sindicalistas, ao serem indicadas ao longo da monografia, tiveram os nomes dos entrevistados preservados através de pseudônimos.

Tendo estas informações gerais em mente, salientamos que juntamente com os companheiros do CEGeT e CETAS, e sob a orientação do professor Dr. Antonio Thomaz Junior, delimitamos algumas hipóteses que balizam nossa pesquisa. A primeira hipótese é a de que se vivencia, no âmbito do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Presidente Prudente, Junqueirópolis, Regente Feijó, Flórida Paulista, assim como em outros STR's da região e SER's, uma crise do sindicalismo moderno que possui duas facetas. A primeira é de representação (redução das taxas de trabalhadores sindicalizados) e a segunda é político-ideológica. Nesta hipótese é possível incluir também a crise do discurso e o afastamento cada vez mais acentuado das lutas emancipatórias por parte dos sindicatos, ou seja, a luta dentro dos limites do legalismo e aprofundamento da burocracia sindical.

A segunda hipótese que se apresenta e que foi desenvolvida ao longo desta pesquisa é a de que, exatamente por conta da desatenção, distanciamento e crise dos sindicatos que se têm fragilizado ainda mais as condições de trabalho dos trabalhadores, considerando que as entidades legais representativas de classe estão com dificuldades de organizar e mobilizar os trabalhadores, em consequência, incapazes de dar respostas à ofensiva do capital. Isto complementa as outras duas hipóteses, pois possibilita especular sobre a relação existente entre saúde-trabalho-doença e a situação atual dos sindicatos dos trabalhadores rurais no Pontal do Paranapanema, fazendo uso de um rigoroso instrumental metodológico qualitativo e quantitativo.

### **1.3. O trabalho abstrato, alienado e estranhado: uma discussão introdutória sobre o trabalho e a cana-de-açúcar.**

Antes de se falar sobre qualquer elemento que esteja relacionado ao setor sucroalcooleiro, seja o histórico da produção de cana-de-açúcar e seus derivados, seja as condições laborais a que estão submetidos os trabalhadores e as trabalhadoras, a saúde da classe trabalhadora e aspectos relacionados ao sindicalismo das categorias da atividade econômica em questão, considero essencial partir de uma discussão breve embora necessária, sobre o conceito trabalho, a importância deste para os seres humanos e suas mais variadas formas, que aqui procuro delimitar grosseiramente como trabalho na sociedade pré-capitalista e na sociedade capitalista. Tal discussão introdutória é importante para termos noção do que o trabalho representa para o ser humano, e o que diferencia o trabalho entendido enquanto conceito do trabalho alienado e estranhado, que é basicamente o que encontramos nas agroindústrias canavieiras da região do Pontal do Paranapanema e todas as atividades econômicas da atual civilização da barbárie (THOMAZ JÚNIOR, 2009).

Para início é preciso deixar claro que o trabalho deveria proporcionar que o ser humano, entendido enquanto ser biológico, verdadeiramente se humanizasse e atingisse o atual estágio de desenvolvimento da civilização. Logo o homem a partir do momento que interage com a natureza, inclusive a transformado através trabalho, isto antes mesmo do processo de sedentarização dos agrupamentos humanos, quando estes se caracterizavam por uma organização social simples (divisão social e sexual do trabalho rudimentar), até o aprofundamento de padrões mais complexos de organização da sociedade, com a introdução de uma divisão social e sexual do trabalho mais sofisticada (período que coincide com o surgimento das primeiras aldeias e cidades), demonstra que reduzir o ser humano apenas à seus aspectos biológicos é extremamente limitante e pouco ou nada esclarece a complexidade do animal *homo sapiens sapiens*, pois o mesmo também se caracteriza por ser um ser social e político, considerando as particularidades das disputas de poder que surgem no interior das nascentes civilizações.

Com essa perspectiva, o trabalho enquanto dimensão da vida do ser humano, se torna um objeto de discussão e debate entre muitas correntes do pensamento sociológico e filosófico ao longo dos últimos séculos, e se há algo em comum entre os que se dedicam ao estudo desse conceito e categoria ontológica (o trabalho), é que todos garantem que o trabalho é algo essencial para o ser humano e faz com que este se destaque entre todos os seres vivos que habitam o globo terrestre. Alguns destes pensadores advogam pelo fim da

centralidade do trabalho na sociedade contemporânea sob a égide do capital especulativo financeiro, enquanto que outros (re) afirmam a centralidade do trabalho, no entanto, é quase que unanimidade que o trabalho representou, representa e certamente ainda representará papel decisivo para a vida da sociedade, pois sem este, não haveria o que conhecemos como ser humano atualmente, e muito menos o que consideramos como sociedade.

Engels (1999) ao falar sobre o papel do trabalho na vida do homo sapiens sapiens, indica que o trabalho não é apenas a fonte de toda a riqueza produzida, mas também se trata da condição básica e fundamental de toda a vida humana. Para termos uma noção mais clara sobre onde o autor quer chegar, é preciso enfatizar que para os herdeiros do método de análise da realidade de Marx e Engels, pode-se compreender que o trabalho criou o próprio homem. Isto nos diz que o trabalho é uma forma do ser humano se realizar e ter um significado para a vida.

Nesta linha de raciocínio, Alves (2014) diz que o homem é um animal que se fez homem através do trabalho. Deste modo, “a categoria trabalho não diz respeito apenas à produção propriamente dita, o local e trabalho propriamente dito, mas implica também o território da própria atividade vital ou processo do homem e natureza” (ALVES, 2014, p.10). Logo seria o trabalho “uma categoria histórico-ontológica e o princípio constitutivo do próprio ser social (ALVES, 2014, p.10).

Ao considerarmos o trabalho como condição básica e fundamental da vida humana, é preciso refletirmos se o tipo de trabalho que a modernidade nos apresenta, o modo de produção capitalista (período pós Primeira Revolução Industrial), se trata de um trabalho que proporciona emancipação e possibilidade de crescimento-desenvolvimento para os homens e mulheres como seres sociais, agentes de transformação e também produtos de um trabalho libertador; caso não se trate deste tipo de trabalho podemos dizer que se trata de um trabalho abstrato e estranhado. Nas palavras de Alves (2014), foi com o trabalho capitalista e com o modo de produção capitalista, que ocorreu a unicidade das atividades de luta pela existência, surgindo o trabalho abstrato, forma social hegemônica do trabalho social que envolve todas as demais atividades. Um trabalho que além de abstrato, é também estranhado, pois o trabalhador já não faz noção do porquê e da finalidade daquilo que ele está produzindo.

Desta forma, podemos considerar o trabalho como um “processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (ALVES, 2012 apud Marx, 2004), além de nesta linha de raciocínio ser possível dizermos que o homem vive da natureza, e isto significa que a “natureza é o seu corpo com o qual tem que permanecer em constante processo para não

morrer. Que a vida física e mental do homem está interligada com a natureza não tem outro sentido senão que natureza a está interligada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza (ALVES, 2012 apud Marx, 2004).

Desta forma, Alves (2012) nos diz ao analisar o pensamento de Marx, um dos maiores teóricos e estudiosos da questão do trabalho, que este último ao dizer que o trabalho é um processo entre homem a natureza, quer indicar que o trabalho é um processo entre o homem e natureza externa ele como matéria natural, isto é, o objeto e seus meios de trabalho; e entre o homem e natureza interna a ele, a natureza que o constitui como homem – sua vida física e mental que permitem que ele exerça uma atividade orientada a um fim, tendo em vista que o homem é um animal social, a vida física e mental do homem implica, por conseguinte, um processo metabólico entre o homem e si mesmo, isto é, o homem e outros homens e o homem consigo mesmo (ALVES, 2012).

A partir dessas afirmações evidencia-se que o conceito e categoria ontológica trabalho não diz respeito apenas à produção propriamente dita, isto é, o local da exploração ou produção de mais-valia - o local de trabalho propriamente dito.

“Ela implica a própria atividade vital ou processo entre o homem e a natureza – 1) matéria natural que ele se apropria para dar-lhe uma forma útil para sua própria vida e a 2) sua própria vida física e mental (corporalidade, braços e pernas, cabeça e mãos), elementos postos não apenas no interior do território da produção, propriamente dita, (por exemplo, a fábrica, a loja ou o escritório), mas também nas instâncias da reprodução social (ALVES, 2012 p.28)

E assim chegamos ao ponto essencial que nos permite fazer um mergulho na realidade específica do mundo do trabalho por trás da cana-de-açúcar, tema central de nosso trabalho de conclusão de curso; “o modo de produção capitalista é um modo de organização do processo de trabalho, isto é, um modo de regulação e controle social deste processo metabólico entre o homem e a natureza caracterizado pelo trabalho alienado e estranhado” (ALVES, 2012 p.28). O trabalho alienado e estranhado expressa a dimensão de negatividade sempre presente do processo de produção capitalista, onde o produto do trabalho não pertence ao seu criador. O trabalho não se reconhece no produto do seu trabalho, pois além de não se apropriar deste produto, também não se reconhece no próprio processo laborativo em que ele se realiza. “Ele não se realiza mas ele se estranha, se fetichiza no próprio processo do trabalho” (ANTUNES, 2012 p.17).

Outra faceta desse processo de estranhamento que nos permite delimitar e definir os desdobramentos do modelo de produção e sociedade vigente sobre o trabalho, está associado

a incapacidade do ser social que trabalha de não se reconhecer enquanto individualidade nesse ato central da sua vida, e isto faz com que quem não se reconhece como indivíduo não consiga se ver como parte constitutiva do gênero humano.

Na sociedade capitalista é esse o tipo de trabalho encontrado, manifestado sobretudo na forma do contrato de mão-de-obra assalariada. O trabalho se torna estranhado e alienado por conta dos ditames e pressupostos da exploração do trabalho alheio, mais-valia, que reduzem o trabalho cada vez mais a apenas um salário, por sinal muito baixo, como veremos nos capítulos seguintes, ao analisarmos especificamente o trabalho no setor sucroalcooleiro do Pontal do Paranapanema. Este mesmo trabalho estranhado e alienado vem sofrendo mudanças e alterações que tornaram a análise ainda mais complexa, sobretudo com o avanço de novos arranjos organizacionais e padrões de acumulação, antes dos anos de 1970 expresso através das fábricas tayloristas e fordistas, com estranhamento e alienação mais explícito, ao contrário do padrão de acumulação e modelos organizacionais mais recentes no pós anos de 1970, com os arranjos toyotistas, onde o estranhamento e alienação do trabalho adquire e assume manifestações mais complexas, sutis, aparentemente menos despóticas (na prática essa afirmação não se sustenta e veremos isto com base no setor sucroalcooleiro!) mas intensamente mais interiorizadas (Antunes, 2012 p. 21). Destaca-se que na realidade do Pontal do Paranapanema se percebe que os arranjos fordistas e toyotistas se mesclam, produzindo arranjos ainda mais complexos e de difícil compreensão.

Este trabalho alienado e estranhado nas sociedades capitalistas além de negar os aspectos integrais do trabalho, este entendido como processo entre o homem e natureza, tornando todo trabalho subjugado aos ditames da exploração e extração de mais-valia, em uma busca sem fim pelo lucro, pela reprodução ampliada e aumento da capacidade produtiva sem levar em considerações os anseios e limitações dos trabalhadores e das trabalhadoras, afeta os trabalhadores das mais variadas formas que extrapolam a negação do trabalho enquanto categoria ontológica: implica em ataques a subjetividade e afetividade do ser que trabalha, ao fazer com que este se aliene de si mesmo e perca o controle de sua vida pessoal; aumento do ritmo de trabalho com condições de trabalho e ambientes laborais que podem afetar direta ou indiretamente a saúde dos trabalhadores através de acidentes de trabalho (na realidade risco presumido, porque todo acidente de trabalho é um risco que poderia ter sido prevenido!), adoecimentos que podem ocorrer ou se manifestar ao longo da vida por conta de determinadas funções laborais; e perda da consciência de classe, que está associado diretamente à capacidade que o ser que trabalha tem de se reconhecer enquanto classe, assim como suas representações legais de representações que com os novos ditames e mudanças no

mundo do trabalho pós década de 1970, se viram com dificuldades para detectar, compreender e enfrentar em nome dos trabalhadores o pacote de reestruturação produtiva e políticas neoliberais de desmonte do Estado Nacional, da legislação social e trabalhista produtos da ofensiva do capital diante da crise econômica dos anos de 1970.

Desta maneira, falar sobre trabalho se coloca como uma discussão fundamental para também compreendermos que na sociedade atual, onde alguns pregam aos quatro cantos do planeta que o trabalho tem perdido sua centralidade e logo estaria caminhando para o fim, principalmente por conta dos maquinários, tecnologias sofisticadas, reestruturação produtiva dos anos de 1970, e outros tantos novos arranjos organizacionais e técnicos que tem feito com que profissões e funções laborais deixem de existir ou mesmo tenham o contingente de trabalhadores reduzido; o trabalho na realidade não vem perdendo centralidade e vai continuar a existir pois acompanha o desenvolvimento da civilização, desta forma o que vem acontecendo e que tende a se aprofundar é a perda de centralidade e redução dos empregos estáveis como até então, mesmo sob a égide do trabalho estranhado e alienado da era fordista, se visualizava.

Hoje em dia, sobretudo por conta da reestruturação produtiva em curso, o que realmente se coloca em crise e que a cada dia perde centralidade é o trabalho abstrato, diretamente associado com o valor de troca, que imediatamente nos remete à mercadoria e relações com o mercado. Este tipo de trabalho com lastro no valor de troca é o que está em crise e apenas evidencia a decadência de uma economia nacional e mundial, estrutura econômica e social que está fadada ao fracasso, mas que esperneia e causa estragos significativos antes de dar o suspiro final.

Portanto, entender as diferenças conceituais de trabalho enquanto conceito-metabolismo social e categoria ontológica, trabalho concreto, trabalho abstrato, trabalho estranhado e trabalho alienado torna-se fundamental para que a partir do entendimento do histórico da cana-de-açúcar na realidade territorial do Brasil, seja possível nos aprofundarmos nos efeitos nocivos de um modelo de sociedade e produção, que tem como alicerces históricos o latifúndio, grilagem, monocultivo, superexploração da mão-de-obra, herança colonial da escravatura, forte intervenção do Estado em benefício dos grandes proprietários de terras, e dependência da economia nacional para com os mercados externos. Estes alicerces tiveram uma (re)pactuação no início do novo milênio, e curiosamente através de um grande pacto neo-desenvolvimentista assentado na conciliação de classes dos governos populares do Partido dos Trabalhadores do Lula (2003-2010) e governo Dilma (2010-2014), e com o golpe parlamentar de 2016 teve continuidade no governo Temer (2016-2018). Em todos estes governos e em



governos anteriores desde o Brasil colonial (1530-1822), passando pelo Brasil Império (1822-1889), Brasil República (1889-2018), se vê aspectos que são recorrentes até os dias atuais, como a super exploração da mão-de-obra, baixos salários, ritmo de trabalho cada vez mais acelerado nos ambientes laborais, trabalho em condição análoga à escravidão; e todos estes aspectos eu persistem na realidade territorial do trabalho no Brasil, é uma das marcas do agrohídronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema.

**Capítulo 2. A Cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema e no Brasil: um breve histórico da territorialização da cana e avanço da expressão da reestruturação produtiva no território do Pontal, a transição tecnológica e organizacional.**

## **2.1. O trabalho e a cana de açúcar: um breve resgate do histórico do monocultivo da cana-de-açúcar no Brasil e na realidade territorial do Pontal do Paranapanema.**

A cana de açúcar é, ao lado do algodão e café, um dos produtos de maior importância para a balança comercial brasileira desde o século XVI. Esta cultura foi e continua a ser baseada na grande propriedade visando o fornecimento de mercados externos, o que sempre gerou uma dependência brasileira diante do mercado internacional, levando em consideração que neste se apresentam flutuações constantes (valorização e desvalorização) de produtos primários. Essa dependência se estende até os dias atuais, assim como o modelo de desenvolvimento baseado na grande propriedade (latifúndios), que tem gerado grandes conflitos sociais no campo, degradado o meio ambiente e colocado em xeque a saúde das pessoas com seus produtos transgênicos e grande quantidade de venenos, também chamados de “defensivos agrícolas”.

Como afirma Novaes (2007), durante o período colonial, a região Nordeste do Brasil era a principal exportadora de cana-de-açúcar. Após a Segunda Guerra Mundial, a região Sudeste, por conta de sua demanda urbana, aumentou sua capacidade produtiva, principalmente no Estado de São Paulo. Entretanto, apesar de produzir menos cana do que o Sudeste, a produção nordestina atendia exclusivamente ao mercado externo até 1990, quando este esquema ruiu.

Essa dependência como país agro-exportador atravessou os séculos e foi marcada pelo constante auxílio do Estado brasileiro para com os grandes proprietários de terras. No século XX, por conta das frequentes oscilações no preço dos produtos primários brasileiros no mercado internacional, e com a crise do petróleo na década de 70, subsídios e incentivos fiscais foram intensificados pelo Estado em setores como o canavieiro, devido a possibilidade de o álcool da cana ser uma alternativa viável economicamente e “sustentável” frente ao petróleo.

Sentimos a necessidade de, a título de introdução e encaminhamento de ideias, estabelecer um breve histórico que se estende ao leste paulista, antes de retornarmos ao foco de nossa pesquisa,

Já no século XX, principalmente, após a segunda grande guerra, passou a haver a grande expansão da cultura canavieira, na porção leste do estado. Nesse local, tínhamos a maior concentração da população do estado, produção industrial e principalmente, próximo do porto de Santos, fator este que possibilitava a exportação. O Instituto do Açúcar e do Alcool estabelecia, em seus estudos, cinco regiões canavieiras no estado: Piracicaba, Araraquara, Ribeirão Preto / Sertãozinho, Jaú e Vale do Paranapanema (FERREIRA; ALVES, 2009, p. 1).

No princípio, a atividade canavieira era mais expressiva na região leste do Estado de São Paulo, a qual ficou conhecida como quadrilátero do açúcar. No entanto, na década de 60, observamos a quebra de usinas de pequeno porte de maneira sistemática. No período de 1968 a 1973 o Brasil encontrava-se no período denominado “milagre econômico”, o qual tornou-se um "pesadelo econômico" com a primeira crise do petróleo em 1973. Nesta crise,

[...] os países membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) elevaram abruptamente o preço do barril do petróleo, causando deste modo, um abalo inexorável na economia de todos aqueles países importadores de petróleo, entre os quais o Brasil (AZEVEDO; THOMAZ JR; OLIVEIRA, 2008, p. 24).

Como a aquisição de petróleo tornou-se inviável economicamente em função do elevado preço do barril, houve a necessidade de uma transição gradativa da matriz energética brasileira. Deste modo, no governo do então Presidente da República general Ernesto Geisel, houve a criação do programa estatal denominado PROÁLCOOL (Programa Nacional do Alcool) em 1975, o qual tinha o objetivo de incentivar a produção do álcool. Neste momento, chegamos à nossa delimitação territorial: o Pontal do Paranapanema.

[...] A cana-de-açúcar só se estabeleceu na região como atividade econômica importante no final dos anos 70 com o surgimento do PROÁLCOOL. No entanto, apenas na segunda fase da crise do petróleo, é que a região Oeste Paulista, até então ocupada por grandes pastagens de gado, cedeu espaço para instalação de quase duas dezenas de unidades autônomas de produção de álcool. Os pecuaristas da região aceitaram o desafio do governo e passaram a produzir álcool, era a tentativa do Brasil de deixar de ser dependente do petróleo importado. As destilarias foram planejadas na região a partir de 1978 e no início da década de 80, houve um verdadeiro *boom* [...] (FIOMARI, 2004, p. 9).

Em 1979 enfrenta-se a segunda crise do petróleo, que se baseou em um novo aumento abrupto do preço do barril. Neste período,

[...] o preço do barril passou de US\$ 12 para US\$ 18. Em razão disto, a Comissão Executiva Nacional do Alcool (CENAL) traçou o objetivo de quadruplicar a produção de álcool até 1985, estabelecendo a segunda fase do PROÁLCOOL [...] O Estado de São Paulo, como o principal centro alcooleiro nacional, passou a se preocupar com a expansão concentradora da agricultura canavieira no território paulista [...] (FERREIRA; ALVES, 2009, p. 9).

Uma das medidas adotadas pelo Estado de São Paulo foi a criação do PRÓ-OESTE (Plano de Desenvolvimento do Oeste do Estado de São Paulo) em 1980. Dentro deste programa, havia um subprograma denominado PROCANA (Programa de Expansão da Canavieira para a Produção de Combustível do Estado de São Paulo).

Podemos perceber que foram consideradas áreas prioritárias pelo PROCANA as regiões de Presidente Prudente, Araçatuba, Bauru, e o Oeste da Região de São José do Rio Preto; e entre as medianamente prioritárias foram destacadas as regiões de Marília e o Centro-Leste de São José do Rio Preto. As demais regiões do Estado foram declaradas como não prioritárias à implantação e expansão de novas destilarias autônomas e anexas (FERREIRA; ALVES, 2009, p. 9)

Assim, o PROCANA também pode ser considerado um dos propulsores do *boom* da produção de cana-de-açúcar em alguns municípios do Oeste Paulista, influenciando o suposto desenvolvimento da nossa região de análise conforme trecho de um documento do PRÓ-OESTE citado a seguir.

O primeiro programa a ser estabelecido através do Plano de Desenvolvimento Agrícola do Oeste do Estado de São Paulo será o Programa de Expansão da Canavieira para a Produção de Combustível do Estado de São Paulo, (PROCANA), o qual, em plena integração com os objetivos do Governo Federal, pretende orientar o fluxo de recursos financeiros oriundos do PROÁLCOOL **tornando-se o instrumento básico para o desenvolvimento da região oeste** (SÃO PAULO, 1980 apud FERREIRA; ALVES, 2009, p. 10, *grifo nosso*).

Evidencia-se a interferência do Estado como fomentador e apoiador dessa expansão, propagando o discurso de desenvolvimento e progresso, que na realidade busca ocultar as contradições e principalmente os protagonistas invisíveis nos canaviais: os trabalhadores migrantes.

Assim, sobre o Estado,

[...] (na instância municipal, estadual e federal), tem adotado o papel de agente produtor dessa nova configuração geográfica da cana-de-açúcar, estabelecendo alianças com o capital, apoiando no discurso e dando suporte financeiro para o projeto expansionista [...] (OLIVEIRA, 2009 apud BARRETO, 2012, p. 114).

Complementando, para Oliveira, 2009 (*apud* BARRETO, 2012)

[...] o Estado tem-se posicionado como protetor do agronegócio canavieiro, ao defender a produção de energia limpa e renovável e, por conseguinte, o crescimento da plantação de cana-de-açúcar, como elemento gerador de emprego, renda e desenvolvimento regional.

Até mais ou menos o fim dos anos 80, o Proálcool era uma realidade que atrelava os interesses do capital monopolista do setor canavieiro com o Estado, no entanto, quando essa fonte energética começou a rivalizar com a do petróleo da *Petrobrás*, o plano do PROÁLCOOL foi colocado de lado. Podemos destacar o fechamento em 1990 do próprio IAA, o que fez com que o setor agroindustrial, que outrora viveu momentos de glórias com o desenvolvimento do Proálcool, entrasse em profunda crise.

Em 1990, com a crise do estado intervencionista, e a ofensiva do capital através de políticas neoliberais,

Menos, portanto, do que grandes crises em intervalos razoavelmente longos, seguidas de fases expansionistas, como ocorreu com a crise de 29 e, posteriormente, com os “anos dourados” do pós-guerra, a crise contemporânea está vivenciando a eclosão de precipitações mais frequentes e contínuas, desde quando deu seus primeiros sinais de esgotamento, que são frequente (e equivocadamente) caracterizados como crise do fordismo e do Keynesianismo (ANTUNES, 1999, p. 30).

Com o esgotamento da antiga forma de acumulação do capital, nos moldes fordista/taylorista, numa transição abrupta para o Toyotismo/afins/autonomia do capital financeiro, com o Estado “cortando” gastos (ANTUNES, 2000), e iniciando as privatizações em massa, observamos o fim de incentivos e créditos, a abertura comercial e uma crise no setor canavieiro que se prolongou até os anos de 2002.

Não tendo mais os preços regulados pelo Estado, a apropriação de taxas cada vez maiores de lucros foi efetuada, e algumas unidades se diferenciaram nesse sentido.

Silva (2005) acrescenta que a partir da década de 90, solidifica-se cada vez mais a ideologia do agronegócio no Brasil, que consiste em demonstrar a aplicabilidade da ciência na agricultura, por meio de tecnologias cada vez mais sofisticadas, por grandes empresas nacionais e internacionais, é o modelo de progresso associado ao desenvolvimento econômico.

Alves *et al.* (2007) asseveram que nesta nova fase, alguns fatores devem ser levados em conta: a adoção da mecanização do plantio e corte da cana de açúcar, a automação no controle de processos de produção industrial e o aumento do número de trabalhadores empregados, a uniformização da produção, a adoção de inovações nos sistemas logísticos para transferência da cana-de-açúcar do campo, mudanças na gestão da força de trabalho dentre outras. No entanto, esse processo não foi de forma algum rápido ou simultâneo em todos os lugares.

Nos anos 2000 um novo momento é observado no setor canavieiro, e dentre os muitos fatores que contribuíram para isso, destacamos o grande *boom* da economia chinesa e outros países asiáticos, que cada vez mais, para sustentar este crescimento abrupto, necessitavam importar produtos básicos/primários que o Brasil tem em grande escala e herdados historicamente, como aqueles derivados da cana-de-açúcar (álcool e açúcar).

Contudo, até este momento, o Pontal do Paranapanema teve participação modesta na conjuntura do setor canavieiro paulista, se comparado com outras regiões como o quadrilátero do açúcar, na região de Ribeirão Preto. Com o início do séc. XXI, novos desdobramentos impulsionaram a expansão em direção ao Pontal.

Foi somente a partir de 2005 que a expansão da cana-de-açúcar e da atividade agroindustrial canavieira se expressou de forma marcante no Pontal do Paranapanema (THOMAZ JUNIOR, 2009).

Segundo Thomaz Júnior (2002), o PROÁLCOOL serviu como estratégia não só para estabelecer novas alternativas energéticas, mas também para possibilitar privilégios à classe produtora, isto é, fortalecer produtores canavieiros com problemas financeiros. Além disso, o autor salienta que o Programa se consolidou organicamente em escala nacional, quando estrategicamente o Estado, aliando-se ao setor automobilístico, criou estímulos como a venda e compra de veículos a álcool, por meio de incentivos fiscais aos consumidores.

Ainda segundo Thomaz Junior (2009), a entrada da monocultura da cana e a instalação das agroindústrias canavieiras autônomas, por meio do PROÁLCOOL, também tinha como finalidade a legitimação e a valorização das terras, amparadas nos projetos de “desenvolvimento econômico” para a região.

Assim se evidencia que o discurso hegemônico propunha inserir o Pontal no rol das regiões em desenvolvimento em São Paulo, pelo menos essa era a retórica. E mais precisamente, a cana de açúcar no oeste do Estado de São Paulo, especificamente no Pontal do Paranapanema, constituindo-se como uma estratégia para valorizar a região que tem um histórico de conflitos (BARRETO, 2012).

No entanto, Lourenço *et al.* (2011) indicam que mesmo com o subsídio estatal, a economia açucareira e, sobretudo, alcooleira não ficou isenta dos períodos de escassez e superprodução, assim, em fins dos anos de 1980, a crise de desabastecimento de álcool indicou o declínio do Proálcool. Devido a uma mudança política e uma crise fiscal, o governo passou a cortar gastos com subsídios, salgando os custos de produção e do produto no mercado, gerando o abandono gradual dos carros a álcool e o retorno da gasolina, que ficara mais barata a partir de 1986 com o contra-choque do petróleo. Pode-se dizer que por conta, sobretudo, da abertura comercial dos anos de 1990, e pelo fato do álcool ter se tornado um produto secundário para a indústria sucroalcooleira, o Proálcool passou a ser visto como um fracasso e isso levou ao seu abandono. Já na primeira década do século XXI, o discurso do combustível renovável retorna com mais força, mas agora com a utilização de uma nova nomenclatura, o Etanol. O novo *boom* na produção do álcool, agora chamado de etanol, avançou na primeira década no novo milênio, e a cana-de-açúcar, fundamental para a produção deste produto supostamente sustentável e ecológico, voltou a receber grandes somas de investimentos, inclusive e principalmente incentivos do Estado, na Era Lula.

Portanto percebe-se toda uma trama a nível global, que tem desdobramentos na escala local e regional, na Região administrativa de Presidente Prudente, especialmente no Pontal do Paranapanema, e esta trama é resultado da ambição e reprodução ampliada do capital agroindustrial nas décadas pós-reestruturação produtiva, em sua busca pela reprodução ampliada. Esta trama tem como período marcante os anos 2000, principalmente a partir de 2005, como nos indica Thomaz Júnior (2009), na região do Pontal do Paranapanema, e é produto de dinâmicas globais que atuam na escala nacional, regional e local, mas que também sofrem alterações, modificações e mesclas por estas, como é possível perceber quando analisamos processos em curso na região de nosso recorte territorial, por exemplo a transição tecnológica, que na prática é a expressão do aprofundamento e expoente da reestruturação produtiva no território do Pontal do Paranapanema, e em maior abrangência, da 10ª Região administrativa de Presidente Prudente. Desta forma, é preciso saber como que esses processos globais se desdobraram na realidade do Pontal do Paranapanema e como nesse recorte estas dinâmicas adquiriram particularidades e características específicas que diferenciam este território dos outros territórios do Brasil, da América Latina e do mundo.

Dentre os principais processos e desdobramentos da territorialização do capital agroindustrial canavieiro na 10ª região administrativa de Presidente Prudente, se destaca a que tem se mostrado a mais complexa e contraditória (re)arrumação no território, que o capital em questão tem materializado na região: a mecanização no campo, ou, como preferimos chamar, transição tecnológica. Quando digo isso, não quero dizer que são apenas maquinários que estão sendo incorporados na produção para maximizar os lucros e cortar os custos com os trabalhadores, pois uma máquina faz o que antes dezenas de trabalhadores costumavam fazer; mas também dizemos que a transição tecnológica passa pela dimensão de (re) arranjos organizativos e produtivos da agroindústria. São novas formas de gestão, e de se produzir e de lidar com o trabalho, visando intensificar o ritmo na produção e tornar os trabalhadores tão ou mais produtivos que maquinários. É o homem mais do nunca trabalhando no ritmo da máquina.



## **2.2. Transição tecnológica no agrohidronegócio canavieiro do Pontal do Paranapanema e desdobramentos para a classe trabalhadora.**

Nos elementos indicados no item 1.3, é destacado respectivamente uma discussão introdutória acerca do trabalho, sobretudo as diferenciações existentes entre trabalho enquanto metabolismo social e categoria ontológica, trabalho alienado, trabalho estranhado, trabalho abstrato e trabalho concreto para que seja possível compreender ao longo do texto o tipo de trabalho que se encontra nas agroindústrias do Pontal do Paranapanema e quais são suas implicações para a vida dos trabalhadores, nas mais variadas esferas. Com o item 1.3 se evidencia uma diferenciação muito clara de periodização entre o trabalho no período anterior ao capitalismo e o período vigente com o modelo de sociedade e produção comandado pelo capital, sobretudo no pós-século XVIII, com o triunfo da burguesia na Europa através da Primeira Revolução Industrial e a Revolução Francesa (1789).

No capítulo 2.1 se esclarece um breve histórico da cana-de-açúcar no Brasil para que o mergulho seja feito com mais detalhes na realidade territorial do Pontal do Paranapanema, considerando o conceito trabalho. Logo, a partir do histórico que pudemos constatar no item 2.1, que mostra as dinâmicas, processos e políticas que levaram o Brasil a apostar nos anos de 1970 na produção de álcool através do programa PROÁLCOOL, e mais tarde nos últimos anos da década de 1990 e com mais intensidade a partir dos primeiros anos do segundo milênio, com a chegada ao poder do presidente Luiz Inácio Lula da Silva; foram parte e continuidade de algo ainda mais antigo e que remonta ao período colonial: o Brasil de traços escravagistas que desde o período colonial nunca deixou de ser um país onde os senhores de engenho controlam as políticas e a economia. Estes senhores de engenho se tornaram os investidores das bolsas de valores, se tornaram mais poderosos e com maior disponibilidade de capitais para investir, sempre prezando pela superexploração do trabalho e extensas jornadas de trabalhos. E o mais preocupante, como veremos a seguir, é que cada vez mais estes capitais estão se concentrando, se centralizando, e grupos-conglomerados estrangeiros estão fazendo o papel que os senhores de engenho faziam no período colonial. Dessa forma, estudar a questão da produção do etanol derivado da cana-de-açúcar, e mais especificamente a aposta no modelo de monocultura da cana-de-açúcar, é pensar na geopolítica da energia e na inserção que o Brasil tem na divisão internacional do trabalho.

A reafirmação do pacto de conciliação de classes assentado no modelo neo-desenvolvimentista, esquematizado pelo Governo Lula e aliados, basicamente representa mais do mesmo que sempre aconteceu na economia brasileira desde o século XVI: o domínio da

exportação de grandes quantidades de produtos primários, agora chamados de *commodities* e negociados nas bolsas de valores. Dessa forma, se antes havia os senhores de engenho, estes agora se portam como outros tantos capitalistas rentistas espalhados pelo mundo afora, se tornam investidores e fazem jogadas arriscadas que podem arruinar economias nacionais e deixar reféns os orçamentos públicos. Enfatizamos esta questão, pois já não existe o típico capitalista do setor produtivo, aquele da era fordista focado na produção e até mesmo no trabalho (embora seja preciso relativizar esta afirmação, considerando que este típico capitalista pode até existir, mas já não é de maneira predominante!). Estes se adaptaram aos novos tempos e novas formas de acumulação, e conseguem conciliar, sobretudo após os anos de 1970 e no Brasil, mais especificamente, após os anos de 1990, investimentos produtivos e investimento especulativo, estando sempre o primeiro subjugado ao último.

Portanto, através de uma reflexão interescalar, retornamos à escala local e regional, fazendo constantes paralelos com a escala nacional e global, focando na realidade do Pontal do Paranapanema e 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente, para que, assim, possamos entender como que esses processos globais, como a própria divisão internacional do trabalho e a reestruturação produtiva dos anos de 1970, têm interferido e se territorializado em nosso recorte de pesquisa, através do capital agroindustrial canavieiro, em outras palavras, a agroindústria do açúcar e do álcool.

Através das entrevistas realizadas com trabalhadores do Pontal do Paranapanema e de municípios que se situam na 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente, evidencia-se que o setor agroindustrial canavieiro, um dos herdeiros do legado colonial de superexploração do trabalho e longas jornadas de trabalho, vem reproduzindo padrões na organização do trabalho atual que remontam ao período colonial, e que como desdobramento tem contribuído para que se verifique desgaste excessivo dos funcionários em uma das indústrias que mais descarta trabalhadores, depois de usá-los até a exaustão, sem qualquer comprometimento com a classe trabalhadora ou mesmo qualquer comprometimento com os interesses de crescimento e desenvolvimento nacional autônomo. Quando se menciona desenvolvimento nacional autônomo, me refiro à possibilidade de se estabelecer um tipo de crescimento e desenvolvimento que esteja comprometido com os interesses do povo brasileiro, ao se apostar em uma indústria forte, uma sólida legislação e proteção social aos mais variados segmentos e frações da classe trabalhadora, e em tecnologias e pesquisa científica. Nem mesmo este tipo de projeto nacional a agroindústria canavieira está interessada em apoiar, pois a avidez, egoísmo e subserviência do setor aos interesses estrangeiros, considerando que a maior parte das agroindústrias atualmente em atuação em nossa região é de propriedade de acionistas de

países do centro do sistema internacional; aliada aos processos e dinâmicas de reprodução ampliada do capital em suas mais variadas facetas, pouco se importa com os interesses nacionais do Brasil e muito menos com a nossa classe trabalhadora em suas mais variadas frações.

O Agrohidronegócio canavieiro tem se territorializado na região com mais força a partir dos anos de 2005 (THOMAZ JUNIOR, 2009), tem se metamorfoseado e adotado novas táticas e práticas, que na realidade de novas não tem muito, mas que vêm para intensificar os níveis de precarização do trabalho e para trazer mais insegurança e instabilidade para milhares de trabalhadores que estão envolvidos no setor sucroalcooleiro na região administrativa de Presidente Prudente. Na realidade, não apenas os trabalhadores que estão direta ou indiretamente envolvidos com o setor estão na mira do capital agroindustrial canavieiro, pois dentre as populações locais, principalmente as dos municípios cercados pelas monoculturas de cana-de-açúcar, pessoas que não estão direta ou indiretamente envolvidas com o setor, estão ameaçadas pela lógica e estratégias de maximização dos lucros aplicadas pelas agroindústrias. Referimo-nos à aposta no pacote de quimificação no campo, amplamente utilizado nos últimos anos no controle de pragas e outros tipos de supostas ameaças à produção. O problema é que neste pacote químico-biológico, muitos agrotóxicos (alguns preferem chamar de “defensivos fitossanitários”, mas esse não é o nosso caso) utilizados, são proibidos em outros países e são comprovadamente perigosos para a saúde de humanos que tiverem contato. Além de muitos desses supostos “defensivos agrícolas” serem proibidos em outros países e serem comprovadamente perigosos para a saúde humana, ainda existe o problema do uso cada vez maior desses agrotóxicos na produção das monoculturas. De acordo com os dados fornecidos pelo site Repórter Brasil, o Brasil faz uso de quantidade de agrotóxicos até cinco mil vezes maior do que a Europa. (Mais adiante veremos algumas tabelas que comprovam a gravidade do que estamos dizendo)

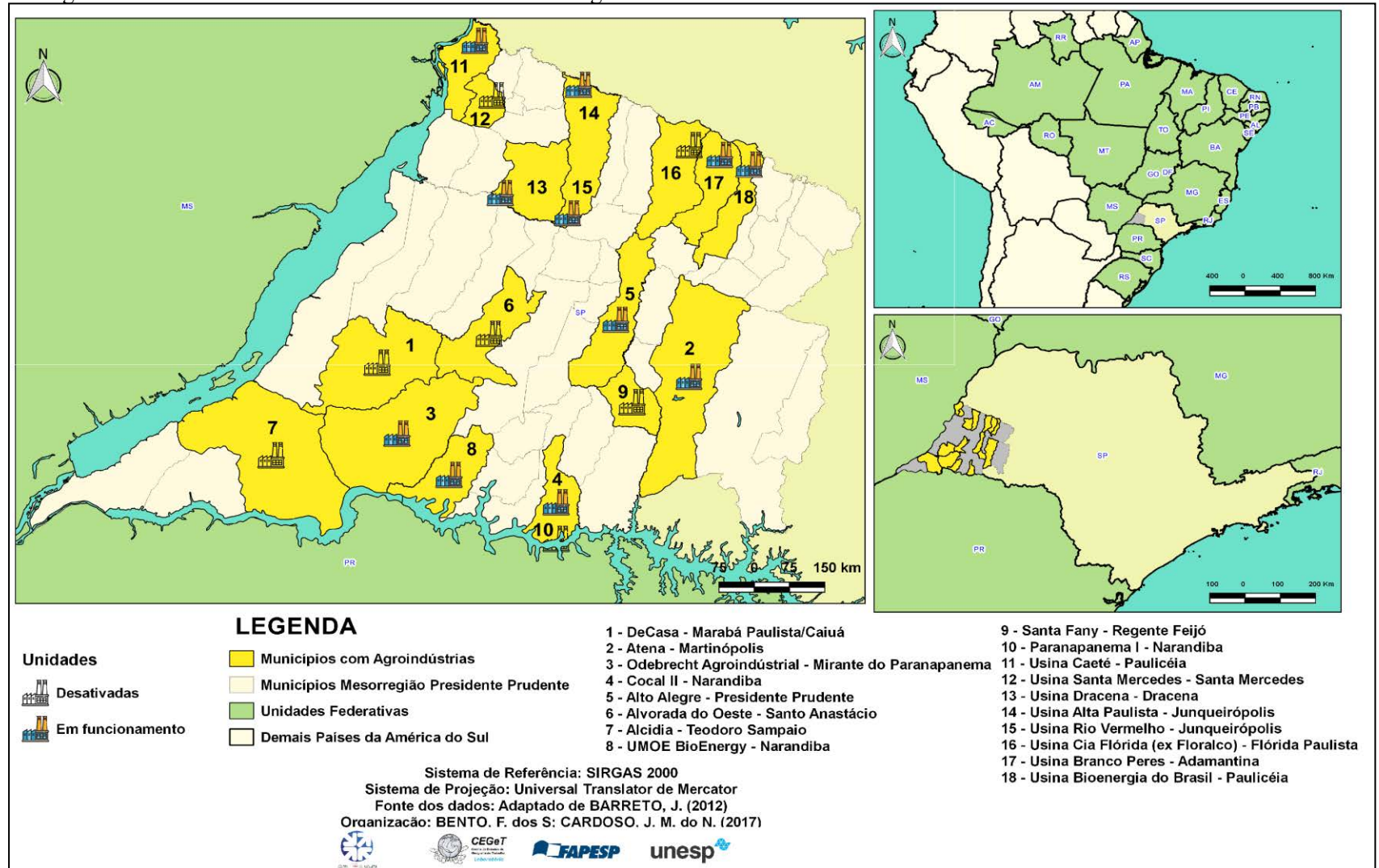
Os trabalhadores do setor sucroalcooleiro e as populações locais estão na mira do agrohidronegócio canavieiro, e isso se evidencia para além do pacote de quimificação no campo, através da reestruturação produtiva dos anos 1970, que no Brasil ficou mais evidente a partir dos anos 1990, onde o capital, como uma resposta à crise estrutural de reprodução dos anos 1970, opta por reestruturar o processo produtivo e organizativo para dar continuidade à reprodução do capital, superar a crise e maximizar os lucros. Isso aliado ao neoliberalismo, retirada do Estado da economia, assim como enfraquecimento da proteção social e legislação trabalhista, possibilitou que os empresários e investidores tivessem o terreno propício aplicar os (re) arranjos na produção e na organização do trabalho, visando intensificar o ritmo de

trabalho, muitas vezes aumentar a jornada de trabalho, como é o que vemos nas agroindústrias do Pontal do Paranapanema, criando mecanismos para realizar o que autores como Alves (2000) chamam de captura da subjetividade, “que seria a tentativa do capital de instaurar um nova hegemonia, no plano da produção de mercadorias, articulando, de modo original, coerção capitalista e consentimento operário” (ALVES, 2000 p.39), mudar a forma como se organiza a produção, e inserir no processo produtivo os maquinários.

E diante disso, o agrohidronegócio (THOMAZ JUNIOR, 2009), que se caracteriza por possuir intensa mecanização, predomínio de monoculturas, utilização de um vasto pacote de quimificação, e uso de sofisticadas técnicas de irrigação direcionada para atender os interesses do mercado, vem com maior intensidade ao longo da segunda década do século XXI promovendo alterações nos modelos organizativos e produtivos com o objetivo de estabelecer as bases para um novo ciclo de reprodução.

Logo, podemos dizer, com base nas entrevistas com os sindicalistas, com os trabalhadores e com representantes das agroindústrias canavieiras, que a partir da crise financeira mundial de 2008, que eclodiu nos mercados europeus e norte-americano, acelerou-se um processo no Pontal do Paranapanema, e de maneira mais abrangente na 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente, de centralização e concentração de capitais e uma aposta no aprofundamento da reestruturação produtiva. Isto é, as agroindústrias maiores, pertencentes geralmente a grupos e conglomerados nacionais e grupos estrangeiros, com a crise, iniciaram o processo de aquisição de agroindústrias canavieiras menores ou grupo menores. Logo, algumas agroindústrias foram desativadas, outras mantiveram o funcionamento, e outras ainda foram incorporadas por grupos-conglomerados nacionais e estrangeiros. O Mapa 4 indica quais são as agroindústrias desativadas e as que estão em funcionamento na 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente.

Mapa 4 - Localização das agroindústrias desativadas e em funcionamento na 10ª região administrativa de Presidente Prudente.



Fonte: BENTO (2017) Org: FERREIRA, G. V. N. (2018)

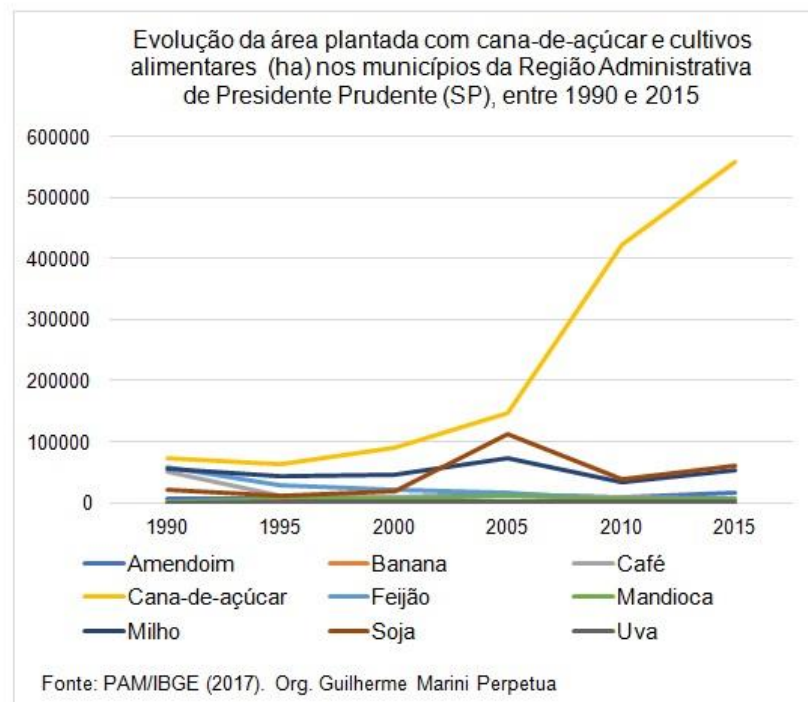
Para explicar este mapa 04, é preciso contextualizar e deixar claro o cenário pós 2008 no mercado internacional. Neste momento pós-crise de 2008, se constata a escolha pelo aprofundamento da reestruturação produtiva no Pontal do Paranapanema e na 10ª RA de Presidente Prudente, e isso teve (e ainda tem) como expoente em nosso recorte territorial, a transição tecnológica e organizacional, que reúne uma série de pressupostos que, se em um primeiro momento parecem benéficos para os trabalhadores, quando melhor analisados demonstram que vieram para piorar suas condições de trabalho e vida, seja através do desemprego estrutural, da intensificação do trabalho para os trabalhadores que conseguem permanecer no setor, estes que agora, mais do que nunca, vão ter que trabalhar no ritmo da máquina, jornadas de trabalho mais longas e exaustivas, assim como novas formas organizacionais da produção que vão impactar principalmente no surgimento de problemas, inquietações, doenças ou o que chamo de incomodações ocupacionais, que seriam reclamações por dores ou mal-estar que surgem cotidianamente nos corpos e mentes dos trabalhadores do setor sucroalcooleiro. Doenças e problemas se tornam recorrentes também, como problemas para dormir, zumbido no ouvidos (mesmo com a utilização dos abafadores de ruído, no caso dos trabalhadores que atuam na condução das máquinas), stress, dores nas costas (muito recorrente entre os que atuam nos maquinários, tratores e caminhões, ou mesmo entre os poucos que ainda atuam no corte manual da cana).

A tecnificação na cana, mais especificamente na substituição do corte manual pelo corte mecanizado, supostamente seria algo benéfico para a vida dos trabalhadores, por impedir que estes desempenhassem funções exaustivas ou degradantes. No entanto, a substituição dos trabalhadores do corte manual por maquinários, criou outro problema sério, o desemprego estrutural e a intensificação da instabilidade nos postos de trabalho. Isso impacta no número de desempregados na região de Presidente Prudente, e impacta também seguindo uma lógica básica, nas finanças públicas das prefeituras dos municípios da região que além de serem muito dependentes da atividade canavieira (e isso é uma opção política feita pelos grupos políticos e econômicos de muitos municípios da região de nosso recorte, como salienta alguns dos trabalhadores entrevistados nos municípios do nosso recorte territorial), ainda terá que despender recursos com a assistência social para impedir que uma convulsão social ocorra nos municípios. O mapa 2 indica que Decasa de Marabá Paulista e Caiuá, a Alvorada do Oeste de Santo Anastácio, a Alcídia de Teodoro Sampaio, Santa Fany de Regente Feijó, a agroindústria Santa Mercedes de Santa Mercedes e agroindústria Cia Flórida (ex-Floralco) de Flórida Paulista são algumas das agroindústrias desativadas. Desta forma, os das agroindústrias são impactados, as populações locais que não estejam diretamente associadas

com o setor sucroalcooleiro também são afetadas, e as prefeituras são obrigadas a assistir financeiramente as famílias de trabalhadores que foram dispensados ou mesmo descartados pelas agroindústrias canavieiras.

Nesta linha de raciocínio, o gráfico 01 indica a evolução da área plantada com cana-de-açúcar e cultivos alimentares nos municípios da 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente. A partir deste gráfico pode-se perceber que mesmo com a desativação de algumas agroindústrias na região, o que inclusive contribuiu para demissões em massa de trabalhadores, com rebatimentos negativos nas economias locais dos municípios da região, houve um processo de aumento da área plantada de cana-de-açúcar.

Gráfico 1 - Evolução da área plantada com cana-de-açúcar e cultivos alimentares nos municípios da 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente.



Como é possível vislumbrar no gráfico 01 quando comparado com o mapa 04, este processo de tecnificação do setor sucroalcooleiro, se por um lado contribuiu com a desativação de algumas agroindústrias na região, curiosamente permitiu que se aprofundasse na região a discrepância em investimentos e produção, entre a produção de cana-de-açúcar e etanol e outras culturas variadas, como o feijão, amendoim, mandioca, milho etc, que poderiam contribuir para o abastecimento de alimentos na região. Enquanto se evidencia mais recursos, expresso através de um processo de tecnificação da cana e todo um aparato tecnológico e organizacional bancado pelo Estado, seja na esfera estadual ou federal, através

de incentivos fiscais, crédito com juros baixos, desonerações e outras tantas mordomias que compõem o bolsa-latifúndio para os usineiros que atuam no Pontal do Paranapanema (e tudo com dinheiro público!), os produtores de culturas outras que não sejam a cana-de-açúcar pouco ou nada de recursos receberam, considerando que as políticas públicas para os pequenos produtores, assentados e camponeses que produziam e apostavam em culturas como o feijão, amendoim, mandioca, milho, banana, soja, café e uva não são tão valorizadas pelo governo estadual e governo federal.

A valorização da cana-de-açúcar na região e aumento da área plantada indicada no gráfico 01, tem sido acompanhada por uma desvalorização e conseqüente diminuição da produção de outras culturas que poderiam proporcionar uma economia mais diversa e por conseqüência mais sólida para a região. Isto como já dito, torna o Pontal do Paranapanema, e em maior abrangência a 10ª região administrativa de Presidente Prudente extremamente dependente para com a cultura da cana-de-açúcar, tendo efeitos negativos inclusive nas finanças das prefeituras, pois dependendo da saúde financeira das agroindústrias, caso estas saiam da região, o Pontal do Paranapanema e a 10ª administrativa de Presidente Prudente “quebram”, com danos econômicos, políticos e sociais difíceis de se reverter no curto e médio prazo. Por isso permitir uma valorização sem controle do monocultivo cana, assim como o aumento da área plantada da cana-de-açúcar, sendo que com as outras culturas vêm acontecendo o contrário por falta de políticas públicas e incentivos para produção, é deixar a população dos municípios da região reféns de usineiros e grupos empresariais nacionais e estrangeiros.

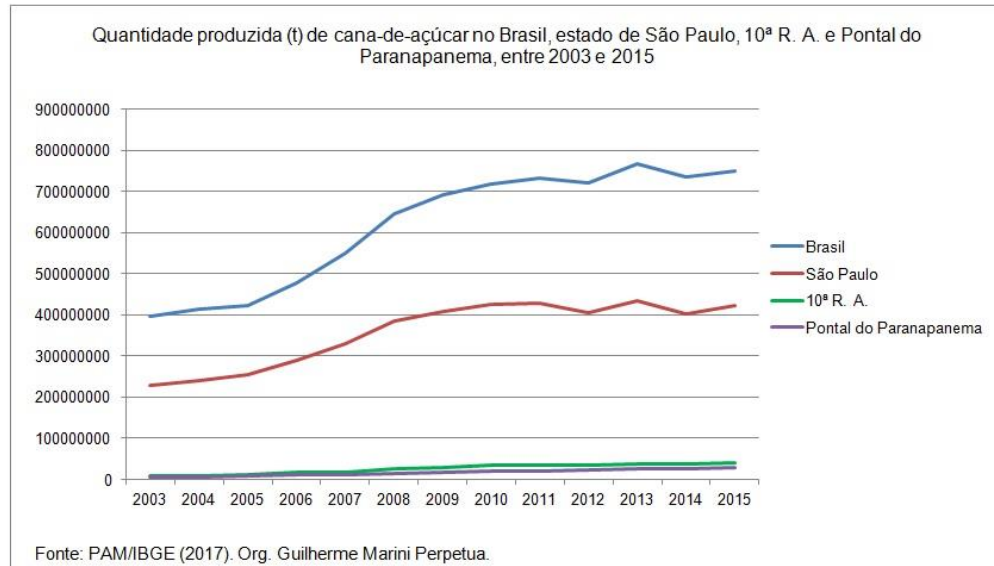
Portanto quando se fala em tecnificação da cana-de-açúcar, mecanização do corte (para além da mecanização do plantio) e aumento da área plantada, é preciso ter clareza e conhecimento de que para além dos desdobramentos na saúde dos trabalhadores, nas condições de trabalho, na consciência de classe etc., este processo amplo em curso também intensifica um problema muito sério que está associado ao aprofundamento da dependência econômica da região para com o setor sucroalcooleiro e pode ter desdobramentos terríveis sobre a soberania alimentar no Pontal do Paranapanema e 10ª região administrativa de Presidente Prudente.

Vejamos outros gráficos que demonstram o que vem acontecendo nos últimos anos no Pontal do Paranapanema: uma completa inversão de prioridades, com a valorização e aumento da área plantada da cana-de-açúcar, seguindo uma tendência nacional e estadual de incentivo à produção da cana-de-açúcar e seus derivados, como por exemplo o etanol. O gráfico 02 trata



da quantidade de cana produzida no Brasil, no estado de São Paulo, 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente e Pontal do Paranapanema, entre 2003 e 2015.

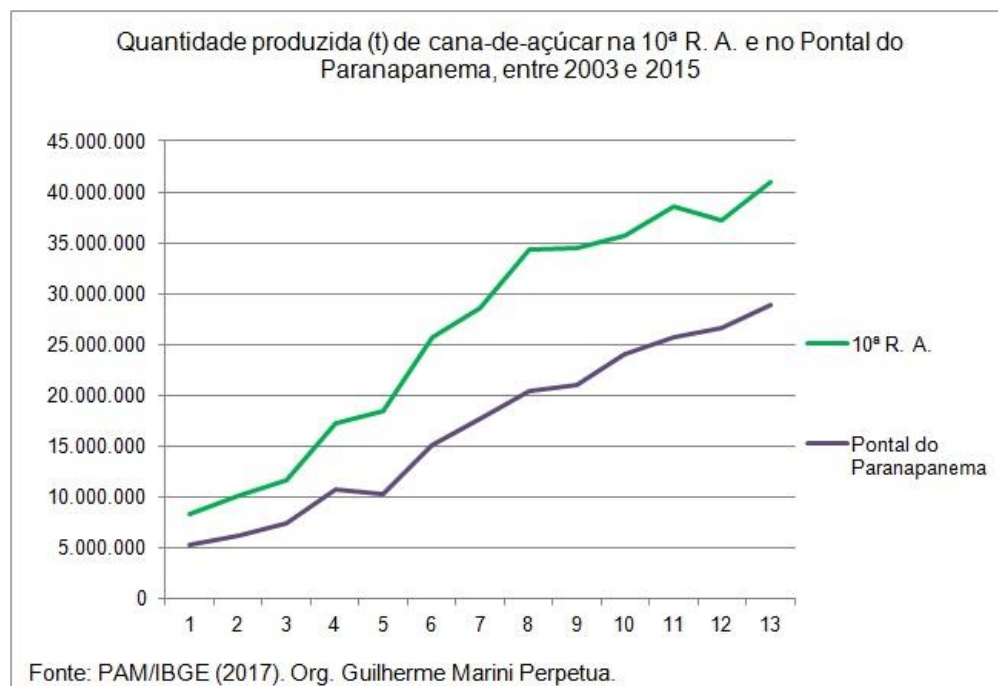
Gráfico 2 - Quantidade de cana produzida no Brasil, no estado de São Paulo, 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente e Pontal do Paranapanema, entre 2003 e 2015.



O gráfico 02 acima nos esclarece que o que ocorre no Pontal do Paranapanema e na 10ª região administrativa de Presidente Prudente é parte de uma tendência de aposta, por parte do governo estadual e federal, na produção da cana-de-açúcar e seus derivados visando principalmente o mercado internacional, este que nos últimos anos tem se colocado como ávido comprador de produtos primários como o açúcar em bruto e combustíveis renováveis com aparência de sustentáveis, como o etanol proveniente da cana. Destaca-se entre os maiores compradores e parceiros comerciais interessados nestes produtos primários e combustíveis “limpos”, países como a China e blocos econômicos como a União Europeia. Curiosamente de acordo com o próprio diretor executivo da União da Indústria de Cana-de-açúcar (Unica), Eduardo Leão de Sousa, até 2016 o Brasil exportava perto de 2,5 milhões de toneladas à China, desta forma se tornando o principal fornecedor da China, no entanto em 2018 o país asiático implementou uma série de medidas protecionistas como o aumento da tarifa de importação com o objetivo de conter o que eles chamam de “inundação do mercado chinês com o açúcar brasileiro”, o que em certo ponto começava a colocar em risco a produção local. Dessa forma, é possível perceber que o modelo neo-desenvolvimentista assentado sobre o resgate e reforço da herança de um Brasil meramente agro-exportador, quando situações conjunturais como estas acontecem, coloca em risco a própria economia do Brasil como um todo, considerando que esta é tão dependente da exportação de produtos

primários, ou também chamados de *commodities*. (Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2018/09/21/internas\\_economia,990606/por-acucar-brasil-leva-china-a-omc.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2018/09/21/internas_economia,990606/por-acucar-brasil-leva-china-a-omc.shtml)). E nas economias regionais, sobretudo nas regiões do Brasil dependentes da cultura da cana, estes efeitos podem ser devastadores. Vejamos no gráfico 03 o comparativo entre a quantidade produzida de cana-de-açúcar na 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente e no Pontal do Paranapanema, entre 2003 e 2015, que demonstra a reafirmação da aposta do Brasil e mais especificamente estado de São Paulo, de maneira inconsequente e pouco inteligente, de aumentar a quantidade de cana-de-açúcar na 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente e no Pontal do Paranapanema, tornando a região extremamente dependente das flutuações do preço da cana-de-açúcar e etano, sobretudo no mercado internacional.

Gráfico 3 - Quantidade produzida de cana-de-açúcar na 10ª Região Administrativa e no Pontal do Paranapanema, entre 2003 e 2015.



Desta forma, como se constata no Gráfico 03 e nos anteriores (1 e 2), percebe-se que no Pontal do Paranapanema e na 10ª região administrativa de Presidente Prudente houve um crescimento contínuo da quantidade de cana-de-açúcar produzida e da área plantada, que inclusive acompanha uma tendência nacional e estadual de aposta no setor sucroalcooleiro, seja para a produção de açúcar em bruto para exportação, seja para a produção de etanol para abastecimento do mercado interno e externo, principalmente este último. E isto tem desdobramentos problemáticos para a economia das regiões que são dependentes desse setor,

pois quando ocorrem grandes números de demissões e dispensas de trabalhadores, os municípios como um todo são afetados, sobretudo por conta do aumento dos gastos com assistência social, sendo também impactados quando as agroindústrias canavieiras desativam as funções produtivas e abandonam as cidades do Pontal. Na transição tecnológica, que tem o objetivo de dar continuidade a acumulação do capital canavieiro na região usando como retórica o discurso ambientalista, a dimensão do desemprego estrutural se coloca como uma marca que sintetiza o processo: muitos trabalhadores descartados pelas agroindústrias não conseguem ser realocados por falta de postos de trabalho para todos em outras funções laborais nas agroindústrias.

A mecanização do corte da cana, que é parte da transição tecnológica, em outras palavras tecnificação da cultura da cana-de-açúcar, é um mecanismo que o próprio patronato paulista em algum momento aplicaria no campo, mas tal proposta ganhou contornos mais realistas depois que foram publicados e denunciados os desdobramentos que a queima da cana-de-açúcar trazia para o meio ambiente. Assim, “as cartas marcadas foram colocadas na mesa” e o patronato paulista não perdeu a oportunidade de se associar às causas ambientalistas. É preciso dizer que o corte manual da cana sem queima, como indicam Maniglia *et al.* (2011), é viável, embora implique a necessidade de contratação de novos trabalhadores e o aumento nos custos totais com a colheita, em virtude da diminuição da capacidade individual de corte. Exclusivamente por aumentar seus custos de produção é que o setor sucroalcooleiro rejeita alternativa produtiva de corte manual da cana “crua”, embora essa alternativa político-econômica apareça dissimulada na assertiva de ser a colheita manual inviável sem a queima da cana-de-açúcar.

A mesma autora ainda acrescenta que a relação entre mecanização da colheita e eliminação da queima prévia da cana dá-se, assim, mediada pelo interesse econômico unilateral do patronato sucroalcooleiro e desfeito o mito da vinculação causal, embora essa mediação seja cuidadosamente ocultada. Esclarecido e desfeito o mito da vinculação causal, dizemos que houve uma útil convergência entre eliminação da queima prévia e mecanização da colheita.

O patronato canavieiro, para os mesmos autores, já havia indicado a tomada de decisão pela mecanização a colheita, a ser feita no momento mais oportuno. Esta proposta viria a ser complementada nos anos de 1990, com a demanda pela eliminação da queima da cana-de-açúcar. Essa demanda, então, passa a agregar novos atores da dinâmica decisória sobre os rumos da produção canavieira, em particular o Ministério Público e o Poder Judiciário, contrariando os interesses do patronato sucroalcooleiro, acostumado a decisões unilaterais em

seu favor. Isso significa que ao setor sucroalcooleiro interessava mecanizar a colheita a seu tempo e seu gosto, e é nesse contexto histórico que se insere a demanda sócio-política pela proibição da queima da cana-de-açúcar. Como resposta a tal demanda, e como produto de cooptação do Estado para atendimento dos interesses do patronato canavieiro, constrói-se a normatização de proibição gradativa da queima de cana-açúcar, inicialmente com a promulgação de textos normativos que foram, depois, concretizados por meio de decisões judiciais e de políticas públicas. A proibição gradativa da queima da cana foi, dessa forma o instrumento que unificou as temáticas da eliminação da queima e mecanização da colheita, permitindo a perpetuação de um modelo de produção ambientalmente degradante por três décadas e autorizando o setor sucroalcooleiro a conduzir mais uma etapa da modernização conservadora.

Um dos primeiros textos normativos que dão contorno jurídico à estratégia do patronato canavieiro de São Paulo, foi o decreto estadual nº 42.056-1997. Esse documento, de acordo com Maniglia *et. al* (2011), previa que a queima da cana seria totalmente eliminada em áreas mecanizáveis ao fim de oito anos após sua edição (seria 2005), e em áreas não-mecanizáveis, ao fim de 15 anos após a sua edição (seria 2012). Quando o patronato do setor viu que não conseguiria cumprir a meta, fizeram *lobby* mais uma vez e conseguiram que o poder público reformulasse a normatização. O texto foi descartado e substituído em 1999. Outro texto, um pouco mais brando e permissivo veio a público em 2002, através da lei Estadual nº 11. 241, que definiu os contornos normativos que regem a temática até os dias atuais. Assim, o patronato do setor sucroalcooleiro pressionou o Estado e usou todo seu poder econômico e político para fazer valer suas demandas, que eram a de adiamento dos prazos legais e elaboração de políticas públicas para atender seus interesses enquanto classe.

Neste sentido, enfatizamos que a regulamentação atual prevê, por sua vez, que em áreas mecanizáveis, a queima deverá ser gradualmente eliminada, com extinção total prevista para 2021. Em áreas não mecanizáveis, a queima tem como data prevista para seu final o ano de 2031.

Com relação ao desemprego estrutural, produzido pelo avanço da mecanização no campo, Maniglia *et. al* (2011) esclarecem que os textos normativos aparentemente buscam enfrentar o problema, embora seja de maneira superficial. A Lei Estadual 11. 241-2002 prevê, por exemplo, em seu artigo 10, que o poder Executivo deverá criar programas visando à requalificação profissional dos trabalhadores canavieiros. A concretização desses textos, todavia, é nesses pontos parca ou nula, sendo amplamente insuficientes os trabalhos de

requalificação desenvolvidos. Falta vontade política em modificar a situação vivida pelos trabalhadores sucroalcooleiros, mantendo-se inerte o Estado no cumprimento de seus deveres.

Nessa linha de raciocínio, concordamos com os autores, quando indicam que o que se vê, de fato, na realidade canavieira, é que a proibição gradativa corrobora, por um lado, o processo de modernização perversa da produção sucroalcooleira, por permitir uma mecanização descontrolada e carente de políticas públicas compensatórias, e promove, por outro, a perpetuação por três décadas de um sistema produtivo ambientalmente degradante, apoiado numa prática agrícola extremamente danosa. Modernização perversa e degradação ambiental são, assim, as duas faces da útil convergência entre mecanização da colheita e eliminação gradual da queima da cana-de-açúcar.

Portanto, não seria um equívoco conceitual dizer que a tecnificação na produção, entendida aqui enquanto expoente da reestruturação produtiva no território do Pontal do Paranapanema e em maior abrangência no território da 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente, sendo a mecanização parte importante deste pacote de mudanças, é uma forma de modernização conservadora e perversa no campo, buscando maximizar os lucros mesmo com os custos sociais e ambientais sendo tão grandes para o conjunto da sociedade. E o que dizem os próprios trabalhadores e sindicalistas entrevistados.

Eu acho que naquela época era bem melhor para trabalhar do que hoje. Porque mudou muito o maquinário, principalmente no plantio mecanizado que usa 2 pessoas, uma no engate no trator e outra lá em cima. Antigamente quando era manual, tinha 22 pessoas cada time, que eles falam cada time né. Então, tinha muito serviço pra muita gente, hoje não, hoje raleou bastante (Sr. André, trabalhador terceirizado de 60 anos).

O problema do desemprego estrutural fica visível nas falas dos trabalhadores como Sr. Agenor, entrevistado em nossa pesquisa científica, que exerce funções em várias agroindústrias da região e do norte do Paraná, através de uma empresa terceirizada (Agrovale). É um trabalhador constantemente submetido a uma intensa precarização do trabalho que se manifesta no aumento do ritmo de trabalho e no aumento das jornadas de trabalho (aumento da quantidade de horas que trabalha por dia). O mesmo nos diz que nas empresas que ele já atuou no setor sucroalcooleiro, na região do Pontal do Paranapanema, ou mesmo Norte do Paraná e no Triângulo Mineiro, a entrada do maquinário tem feito com que muitos trabalhadores perdessem seus empregos e aumentassem as fileiras dos desempregados provenientes do setor sucroalcooleiro.

Os próprios sindicalistas, como o do sindicato dos trabalhadores rurais de Presidente Prudente, nos indicam que o processo de mecanização na colheita da cana-de-açúcar está

avançando e não tem como evitar. O sindicalista de Presidente Prudente reconhece que o problema existe, mas como veremos no próximo capítulo, o tipo de ação, o discurso propositivo, a dificuldade em se adaptar de maneira combativa às mudanças do mundo do trabalho nos anos pós 1970, e o alinhamento recorrente com os interesses do patronato através de acordos cada vez mais benéficos para com o patronato, nos revela que muitos sindicalistas estão cooptados pelos patrões do agrohidronegócio canavieiro, abandonando ou mesmo fazendo vista grossa para os ataques constantes feitos contra o bem-estar, direitos, consciência e saúde dos trabalhadores rurais; ou mesmo estão politicamente e ideologicamente perdidos, sem saber exatamente como reagir e resistir à ofensiva do capital agroindustrial canavieiro. Isso é demonstrado de maneira sutil nas falas de alguns dos sindicalistas entrevistados.

Aí entrou as usinas e entrou as máquinas, e aonde entra máquina sai o homem. Nós, o trator, a máquina, substitui 80 trabalhadores do setor canavieiro. De agora para frente, passou para 160, de 80 para 160. O trator antes cortava uma rua de cana e ia cortando e jogando no caminhão do lado. Agora, eles tão plantando a cana pertinho aqui ó, então o trator já leva duas ruas. O trator corta a cana, moe, o trator vai andando e vai devagarzinho com o caminhão do lado certo? Caçamba encheu, o trator trabalha 24 horas. Então, o setor canavieiro reduziu, mais muito mesmo, os trabalhadores rurais e os cortadores de cana. Mas ainda tem, porque a topografia o trator não entra né, as vezes é abaixadinha, certo, então precisa da mão de obra. (Sr. Henrique, Presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Presidente Prudente).

Nesta fala o sindicalista de Presidente Prudente deixa muito claro que a mecanização, assim como uma série de novos arranjos organizacionais e produtivos, está em curso no Pontal do Paranapanema e na 10ª Região de Presidente Prudente de uma maneira mais abrangente.

Entrevistador: - E, por exemplo, trazendo essa questão do STF, como que isso, a máquina está entrando com força nas usinas. Como que isso vem impactando? Como que o sindicato tem visto isso?

Sindicalista de Presidente Prudente: - É preocupante.

Este outro trecho indica que o sindicato estaria supostamente preocupado com a ofensiva do capital no território de nosso recorte territorial. Isso é ao menos o que o representante da organização sindical dos trabalhadores rurais de Prudente diz nesse momento da entrevista, algo não muito diferente do que os outros três sindicalistas disseram quando entrevistados. Isto inquieta e instiga a reflexão com relação à organização dos trabalhadores em tempos de avanço do capital agroindustrial canavieiro sobre o trabalho, em ambiente de reestruturação produtiva, tendo como expoente na região de nosso recorte territorial a transição tecnológica.

Entender como o sindicato tem se portado diante dessa ofensiva do capital sobre o trabalho e todas dimensões da vida dos trabalhadores rurais e de outras categorias, é imperativo, considerando que o sindicato não é uma exceção quando tratamos dos desdobramentos nocivos da reestruturação produtiva no Pontal. Os sindicatos estão afastados dos trabalhadores, e muitas vezes são mal vistos por estes e, assim, a tragédia se aprofunda, principalmente se levarmos em conta que da mesma forma como a organização por vias legais da classe trabalhadora está comprometida pela ofensiva do capital nessas primeiras décadas do século XXI, a saúde dos trabalhadores também têm sido muito impactada, sobretudo, situação esta que é agravada pelo engessamento dos sindicatos e afastamento destes diante dos trabalhadores, fazendo com que as condições objetivas e subjetivas de trabalho se tornem ainda piores, e assim, a saúde coletiva dos trabalhadores é colocada em xeque.

**Capítulo 3. Sindicato e trabalho: a reestruturação produtiva do capital, a crise do sindicalismo em suas duas dimensões, e a saúde dos trabalhadores.**



### 3.1. Sindicato, trabalho, crise estrutural do capital e reestruturação produtiva.

Entender de que forma a transição tecnológica vem impactando nos últimos anos os municípios do Pontal do Paranapanema, seja através da saúde financeira dos municípios, seja através das condições de trabalho, saúde física e mental dos trabalhadores, salários, oportunidades e captura da consciência de classe e subjetividade dos trabalhadores, se coloca como imprescindível para buscar a compreensão da totalidade da complexa realidade territorial da região. E nesta linha de raciocínio é *mister* ter clareza que os sindicatos, supostamente expressões legais e combativas da defesa dos interesses dos trabalhadores, não seriam diferentes, quando pensamos nos aspectos da vida na região que são afetados pelo processo de transição tecnológica e organizacional, entendido como expoente da reestruturação produtiva.

Antunes (2000) nos diz que os sindicatos são associações criadas pelos operários para sua própria segurança, para a defesa contra a usurpação incessante do capitalista, para a manutenção de um salário digno e de uma jornada de trabalho menos extenuante, uma vez que o lucro capitalista aumenta não só em função da baixa de salários e da introdução das máquinas, mas também em função do tempo excessivo de trabalho que o capitalista obriga o operário a exercer.

Antunes (1980) ao dizer que a atuação dos sindicatos baseia-se nas lutas cotidianas da classe operária, nos está adiantando que essas agremiações constituem-se também em força organizadora da classe operária na luta pela supressão do sistema de trabalho assalariado. Devem ser considerados como centro de organização dos operários visando sua emancipação econômica, social e política.

Ao se aprofundar na análise da Constituição de 1988, Azevedo (2008) nos indica que de acordo com a própria Constituição no Art. 8º, parágrafo III, “ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria”, podendo ser, neste caso, uma forma de proteção do trabalhador da exploração do capital e, ao mesmo tempo, agente de esclarecimento dos direitos sociais dos trabalhadores.

No entanto, sua proposta inicial de defesa dos trabalhadores e enfrentamento ao capital, assim como a de agente de esclarecimento dos direitos sociais da classe trabalhadora previsto na Constituição de 1988, é colocada cada vez mais à prova, principalmente a partir de eventos/processos hegemônicos que ocorrem como uma resposta das elites mundiais à crise do modelo de acumulação taylorista/fordista: a reestruturação produtiva e o avanço do pacote neoliberal.

Na bibliografia específica consultada sobre os sindicatos no Brasil e o sindicalismo de modo geral no século XXI, nos é indicado que essa instância organizativa se encontra em crise (ALVES, 2000; ANTUNES, 2000; THOMAZ JUNIOR, 2009). Os autores concordam que o sindicalismo, principalmente na aurora do século XXI, demonstra notória fragilidade, no que tange principalmente aos interesses da classe trabalhadora, a ponto de sua utilidade e condição de existência serem postas em questão, pelos próprios trabalhadores, especialmente os desempregados.

O que se deve, basicamente, à incongruência de suas práticas, não muito claras aos trabalhadores e à falta de políticas de desenvolvimento de elementos e meios dialógicos de interlocução e interação entre lideranças e afiliados, uma questão que preocupa, há muito, aqueles que se envolvem com essa problemática, já secular. O que faz com que as organizações sindicais (como também a de “partidos”, “movimentos” etc., que evocam a centralidade da classe trabalhadora e do mundo operário, particularmente) percam sua verdadeira essência, que é a de contemplar e completar a personalidade do trabalhador, como se fosse a extensão desta (THOMAZ JUNIOR, 2009).

Thomaz Junior (2002) acrescenta que para exemplificar a gravidade da situação e do momento das instâncias organizativas, nos STRs predominam também o encastelamento, o imobilismo, o burocratismo e o distanciamento das bases e dos locais de trabalho.

Assim, é necessário buscar dados, informações, fazer pesquisa empírica para tentar compreender como que se dá a atual dimensão política, ideológica e econômica dos sindicatos, compreendida em nosso recorte espacial na figura do STR's; e qual seria seu papel em um momento que sua função enquanto defensor da classe trabalhadora se faz mais do que necessário, considerando que como nos assinala Thomaz Junior (2013) têm-se uma massa cada vez maior e mais necessária de produtos e mercadorias, que correspondem à necessidade da expansão do capital produtivo, adicionada a uma crescente diminuição de postos de trabalho e do próprio trabalho, produtor de valor. Ao mesmo tempo em que o trabalho humano (e sua condição natural de geração de valores) é o fundamento da existência do capital, contraditoriamente o próprio capital é poderoso instrumento de (des)realização do trabalho.

Portanto, se deve debruçar sobre o campo do debate político, econômico e ideológico que há por trás desta suposta crise do sindicalismo de massa que os autores nos dizem. O aprofundamento nesta questão permite compreender os motivos para a classe trabalhadora ter tanta dificuldade em se articular e os elementos que podem contribuir para que ela, numa

perspectiva de crítica radical ao capital e enfrentamento à este, possa restabelecer a coesão necessária para resistir e almejar um modelo de sociedade (e trabalho) para além do capital.

Entender a realidade territorial do Pontal do Paranapanema, os conflitos, as disputas e desdobramentos na organização dos trabalhadores, implica e necessita de uma abordagem que abarque as transformações globais que o mundo do trabalho vem sofrendo desde os anos de 1970 com o pacote de reestruturação produtiva, criado como uma resposta das elites mundiais diante da crise sistêmica do capital (THOMAZ JUNIOR, 2017; 2018a). Desta forma, os sindicatos, como parte da realidade territorial da nossa região de estudo, foram impactados por esses processos globais, que no Pontal do Paranapanema, adquiriu particularidades, estas inerentes à um território historicamente marcado por conflitos pela terra, violência no campo, genocídio de indígenas e destruição do meio ambiente. Os sindicatos deste território, como parte desta realidade, não poderiam deixar de ser afetados por essas características históricas juntamente com os processos globais, sobretudo os sindicatos dos trabalhadores rurais (STR's) e sindicatos dos empregados rurais (SER), que curiosamente para além dos problemas em enfrentar os ditames do capital, ainda contam com disputas internas por hegemonia, poder e visão de sindicalismo. Inicialmente, de acordo com os próprios sindicalistas, havia a FETAESP, no entanto, a partir de disputas internas, que geralmente tem como desdobramento “rachas” na estrutura, surgiu a federação FERAESP. Mais recentemente, uma nova ruptura gerou a federação FETRAGRO. E estas disputas, se reproduzem inclusive na base, como foi possível constatar nas entrevistas realizadas com quatro presidentes de sindicato, o de Presidente Prudente, o de Regente Feijó, o de Flórida Paulista e o de Junqueirópolis.

Em Junqueirópolis percebe-se na entrevista que o STR não está mais alinhado com a FETAESP, como é comum que ocorra com os STRs, e muito menos se tornou um sindicato dos empregados rurais, estando alinhado à Federação FERAESP; logo, pelo que foi falado ao longo da entrevista, percebe-se que um novo racha nas federações teve como desdobramento a criação de uma nova federação: a FETRAGRO. Embora esta já exista há pelo menos nove anos, de acordo com a presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Flórida Paulista, ainda é um Federação extremamente atual se comparada com as outras, como a FETAESP ou FERAESP. Neste sentido, tanto o STR de Junqueirópolis, quanto o de STR Flórida Paulista, abandonaram o alinhamento com a FETAESP, e se alinharam com a nova federação FETRAGRO.

Essa é uma problemática que por si só mereceria um projeto de pesquisa e um estudo aprofundado apenas para compreender as relações entre as federações. Embora esse não seja o

objetivo de nosso trabalho de conclusão do curso, é importante que fique claro que a relação entre as federações de sindicatos não é harmônica, e até mesmo a relação entre sindicatos nas bases também não tem nada de harmonia e camaradagem. Na realidade está mais para uma relação de constante atrito e ocasionais “cessar-fogo”. De qualquer forma, um problema todos os sindicatos, seja na base, seja nas federações, tem em comum: a questão do orçamento dos sindicatos preocupa os dirigentes, e em nossa região, isto é ainda mais notável, considerando uma tendência de diminuição do número de filiados nos últimos anos, por diversos motivos, geralmente associados ao processo de tecnificação do setor sucroalcooleiro.

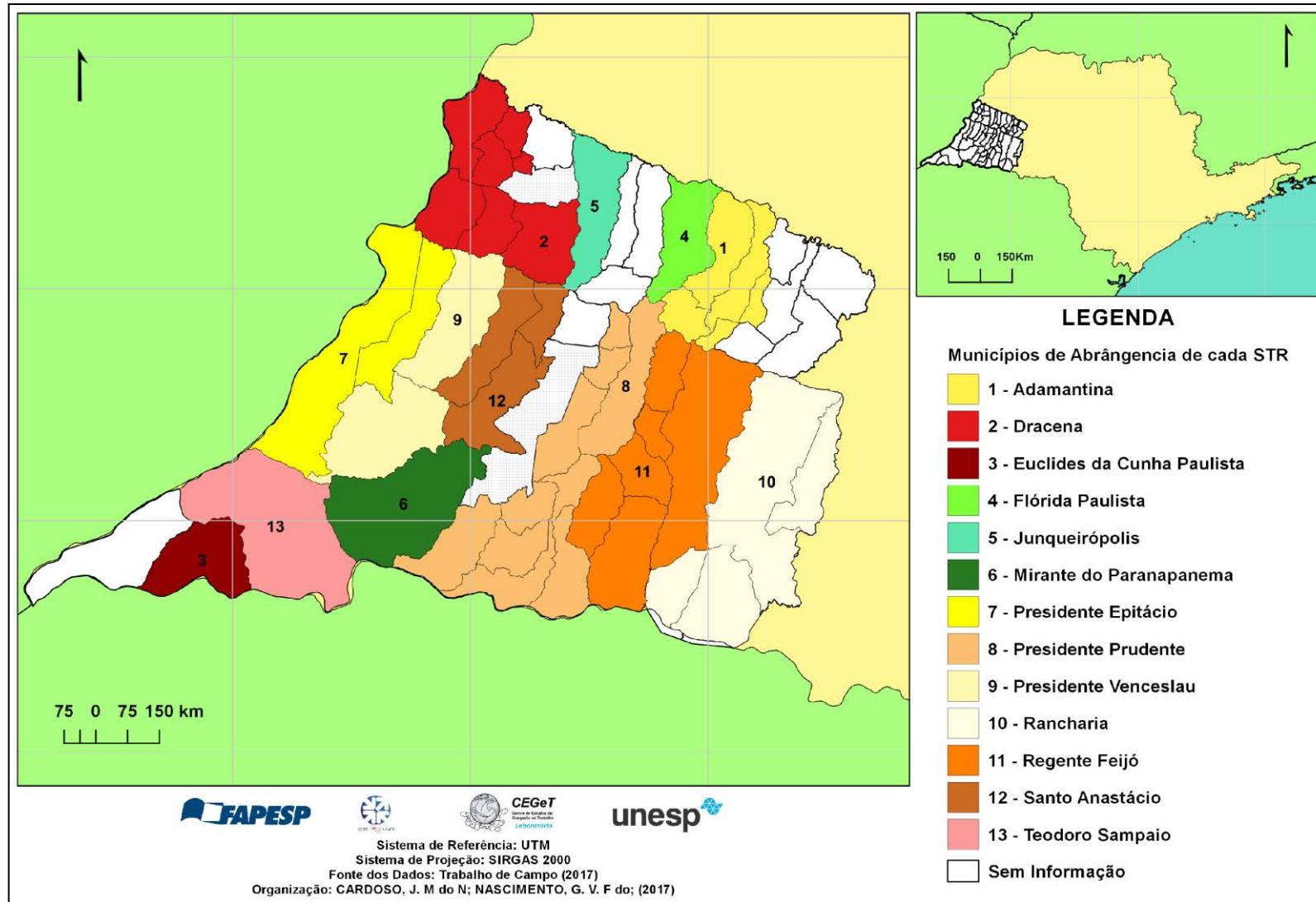
Como foi desenvolvido no item 1.1, 2.1, e 2.2, é factível que a agroindústria canavieira, sobretudo a partir dos anos de 1990 e na segunda década do século XXI, no Pontal do Paranapanema e 10ª RA de Presidente Prudente, tem seguido os pressupostos da reestruturação produtiva, incrementado uma série de mudanças organizacionais e na produção, para dar mais dinamismo e maximizar os lucros se preparando para um novo ciclo de reprodução do capital, principalmente nos pós-crise financeira de 2008. Na região em estudo, a transição tecnológica fosse tomando conta do território e, atualmente, é difícil encontrar uma agroindústria que não tenha incrementado na produção e na organização desta primeira, significativas alterações e mudanças que possuem como único objetivo a maximização dos lucros e redução de gastos tidos como desnecessários, isto inclui dispensa de dezenas de trabalhadores e substituição destes por maquinários.

Dentre estes novos moldes sugeridos pela reestruturação no setor agroindustrial canavieiro, destacamos a (não tão nova assim!) mecanização no plantio e na colheita da cana, que vem, como mostrado no item 2.2, criando um verdadeiro exército de trabalhadores desempregados e descartados pelas agroindústrias por conta dos novos patamares produtivos. Os sindicatos ficaram de braços atados, alguns por conviência e outros por incapacidade de elaborar uma resistência sem articulação, considerando que uma resistência do tipo deveria contar, para ser bem-sucedida, com o apoio e participação de federações inteiras, assim como com a solidariedade e alianças entre todas as federações do Estado de São Paulo. Em outras palavras, improvável ou mesmo impossível.

Os sindicatos contam com as contribuições sindicais, e isto está previsto na Consolidação das Leis Trabalhistas, como o imposto sindical, o assistencial e em alguns casos, como os sindicatos alinhados com a FETAESP, com a contribuição federativa. No entanto, quando se reduz o número de trabalhadores nas bases, por conta do desemprego estrutural, se reduz a contribuição que os trabalhadores direcionam para os sindicatos. Mesmo que a redução do número de trabalhadores atuando no setor agroindustrial canavieiro não

impactasse nos sindicatos e nas federações, estes dois últimos com a redução dos números da classe trabalhadora no setor, perdem parte considerável do poder político. E isso nenhum sindicato e federação está disposto a perder. Pois para muitos dirigentes, poder político significa poder de barganha a nível estadual e inclusive a nível nacional nas disputas políticas entre os próprios sindicatos, federações, centrais sindicais e na esfera político-partidária.

Mapa 5 - Abrangência de cada sindicato dos trabalhadores rurais e sindicato dos empregados rurais da 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente.



Antes de se aprofundar sobre o problema de orçamento nos sindicatos, afetado principalmente pela tendência de redução da taxa de sindicalizados, é necessário ter clareza com relação ao desenho de territórios-base para cada sindicato. Seria de acordo com o Mapa 05: o STR de Presidente Prudente tem entre os municípios que compõem a sua base territorial Presidente Prudente, Álvares Machado, Alfredo Marcondes, Santo Expedito, Pirapozinho, Narandiba, Estrela do Norte, Sandovalina e Tarabai. Ao menos foi esta a informação que o sindicalista de Presidente Prudente forneceu. Quanto ao STR de Mirante do Paranapanema, haveria apenas o município de Mirante do Paranapanema. O STR de Santo Anastácio teria em sua base os municípios de Santo Anastácio, Ribeirão dos Índios e Piquerobi. Entre os municípios que compõem a base territorial do STR de Dracena, há Dracena, Ouro Verde, Panorama, Paulicéia, Santa Mercedes, São João do Pau'D Alho e Nova Guataporanga.

O sindicato dos Empregados Rurais de Presidente Venceslau (SER), antes sindicato dos trabalhadores rurais (STR), mas agora com novo alinhamento, não mais com a FETAESP, mas sim com a FERAESP, e um anova proposta de ação sindical, tem como base territorial os municípios de Presidente Venceslau e Marabá Paulista. No STR de Adamantina, os municípios que compõem a base Adamantina, Mariápolis, Lucélia, Praçinha e Inúbia Paulista. O SER de Teodoro Sampaio só tem em sua base territorial o município de Teodoro Sampaio. Assim como o STR de Flórida Paulista tem apenas Flórida Paulista como seu território. Já o STR de Regente Feijó tem como base territorial os municípios de Regente Feijó, Anhumas, Taciba, Indiana, Martinópolis e Caiabu. Os territórios do STR de Presidente Epitácio são Presidente Epitácio e Caiuá. Enquanto que o STR de Junqueirópolis tem apenas o município de Junqueirópolis como território. O STR de Rancharia tem como base territorial os municípios de Rancharia, Iepê, Nantes e João Ramalho. O STR de Euclides da Cunha tem como território apenas o município de Euclides da Cunha, enquanto que no STR de Tupi Paulista e o STR Presidente Bernardes não conseguimos obter informações, seja por telefone, *e-mail* ou mesmo trabalhos de campo realizados nos municípios onde estão localizados os sindicatos.

Nessa de linha de raciocínio, é imperativo esclarecer que a partir do desenho dos territórios-base de cada sindicato na Região Administrativa de Presidente Prudente, de que forma o orçamento tem se tornado um problema para os sindicatos, inclusive contribuindo para limitar ainda mais seu raio de ação, seja no plano de elaborar medidas combativas, seja no plano de apostar em medidas legais dentro dos limites da legislação trabalhista.

### 3.2. A relação entre trabalhadores e sindicato: crise do sindicalismo e os rebatimentos na saúde dos trabalhadores.

Para entendermos o que vem ocorrendo nos sindicatos, seja por conta dos desdobramentos de processos globais, como por exemplo a reestruturação produtiva, que tem como expoente no Pontal do Paranapanema a transição tecnológica, seja por particularidades locais, como o histórico de conflitos e disputas no recorte estabelecido, tomamos como base teórica duas máximas sugeridas por Alves (2000), quando este procura esmiuçar as transformações no mundo do trabalho que remontam à década de 1970, projetando para a questão do sindicalismo.

Uma das nossas hipóteses é que o sindicalismo moderno se encontra em crise estrutural, por conta da crise sistêmica e estrutural do capital que se aprofundou desde os anos de 1970 (e está em andamento), sendo seguida por uma resposta por parte das elites mundiais através da reestruturação produtiva, que tinha como objetivo proporcionar um novo ciclo de acumulação do capital. Esta crise possui duas dimensões históricas, por um lado a dimensão sócio institucional, caracterizada pelo declínio nos índices de sindicalização, é a crise de representação de classe; por outro lado se evidencia a dimensão político ideológica, caracterizada pela integração plena dos sindicatos à lógica mercantil, com a práxis de luta sindical, em maior ou menor proporção, sendo limitada ao horizonte da mercadoria, procurando garantir tão somente melhor preço da força de trabalho (ALVES, 2000).

Alves (2000) nos indica que o cerne essencial da crise do sindicalismo é a sua incapacidade (ou limitação estrutural) de preservar o seu “poder de resistência de classe à sanha da valorização, diante da nova ofensiva do capital na produção e do novo (e precário) mundo do trabalho”(ALVES, 2000 p. 85). A tabela 01 demonstra uma das dimensões da crise do sindicalismo: a crise de representação, que se expressa na redução do número de trabalhadores sindicalizados.

Tabela 1 - Número de Trabalhadores filiados aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e Sindicatos dos Empregados Rurais da 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente.

<b>Número de trabalhadores filiados aos STRs e SER da Região Administrativa de Presidente Prudente</b>			
<b>STRs e SER</b>	<b>Ano de 1997</b>	<b>Ano de 2010</b>	<b>Ano de 2017</b>
<b>STR Presidente Prudente</b>	1000	700	400
<b>STR Mirante do Paranapanema</b>	3000	1000	400
<b>STR Santo Anastácio</b>	1000	700	400
<b>STR Dracena</b>	10000	7000	1000
<b>SER de Presidente Venceslau</b>	500	500	250



<b>STR de Adamantina</b>	3000	2000	1200
<b>SER de Teodoro Sampaio</b>	500	1000	380
<b>STR Flórida Paulista</b>	3000	1000	200
<b>STR Regente Feijó</b>	2000	3000	2000
<b>STR Presidente Epitácio</b>	5000	2500	2500
<b>STR Junqueirópolis</b>	427	483	1112
<b>STR Rancharia</b>	5000	8000	7000
<b>STR Euclides da Cunha</b>	1000	300	100

\* Números estimados, fornecidos pelos sindicalistas. Fonte: Pesquisa de Campo (2017).

A Tabela 01 indica que há uma tendência de diminuição do número de trabalhadores filiados ao longo das três datas mencionadas. Isso é ainda mais notável no período entre 2010 e 2017. Tendo em mente que a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) indica ser possível a existência de apenas um sindicato de uma mesma categoria no mesmo município pode-se perceber com a tabela 01, que a crise é de representação, e esta dimensão da crise nos sindicatos tem rebatimentos diretos no orçamento dos sindicatos.. Isso nos indica que há algo muito grave ocorrendo com os trabalhadores, com os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e Sindicatos dos Empregados Rurais, na 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente. Para agravar o problema, percebe-se que os “rachas” e disputas políticas no âmbito da Federação FETAESP (trabalhadores da agricultura, incluso assalariados e agricultores), deram origem à FERAESP (apenas trabalhadores assalariados)<sup>2</sup>, logo surge uma tendência de aprofundamento dos problemas estruturais relacionados a representação, dentro dos sindicatos.

Em alguns casos indicados pela Tabela 01, evidencia-se que sindicatos como o dos empregados rurais de Venceslau, houve certa estabilização no número de trabalhadores filiados entre 1997 e 2007, porém, esta foi seguida de franca diminuição. O STR de Regente Feijó, o sindicato dos empregados rurais (SER) de Teodoro Sampaio e o STR de Rancharia conseguiram aumentar o número de trabalhadores sindicalizados entre 1997 e 2010, mas, no período entre esta data e 2017 perderam uma quantidade significativa de filiados, cerca de 1000 trabalhadores a menos no STR de Rancharia e STR de Regente Feijó.

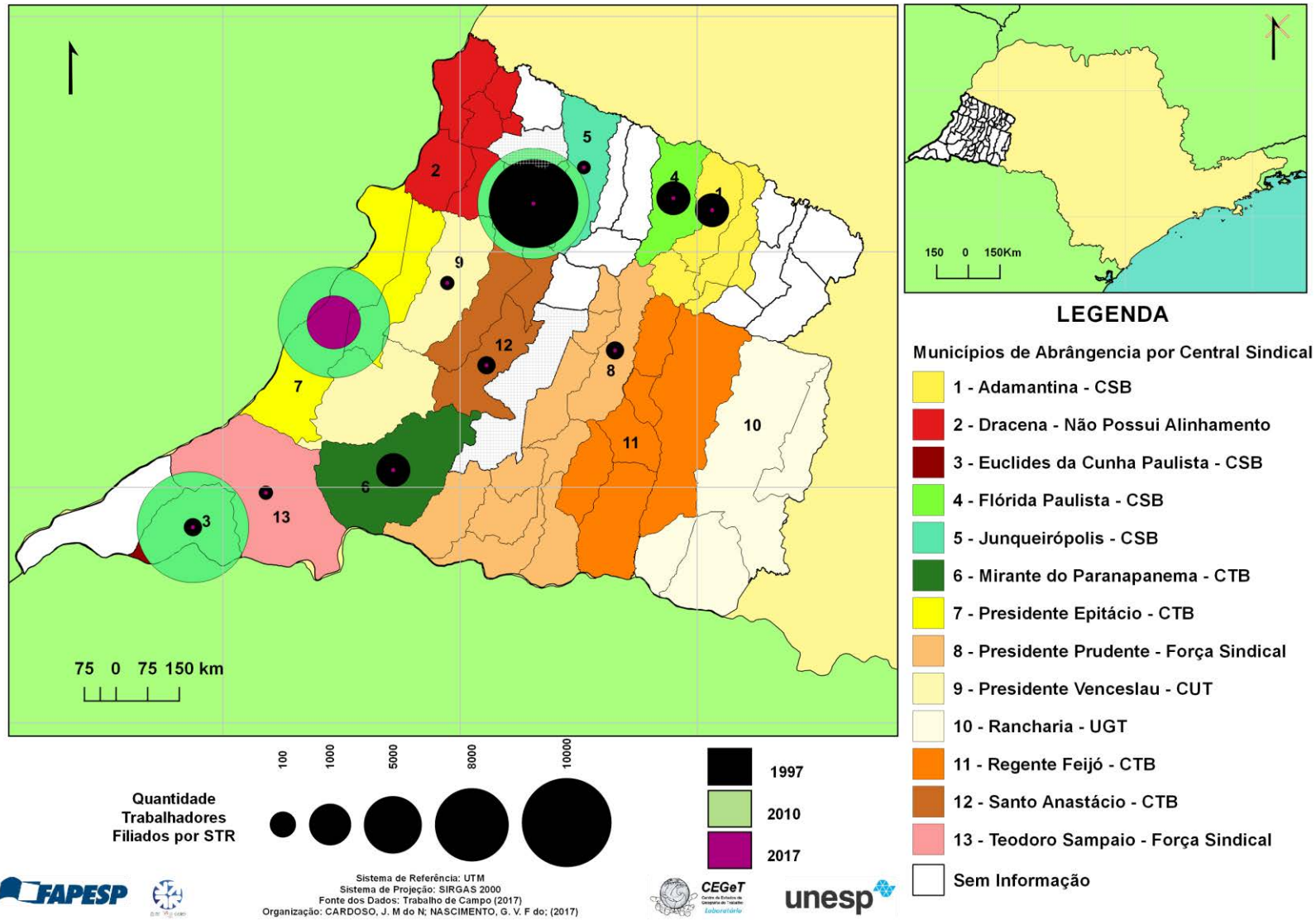
Comparemos a situação do STR de Presidente Prudente, Regente Feijó, Santo Anastácio e Junqueirópolis. Há diminuição do número de trabalhadores filiados no STR de Presidente Prudente e de Santo Anastácio, com uma redução 300 trabalhadores em cada período; no de Regente Feijó há um aumento do número de sindicalizados, mas logo é seguido por uma diminuição significativa de 1000 trabalhadores. No entanto nota-se que o

<sup>2</sup> Cf. THOMAZ JUNIOR, 2002.

STR de Junqueirópolis, que possui base apenas no município de Junqueirópolis, manteve um crescimento relativo no número de trabalhadores filiados até 2017. Em entrevista com o sindicalista, o mesmo nos disse que o sindicato procurou acolher novas categorias de trabalhadores como os da moto-mecanização e isso explicaria esse crescimento contínuo de trabalhadores filiados.

Vejamos esta tendência de redução do número de trabalhadores filiados especializada em no mapa 06, que para além desta informação, permite que se possa compreender as relações de poder entre as centrais sindicais, que mesmo em meio à uma crise estrutural do sindicalismo, disputam representação, sobretudo para converter esta em força político-partidária à nível estadual e federal. O mapa 06 trata dos municípios de abrangência de central sindical e quantidade de trabalhadores filiados por STR.

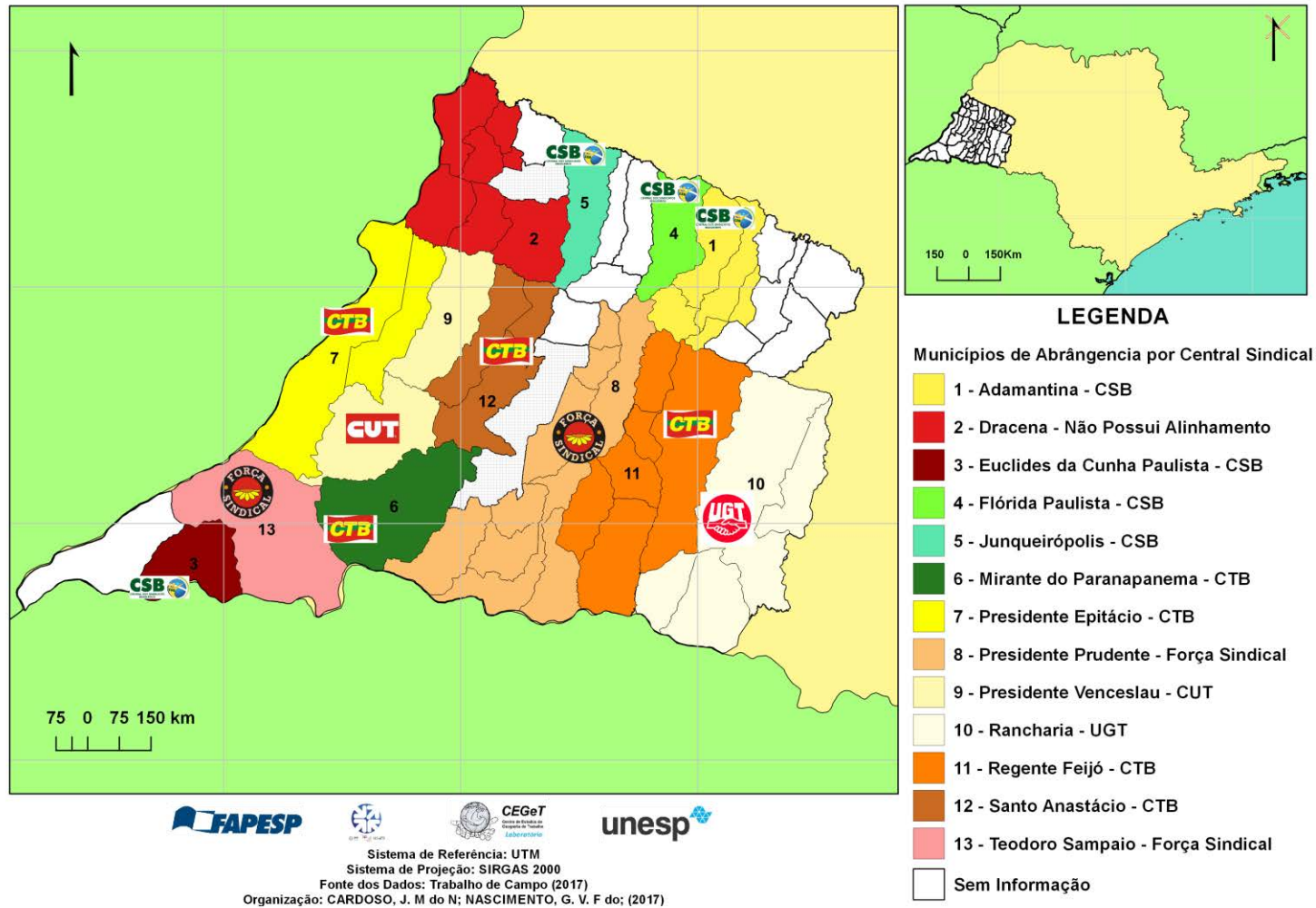
Mapa 6 - Municípios de abrangência de cada Central Sindical e quantidade de trabalhadores filiados por STR.



Fonte: Trabalho de Campo (2017)

Como é possível visualizar no Mapa 06, para além de mostrar a quantidade de trabalhadores filiados por STR, demonstra a complexidade dos sindicatos que se organizam não apenas através de federações, mas também através de filiações à centrais sindicais, que estão diretamente associadas e envolvidas com a política partidária; e Mapa 07, que indica por abrangência sindical, as centrais sindicais com maior força representativa na 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente em número de municípios, se tem a dimensão visual de maneira especializada de como se distribui o problema da redução de trabalhadores sindicalizados na região, obviamente que tendo repercussões e desdobramentos sérios para a força política das centrais sindicais no âmbito do estado de São Paulo, e âmbito nacional. Dentre as forças sindicais que se destacam na região, com certa representatividade nas bases, destaca-se: a Central Única dos Trabalhadores (CUT), braço forte do Partido Trabalhadores na política partidária; Força Sindical, dentre suas representações partidárias o partido Solidariedade é o que principal, União Geral dos Trabalhadores (UGT), Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB), e a Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), a central sindical criada mais recentemente, mais precisamente em 2008. Detalhe importante, destacado pelos quatro sindicalistas entrevistados, é que inicialmente havia apenas 03 centrais sindicais no Brasil, e mais recentemente já são mais ou menos 13 centrais, cada uma disputando por espaço no meio sindical brasileiro. Isto torna, em muitas ocasiões, o sindicalismo brasileiro um meio extremamente complexo e marcado por disputas e conflitos.

Mapa 7 - Municípios de abrangência por Central Sindical.



Fonte: Pesquisa de Campo (2017).

Retomando a análise com relação a tendência de redução do número de sindicalizados nas bases, se constata que os casos do STR de Santo Anastácio, Flórida Paulista, Euclides da Cunha e Mirante do Paranapanema são muito didáticos para indicar as tendências que têm se manifestado na realidade do nosso recorte, que seria a de fechamento de usinas, incorporação destas por grupos empresariais maiores e o avanço da mecanização no campo, em outras palavras, o pacote tecnológico avança no território do Pontal provocando desemprego por onde passa.

Com relação aos STRs de Euclides de Cunha e de Santo Anastácio, que possuem como territórios municípios pequenos, e estrutura sindical limitada e desprovida de equipamentos-recursos, é possível levantar a hipótese que a redução do número de trabalhadores sindicalizados também se explica pelo fato dos municípios em questão serem muito pequenos e com uma população extremamente reduzida, dessa forma pouco se consegue fazer para reverter a tendência de redução dos trabalhadores filiados.

Isso permite dizer, que embora haja uma tendência de redução do número de trabalhadores em todos os STRs da região, com algumas exceções como o do STR de Junqueirópolis, os sindicatos com menor quantidade de trabalhadores, com menor raio de atuação, com raio de atuação limitado a municípios pequenos, com quase nenhuma forma alternativa de contribuição ou que tenham agroindústrias fechadas em suas bases, se encontram em um nível de gravidade no que se refere à crise orçamentária, maior e mais profundo que os STRs maiores e com mais estrutura.

No sindicato dos trabalhadores rurais de Presidente Prudente, no Junqueirópolis e no de Regente Feijó, se constata a presença de trabalhadores assalariados filiados, assim como agricultores familiares, e em casos como o STR de Junqueirópolis, Dracena, Mirante do Paranapanema, há até mesmo a presença de trabalhadores da categoria de moto-mecanizados (operadores de máquinas, entre outros). Isto tende a amenizar a tendência de redução do número de filiados, embora não a reverta.

**Entrevistador 1:** Com relação a questão financeira do sindicato, o senhor falou de usinas que atualmente estão fechando isso tem sido amenizado pela Atena e Gracanie, mas ainda a curto prazo o que acontece é desemprego, e com esses trabalhadores desempregados são menos filiados ao sindicato. Pensando essa questão orçamentaria quais as fontes de contribuição do sindicato atualmente? E também como funcionou até agora a questão do imposto sindical?

**Entrevistado:** fonte de sustentação

**Entrevistador 1:** Isso

**Entrevistado:** Fonte de renda [Silêncio] hoje um sindicato para se manter em uma única base ele tem que prestar serviço, e é isso que a gente vê tentando fazer nos últimos anos [Barulho] nós temos hoje convênios médicos, exames laboratoriais né, atendimento psicossocial, a gente procura manter isso. Agora o que o trabalhador gosta muito é que nós fazemos trânsito para o trabalhador. (Presidente do sindicato de Junqueirópolis)

O problema é que em sindicatos com base única, como por exemplo o STR de Junqueirópolis que tem apenas um município como território-base (o próprio município de Junqueirópolis), a alternativa para manter a saúde financeira do sindicado é apostar em assistência e prestação de serviços. Isto acaba por tornar o sindicato cada vez mais parecido com um escritório prestador de serviços ao invés de uma instância de autêntica combatividade, o que dificulta ainda mais a retomada e resgate dos resquícios de luta por parte do sindicato.

Dessa forma, do total de filiados nos sindicatos dos trabalhadores rurais e sindicatos dos empregados rurais da região, se nota que o problema de orçamento se deve à diminuição do número de assalariados filiados, e os que foram incorporados já são provenientes da mecanização em curso, que vem avançando nas agroindústrias da região. Assim percebe-se que o problema da mecanização e de maneira mais abrangente a transição tecnológica, a tecnificação na produção, não afeta apenas os trabalhadores que são, sem qualquer justificativa, descartados pelas agroindústrias canavieiras, ou mesmo quando permanecem em seus postos de trabalho, se deparam com arranjos organizativos e produtivos que promovem uma intensificação do ritmo de trabalho, da precarização do trabalho, novas formas de contratação (algumas não tão novas assim!), como a terceirização, o trabalho *part-time* ou mesmo tipos de contratação ainda mais “flexíveis”, como sugere o atual “momento do complexo de reestruturação produtiva sob a mundialização do capital” (ALVES, 2000 p. 65).

Entretanto, afeta também os STRs e SERs que, por conta da estrutura sindical atual legada de modelos de sindicalismo anteriores, sobretudo na era Vargas, que prezam pela burocracia, apelo extremado ao legalismo e à figura do Estado, e sindicalismo por categoria, tornam-se presas fáceis e inertes diante da ofensiva do capital, que visa mais do que nunca atacar a subjetividade dos trabalhadores, a consciência de classe, a organização legal dos trabalhadores, e mais do que qualquer coisa, a saúde da classe trabalhadora. Pois um sindicato engessado, inerte e em crise, é um sindicato desatento ou incapaz (de mãos atadas, intencionalmente ou não!) de articular e pensar em estratégias para organizar a classe trabalhadora e dar uma resposta à altura dos ataques que estão sendo feitos aos trabalhadores.

A Tabela 01, o Mapa 06 e trechos das entrevistas realizadas com os sindicalistas de Presidente Prudente, Regente Feijó, Junqueirópolis e Flórida Paulista, evidenciam na prática a dimensão socio institucional da crise do sindicalismo moderno, que se manifesta através do declínio nos índices de sindicalização. Alves (2000) enfatiza que o complexo de reestruturação produtiva promoveu e continua promovendo metamorfoses no mundo do trabalho, que afetam a forma de ser da classe trabalhadora, tornando-a heterogênea, fragmentada e complexificada. Estas transformações afetaram intensamente os organismos sindicais em escala mundial.

A desestruturação do mundo do trabalho caracterizado pela insegurança do trabalho estranhado e alienado, em vários níveis, tende cada vez mais, a colocar os sindicatos “na defensiva, enfraquecendo suas práticas reivindicativas de conflito e negociação e, na grande maioria dos casos, reduzindo seus níveis de sindicalização”. (ALVES 2000 apud MATTOS, 1995 p.88)

Desta forma, como salienta Alves (2000) um novo patamar de exclusão social, desemprego estrutural, um dos principais elementos do processo de tecnificação da cana no Pontal do Paranapanema e 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente; e subproletarização tardia em meio à um novo (e precário) mundo do trabalho, tende a debilitar e impor novas provocações para a prática sindical tradicional. A crise do sindicalismo moderno é a crise de um modo de organização burocrático da classe, de cariz vertical e corporativo, que predominou no período da grande indústria nos moldes tayloristas e fordistas (ALVES, 2000). No Brasil isto tem herança e remonta ao período getulista, a partir do momento que o Estado Nacional começou a cooptar sindicatos para finalidades específicas, tanto para conter as agitações sindicais de caráter combativo, quanto para legitimar a legislação social e trabalhista que foi consolidada no Era Vargas.

Neste sentido, os sindicatos se burocratizaram, se tornaram demasiadamente apegados à legislação social e trabalhista, as ações única e exclusivamente dentro do que era permitido por lei e pelas instituições, e isso provocou a partir das mudanças que tem varrido o mundo após os anos de 1970 com a reestruturação produtiva, uma incapacidade de conseguir dar uma resposta coerente e classista diante dos anseios e necessidades da classe trabalhadora atual, muito mais fragmentada, heterogênea e complexa (ALVES, 2000).

Nesta linha de raciocínio, se evidencia a segunda dimensão da crise estrutural do sindicalismo moderno, que está associado à irracionalidade de uma crise sistêmica, estrutural e constante do metabolismo social do capital, que mais do que nunca, após a reestruturação produtiva, ainda em curso, se lança sobre o trabalho, buscando mais uma vez restabelecer o

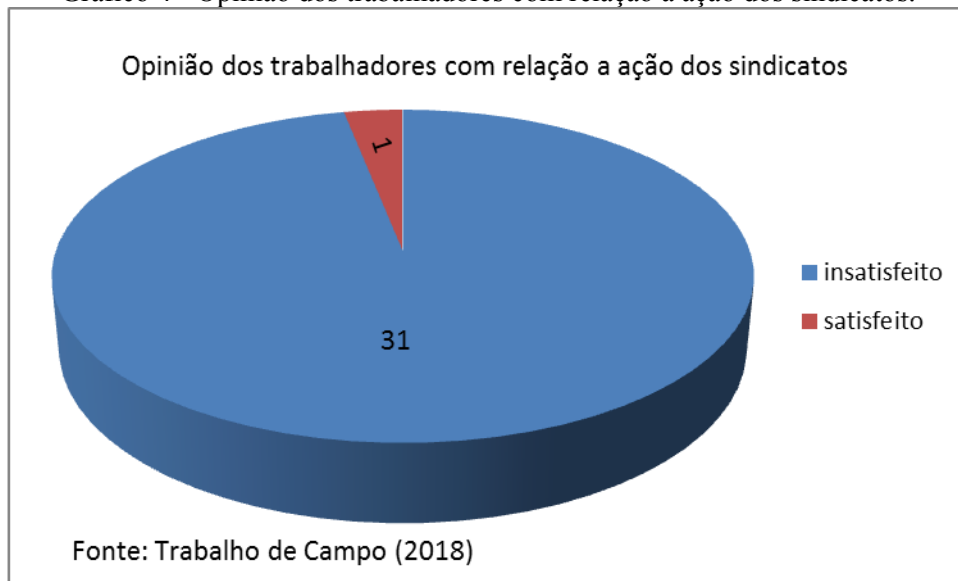


controle social e estabelecer novas formas de tornar o mundo do trabalho mais complexo (e mais subserviente). Esta dimensão é a político-ideológica, caracterizada pela intensificação das estratégias sindicais neocorporativas, de cariz setorial, em que a dimensão classista é abandonada em prol de práticas sindicais voltadas para a mera preservação de interesses de segmentos organizados do proletariado. “A miséria do neocorporativismo de cariz setorial é um sintoma, em si da crise do sindicalismo, além de contribuir, em seu desenvolvimento, para o seu aprofundamento” (ALVES, 2000, p. 89).

Sob o feito da mundialização do capital, “o espírito neocorporativo tende a assumir nova dimensão político-ideológica, intensificando-se em virtude da própria crise capitalista. Ele se transforma numa dimensão restrita de neocorporativismo social, um neocorporativismo de cariz setorial” (ALVES, 2000, p. 89). A ação sindical, como a greve por exemplo acaba por se manter apenas no nível da reivindicação profissional, incorporando a “lógica do capitalismo organizado, reproduzindo e intensificando a fragmentação da classe do trabalho, circunscrita a uma dimensão de intervenção social cada vez mais excludente e parcelizada” (ANTUNES, 2000, p.90), que se intensifica diante do processo de fragmentação dos trabalhadores, em vez de procurar novas formas de organização sindical, que articulem amplos e diferenciados setores que hoje compreendem a classe trabalhadora” (ANTUNES, 1995, p.64).

Na realidade territorial do Pontal do Paranapanema, com base em entrevistas feitas com trabalhadores na região, se evidencia o que os autores e teóricos da questão do trabalho e sindicato no Brasil vinham dizendo à algum tempo, no que se refere à relação e tipo de vínculo entre trabalhadores e sindicato: uma generalizada insatisfação por parte dos trabalhadores com relação à ação sindical e a proximidade com as bases, como nos indica o gráfico 04.

Gráfico 4 - Opinião dos trabalhadores com relação à ação dos sindicatos.



O Gráfico 04 mostra na região, a partir dos municípios selecionados como foco da pesquisa, Caiabu, Junqueirópolis, Presidente Prudente e Sandovalina; que há uma clara insatisfação por parte dos trabalhadores para com as ações dos sindicatos, sobretudo pelo fato deles serem distantes das realidades laborais, pouco combativos, e mesmo na esfera legalista, extremamente subservientes à interesses que são estranhos à classe trabalhadora.

Foram realizadas 32 entrevistas com trabalhadores de quatro municípios: Caiabu (13), Junqueirópolis (11), Sandovalina (1) e Presidente Prudente (7). O gráfico 04 demonstra que antes de qualquer coisa, que os trabalhadores estão insatisfeitos com a atuação dos sindicatos dos trabalhadores rurais que tem representação no setor sucroalcooleiro. Isto revela que há quase um consenso entre os trabalhadores, que atuam em agroindústrias diferentes, mas que possuem uma visão similar com relação às ações dos STR's. A resposta "insatisfeito" agrega pontos das entrevistas onde os trabalhadores quando perguntados sobre os sindicatos dos trabalhadores rurais, demonstram indiferença, não sabem responder, ou deixam claros que não se sentem representados.

Entrevistador: - O que você acha do sindicato?

Trabalhador: - Por enquanto está indo mais ou menos né. Não está 100%, mas.

Entrevistador: - Eles chegam lá para conversar com você e com os outros trabalhadores?

Trabalhador: - Não. Com nós na roça não. Pelo menos depois que eu entrei nessa usina não. Ele veio conversar aqui, mas na roça onde a gente fica, não.

Entrevistador: - O diretor Carlos, nunca viu lá?

Trabalhador: - Não, é que esse nosso é da... Antes nós tínhamos do Sindicato dos Condutores de Dracena, aí agora passou para o rural. O rural não é de Junqueirópolis.

Entrevistador: - E o que você acha do rural? Não está dando fé no rural?

Trabalhador: - É porque o dos condutores luta pelo cara, o do rural é difícil. Para você entrar com garra numa coisa para resolver, ou você não entra. Você abraçar a coisa e não...Nós estamos uma causa da Oswaldo aí ó, entrei em acordo com o dono da usina, para ele pagar nós, isso era para ter pagado o ano passado e até agora o cara não pagou nada. Quando era o sindicato dos condutores não, os caras estava lá dentro, fazia a turma parar tudo, a usina virava um pizero. Hoje só conversa, conversa, conversa e não vejo o resultado de nada. Eu to com R\$20.500,00 para pegar na usina e até agora nada, aí vai lá no Fórum, chega lá resolve amanhã, resolve depois e não sai. Eu acho que quando você abraça uma coisa, você tem que ir atrás, pra você não resolver nada, não adianta. (David, 51, anos. Operador de máquina. Junqueirópolis)

O sr. David nos indica que o sindicato que está vinculado atualmente é o sindicato dos trabalhadores rurais de Junqueirópolis. E para com essa representação legal dos rurais, não demonstra nenhum pouco de satisfação com o trabalho que vem sendo realizado. Afirma, que além dos representantes do sindicato não se fazerem presentes nos locais laborais para pressionar os patrões e ouvir as inquietações dos trabalhadores, também pouco se nota de ação efetiva na garantia dos direitos trabalhistas e sociais dos trabalhadores, por exemplo o acordo que o trabalhador entrou com a agroindústria anterior que ele exercia funções. Percebe-se também que o entre os próprios sindicatos, no caso o STR de Junqueirópolis e o sindicato dos condutores de Dracena, que antes tinha algumas categorias de trabalhadores de Junqueirópolis entre seus filiados, há diferenças na postura, ação sindical e combatividade em defesa dos interesses dos trabalhadores. Desta forma, se deve levar em consideração que nem todos os sindicatos perderam o caráter de proximidade e apoio dos trabalhadores, diante das mudanças e transformações no mundo do trabalho que remontam à década d 1970, mesmo quando se colocam na defesa dos interesses da classe trabalhadora meramente na esfera da luta por melhoria de salários e acordos entre a agroindústria e os trabalhadores. A partir desse relato do sr. David, é possível perceber que entre a classe trabalhadora, entre as inúmeras categorias, haverão preferências no que se refere ao vínculo para com algum sindicato.

É presumível que do ponto de vista do trabalhador entrevistado, seria melhor que tivesse permanecido na base do sindicato dos condutores de Dracena, que no caso perdeu espaço em Junqueirópolis diante do avanço da influência do sindicato dos trabalhadores rurais de Junqueirópolis que começou a absorver trabalhadores de outras categorias dentro do setor canavieiro na agroindústria Rio Vermelho (*Green Cane*). Do ponto de vista classista, supostamente seria vantajoso a incorporação por parte de um sindicato de várias categorias, mas a lógica do sindicato de Junqueirópolis em nenhum momento extrapolou a esfera da luta

por melhores salários e dissídios, e mesmo nessa luta eles provaram que não eram muito convincentes e combativos.

Entrevistador: Como vocês avaliam a atuação do sindicato?

Entrevistado: Oh...isso aí...dinheiro perdido, que é descontado do nosso salário...é a mesma coisa de não ter... (Trabalhador 1 não quis se identificar. Junqueirópolis)

Entrevistado 2: o cara (do sindicato) vem junto com o representante do RH (na época do dissídio), quer dizer ele está do lado da usina e não do lado nosso. Tem que vir sozinho e falar “vocês estão de acordo”? (Trabalhador 2. Também não quis se identificar. Junqueirópolis)

Mais uma vez se percebe um padrão nas respostas dos trabalhadores de Junqueirópolis, similar ao que foi dito pelo sr. David. Eles estão muito insatisfeitos com o sindicato dos trabalhadores rurais de Junqueirópolis, e veem a instância sindical como uma organização que defende e está do lado do patronato, da agroindústria, e não do trabalhador. O trabalhador 1, 2 e 3 foram entrevistados ao mesmo tempo, e não quiseram se identificar, mas se destaca que o conteúdo da conversa com esses trabalhadores foi esclarecedor, porque derruba a máxima repetida várias vezes pelo presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Junqueirópolis, de que haveria proximidade entre a instância sindical e a classe trabalhadora.

**Entrevistador 2:** Você tem um diretor só pra campo?

**Entrevistado:** Eu tenho um diretor que só vai pra campo

Entrevistado 1: Como que você se aproxima dos trabalhadores? Assembleias, plenárias?

**Entrevistado:** É com conversa na roça no telefone, eu não gosto muito de grupozinho de WhatsApp, mas também é utilizado

**Entrevistador 1:** Tem uma certa periodicidade de assembleias?

**Entrevistado:** Olha a gente quer fazer ... Esse ano fizemos votação secreta né, época era negociação a gente fazia negociação [não entendi] porém o sindicato do trabalhador sem que a empresa participe da negociação direta né, mas outros contatos para transmitir ao trabalhador é o sindicato. fizemos a eleição de Bauru [Hipótese secreta] de aumento [não entendi]

**Entrevistador 1:** Tem periodicidade essas assembleias?

**Entrevistado:** Tem, final de marco, abril, maio

(Presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Junqueirópolis)

Este trecho extraído da entrevista realizada com o presidente do SER de Junqueirópolis demonstra que há um abismo entre o discurso do sindicalista e o que os trabalhadores dizem que ocorre na prática. Os trabalhadores indicam que as visitas na roça não costumam ser feitas, o diálogo é quase inexistente entre o sindicato e os trabalhadores, e alguns chegam a dizer que na realidade seria melhor que não existisse sindicato, considerando que este último não tem proximidade com os trabalhadores.

Entrevistador: Como você avalia a atuação deles (do sindicato);

Entrevistado: pra mim nunca vieram não...e faz seis anos que eu trabalho na empresa. (Marcelo, mecânico. Junqueirópolis).

Este padrão se repete nas entrevistas realizadas com trabalhadores que são vinculados à outros STRs da região.

P: Como a senhora avalia o sindicato?

E: Olha... pra mim o sindicato não vale é nada...não vale nada, sabe porque...eles foram...eles iam, entravam, fechavam a rua, no começo da usina, fazendo aquele piseiro pra não deixar o povo entrar, nós nunca viu gente do sindicato lá no meio da roça, chegar na hora e pegar, primeiro eles...eles ligavam pra usina pra falar que vinham, agora eu não sei o que a usina fazia com eles né, eles se reuniam primeiro com a usina pra depois...cedo de manhã cedo, saíamos cinco horas da manhã, e eles trancavam nós lá na guarita lá...com aquele piseiro, tentava liberar pra nós íamos trabalhar, não saia nada...agora quem sempre veio e no meio e chegava...assim de surpresa, era o ministério.

P: Ministério público do trabalho?

E: É...o ministério do trabalho, eles chegavam pra ver se está tudo certinho...

P: E o sindicato?

E: Sindicato pra mim não vale nada rapaz...esse dia mesmo que eu fui fazer o acerto, quando eu sai de lá pra fazer o acerto, só o sindicato, o João Altino, o João Altino Cremonesi, chegou em mim e teve a capacidade de falar que isso aqui é da Dilma, 1300 e pouco reais, isso aqui foi tirado do seu pagamento, aí eu falei pra ele...Dilma tá lá no planalto rapaz...tão distante daqui, foi tirado ali na hora...se acha que não foi pro sindicato.

P: E o sindicato da senhora, era qual sindicato?

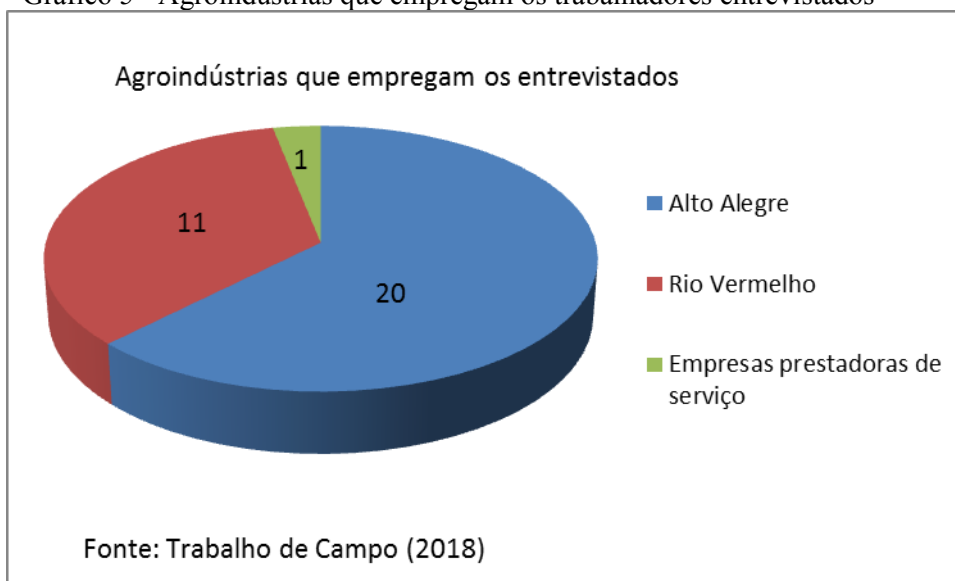
E: O rural... rural lá de prudente, daquele velho lá..

(Madalena, 55 anos. Ex-cortadora de cana. Presidente Prudente)

O depoimento da sra. Madalena demonstra que o problema na ação dos sindicatos e opinião de insatisfação dos trabalhadores para com os sindicatos, não é uma exclusividade da realidade de Junqueirópolis. Dona Madalena enfatiza que para ela sindicato não vale nada, e que teve problemas, pouco tempo atrás quando era vinculada ao STR de Presidente Prudente, com o sindicato por este ter dificultado e apresentado uma série de descontos em cima do acerto dela.

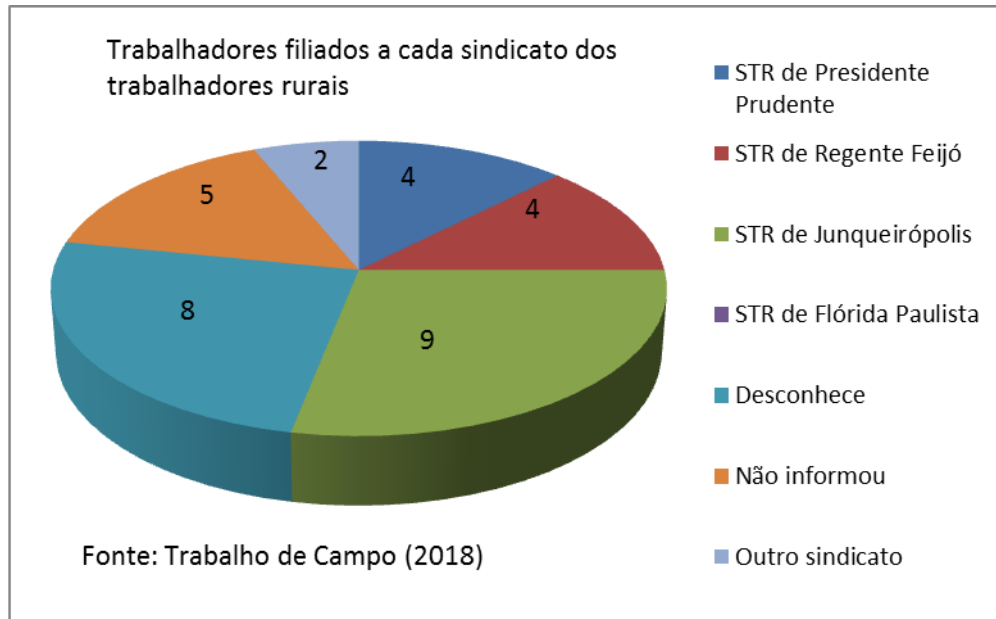
A partir do relato da sra. Madalena percebe-se a necessidade de compreender quais são as principais agroindústrias que empregam nos municípios que pude entrevistar trabalhadores, Caiabu, Junqueirópolis, Sandovalina e Presidente Prudente; pois com este esclarecimento é possível evidenciar o jogo e tramas que existem por trás dos canaviais do Pontal do Paranapanema, entre agroindústrias e sindicatos, quando estes últimos se colocam direta ou indiretamente alinhados com os interesses do patronato. O gráfico 05 tem exatamente esta função, mostrar quais são as agroindústrias canavieiras que mais empregam os trabalhadores, tendo como amostra os trinta e dois trabalhadores entrevistados em quatro municípios.

Gráfico 5 - Agroindústrias que empregam os trabalhadores entrevistados



A dona Madalena é um dos 20 trabalhadores entrevistados que possuem ou já possuíram vínculo empregatício com a agroindústria Alto Alegre. Destaca-se os municípios de Caiabu, onde foram entrevistados 13 trabalhadores, e Presidente Prudente onde foram entrevistados 07 trabalhadores. A outra agroindústria que se destaca entre os trabalhadores entrevistados, se refere à Rio Vermelho, GreenCane, com 11 trabalhadores em Junqueirópolis. Desta forma, quando somados para a análise os elementos indicados no gráfico 05 com os elementos indicados no mapa 06, que mostra o vínculo de filiação entre cada um dos trabalhadores entrevistados com os sindicatos dos trabalhadores rurais na região, percebe-se que nesta trama de disputas, os STRs de Presidente Prudente, Regente Feijó e Junqueirópolis, se destacam por serem os sindicatos mais mencionados nas entrevistas, com trabalhadores vinculados em sua maioria, pelo menos quando se tem como amostra as trinta e duas entrevistas realizadas, à Alto Alegre e a Rio Vermelho (*Glen Cane*).

Gráfico 6 - Trabalhadores filiados em cada sindicato dos trabalhadores rurais.



A dona Madalena faz parte dos quatro trabalhadores que confirmaram que já foram ou que ainda são filiados ao sindicato dos trabalhadores rurais de Presidente Prudente, enquanto que o sindicato dos trabalhadores rurais de Junqueirópolis se destaca por ter 09 trabalhadores entre os 32 entrevistados, sindicalizados na base. Dos entrevistados ninguém mencionou vínculo com o STR de Flórida Paulista, mas isso se deve ao fato deste sindicato ter território-base único, apenas no município de Flórida Paulista e ser um território que não pode dedicar muita atenção, considerando a complexidade dos municípios de Caiabu, Junqueirópolis e Presidente Prudente.

O fato preocupante que o gráfico 06 indica está associado à quantidade de trabalhadores que afirmaram desconhecer, ser indiferente ou mesmo por algum motivo terem deixado de informar o sindicato que estão vinculados. Isto implica dizer que os sindicatos estão tão desacreditados pela classe trabalhadora nos territórios-base, que para alguns trabalhadores pouco importa saber ou não se estão vinculados a algum sindicato, e mesmo quando sabem, não costumam tocar no assunto considerando que muitas vezes tenham visto apenas uma vez ou outra representantes do sindicato em anos de trabalho nas agroindústrias. O discurso do sindicalismo tem dificuldade de chegar nas bases porque os próprios sindicalistas junto com toda a estrutura burocrática, legalista e engessada dos sindicatos se afastaram das bases. Isso cria um vácuo na formação e luta das bases, que perdem confiança quase que completamente em qualquer ação sindical. Alguns trabalhadores entrevistados chegaram a fazer denúncias sérias, que certamente mereceriam ser investigadas.

**Entrevistado 1** Antes eles faziam um "rebuliço" na portaria lá, eles ficavam ali, " - Á o sindicato ta ali" que era para segurar o próximo turno ficava ali uma meia hora para dar aquele... Que pra mim na minha mente era tudo comprado pela usina que... Antes, esse ano num teve nada disso

**Entrevistador:** Nem isso teve

**Entrevistado 2:** Eles não cobram nada, num reivindicam nada, não faz nada pra ninguém, aí é do jeito deles quem faz as leis são eles

**Entrevistador:** E por exemplo, e antes disso acontecer e os sindicatos sumirem, qual era o sindicato? De Prudente?

**Entrevistado 2:** Regente

[...]

**Entrevistado 2:** Eles recebem né, a usina

**Entrevistador:** Muita grana

**Entrevistado 2:** Recebe propina da usina e fica tudo quieto

(Armando e Sócrates, respectivamente 42 e 26 anos. Um trabalha na indústria e o outro é ex-tratorista. Caiabu)

[...] **Entrevistador 1:** Presidente, então se são 2000 trabalhadores filiados e 2000 trabalhadores na base, então a base inteira dos 4 municípios que é filiado. Como vocês fazem para se aproximar com essa base? Com esse universo de 2000 trabalhadores, quais são os mecanismos?

**Entrevistado:** Hoje nós estamos, quando eu entrei aqui era um Deus nos acuda, porque não tinha nenhuma proximidade aqui dentro com o trabalhador, nossa senhora! Você ia pra roça era um brigueiro danado um chingação que dava medo. Mas aí ... a gente faz muito por telefone ... Aí eu tenho ... Por exemplo eu tenho uma diretora que é cortadora de cana que mora em Taciba, a casa dela é nosso ponto de apoio, então a gente faz as reuniões e a casa dela é nosso encontro, o trabalhador tudo que precisa saber procura por ela lá

**Entrevistador 1:** Procura por ela

**Entrevistado:** Procura por ela, que nem agora, acordo coletivo quer saber, só que a maioria como a gente tem uma amizade muito forte com os trabalhadores eles já ligam e nós num negociamos nada ainda! O pessoal hoje a vantagem está na confiança que o trabalhador né tem com o sindicato, então faz muito por telefone hoje, nossa senhora, com 2000 trabalhador se não fosse isso nós tava na roça todo dia ou lá ou pra cá. Para pode acompanhar o trabalhador, qualquer coisinha liga, qualquer coisinha vem. Nós começamos a dar assistência, nós pegamos 5 turmas de Tarabai, Narandiba e Estrela do Norte. Mas ai o sindicato de Prudente não atendia eles chegava na roça a gente tinha planejado as nossas coisas e eles se interessavam, " -não, nós queremos se filiar ao seu sindicato e você dá assistência pra nós" direto, direto, direto, ai explicava que não pode pegar trabalhador de outra base. Ai pegamos e fomos no [Não entendi] ai eles falaram se vocês darem assistência que vocês estão dando para os demais trabalhadores, eu autorizo vocês a filiarem esse pessoal, " - pode fazer tranquilamente que eu não vou criar problema para vocês", a turma foi, " - mas eu quero a mesma assistência que vocês dão para os vossos trabalhadores", só eu falei pra eles " - já estamos resolvidos aqui muitas coisas que não foram pra eles", por exemplo diferença de férias, resolvia para os nosso a usina recalculava e dava pra todo mundo, ai chegava por exemplo, prêmio de participação ai mesma situação, só não cesta básica e algumas outras coisas que eram individual né, mas nessa parte a gente já estava resolvendo os problema de todo mundo. Aí acabamos filiando, mas também agora acabou né todo mundo trocou tudo por máquina, então [...]

(Presidente do sindicato de Regente Feijó, Regente Feijó)



Não se pretende polemizar ou reforçar denúncias contra alguns sindicatos em específico sem provas, mas sim apresentar o ponto de vista dos trabalhadores que pelos relatos e gráficos mostrados não demonstram simpatia ou proximidade dos sindicatos. Isto seria um problema criado pelos próprios trabalhadores; Definitivamente não. Percebe-se que os sindicatos, através dos relatos, referências bibliográficas e dados apresentados têm um longo caminho a percorrer caso tenham a intenção de restabelecer o vínculo com os trabalhadores nas bases, e por consequência retomar o seu papel de centralidade na defesa dos interesses dos trabalhadores, em confronto aberto com as forças do capital. Os dois trabalhadores entrevistados em Caiabu, Armando (46) e Sócrates (26) antes filiados ao STR de Regente Feijó, demonstram esse distanciamento de maneira clara e enfática, e seus relatos derrubam o discurso feito pelo sindicalista de Regente Feijó que demonstrara ao longo da entrevista que o STR de Regente Feijó teria uma ótima relação com os trabalhadores filiados, cerca de 2000 trabalhadores. Mais uma vez no relato do presidente fica claro que como uma alternativa para conseguir manter o sindicato atrativo para os trabalhadores, se aposta em assistência e prestação e serviços, o que indica que o sindicato, seja por questão de orçamento, seja por questão de subserviência aos interesses das agroindústrias da região, foi completamente absorvido pela lógica predominante de sindicato neocorporativo, que além dos discurso propositivo, presente nos outros sindicatos também pesquisados (STR de Presidente Prudente, STR de Junqueirópolis, STR de Regente Feijó e STR de Flórida Paulista), procura se associar cada vez mais a assistência e prestação e serviços.

**Entrevistador 1:** E os rebatimentos dessa terceirização para o sindicato? Existe algum, no caso? Os impactos são positivos ou negativos para o sindicato?

**Entrevistado:** Para nós não vai ter muito ... Trabalhar para terceirizado e para vínculo, tem vínculo com sindicato. Inclusive até essas terceirizadas aí todo mundo é filiado, que nossa senhora! A Cocal, a Alto Alegre, a Atena, e teve um monte de terceirizado aí ... que para nós se tiver trabalhando na Cocal ou na terceirizada a arrecadação para nós é, não tem impacto nenhum

Entrevistado 1: E aí fica difícil pra vocês hora de defender os interesses fica mais difícil?

**Entrevistado:** Fica mais difícil, muito mais difícil porque eles não fazem a coisa como tem que ser feita, aí só responde solidariamente na hora que empresa for acionada na justiça. O trabalho em si não tem a mesma qualidade, então é mais judiado assim o serviço, mas ta bom. Não pode dizer que é escravizado que o trabalho escravo hoje não existe no estado de São Paulo. Mas é um trabalho mais sabe que judia um pouquinho mais

**Entrevistador 1:** Mas em qual setor, só para complementar isso, que se concentra esses trabalhadores terceirizados?

**Entrevistado:** NA faixa de, por exemplo, hoje está só no maquinário, mas é eles se submetem a umas coisas a mais

**Entrevistador 2:** Tipo o que?

**Entrevistado:** hora extra, faz uma horinha a mais, a terceirização tipo ... o cara para não perder o serviço acaba passando por cima né .... Acaba passando por cima de tudo e deixa pra lá, porque tem filho pequeno para cuidar, tem mulher pra tratar, então ninguém quer se expor nessa parte né

**Entrevistador 2:** Quais são as principais reivindicações e queixas feitas pelos trabalhadores da sua base? Quais são as condições de trabalho oferecidas?

**Entrevistado:** A maior ... A maior queixa que a gente tem aqui hoje é a respeito de jornada de trabalho

**Entrevistador 2:** Jornada de trabalho

**Entrevistado:** Não com o setor de corte, mas com a parte de herbicida de, de líder, a usina Atena por exemplo, os motoristas também têm essa ... eles fazem uma jornada maior e ... Eu vou até mostrar um negócio que é muito interessante (Presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Regente Feijó)

No trecho acima extraído da entrevista chama a atenção o fato da jornada de trabalho no setor de herbicidas, líder e motoristas ser a principal queixa da parte dos trabalhadores. Isto demonstra em primeiro lugar, que há queixas e insatisfação dos funcionários para com a jornada de trabalho que muitas vezes excede a jornada de trabalho fixa de cada trabalhador, e também se constata que o sindicato tem dificuldades em conseguir lidar com isso.

Aparentemente, pelo que foi dito pelo sindicalista, há a vontade de intervir através de ações sindicais efetivas, mas há dificuldades sejam de ordem jurídica ou institucional para agir. Geralmente se aciona o Ministério Público do Trabalho, e muito pouco para além disso é feito pelo sindicato. Desenha-se a partir disso o cenário onde o presidente e os dirigentes do sindicato ao se distanciarem dos trabalhadores, preferindo manter contato muitas vezes única exclusivamente através de telefone, se tornam “dirigentes de escritório”, que ficam no sindicato o dia inteiro lidando com papelada, verdadeiros burocratas sindicais. E isso é uma faceta da crise do sindicalismo moderno, que quando compreendida à luz do legado getulista de cooptação dos sindicatos por parte do governo federal, burocratização das lutas e mais recentemente judicialização dos conflitos, evidencia que os sindicatos estão engessados e incapazes de lidar e agir de maneira combativa diante das transformações e mudanças que vem ocorrendo nas diversas realidades territoriais do mundo do trabalho desde os anos de 1970.

Dessa forma, se aproveitando da “desatenção e imobilismo dos sindicatos” (THOMAZ JUNIOR, 2002), o capital encontra poucos, como os movimentos sociais, ou quase nenhum obstáculo em sua ânsia pela reprodução ampliada, e assim, sem a menor dúvida, a dimensão mais afetada da vida dos trabalhadores nessa saga de barbárie do agrohídronegócio

canavieiro, é a saúde coletiva. Esta, mais do que nunca, está em jogo, e as reformas trabalhista e previdenciária propostas pelo governo Temer, são a “cereja do bolo” nesse sentido, pois sacramentam o sacrifício de milhões de trabalhadores e os entrega para serem usados, abusados e descartados pelo mercado e seus lacaios, liberais ou *keynesianos*, adoradores e sacerdotes da vontade do capital. Neste jogo interescolar, fundamental para compreender o que está em andamento na realidade territorial do Pontal do Paranapanema e da 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente, se constata que a tragédia dos sindicatos, resultado de processos globais, como a reestruturação produtiva que tem como expoente no Pontal do Paranapanema a transição tecnológica e também particularidades locais associadas a disputas pela terra e conflitos pela água no velho oeste paulista; tem desdobramentos no agravamento das condições de trabalho, tipos de contrato, disputas entre trabalho e capital, que proporcionam que a saúde dos trabalhadores seja impactada, pois não é possível falar de trabalho no setor sucroalcooleiro canavieiro se não se fala no trabalho, este que faz parte da sociedade contemporânea do trabalho abstrato, alienado e estranhado.

Falar dos impactos da transição tecnológica, entendido como expoente da reestruturação produtiva no Pontal do Paranapanema, é falar também sobre como a saúde dos trabalhadores vem sendo impactada nos últimos anos diante da ofensiva do capital diante do novo ciclo de acumulação que se iniciou em 1970. Logo entender a tragédia dos sindicatos diante do engessamento e falta de capacidade de dar respostas à altura dos desmandos do capital nos últimos, é vital para se compreender como que a saúde dos trabalhadores vem sendo afetada diante de novos arranjos organizacionais e produtivos no setor agroindustrial canavieiro.

**Capítulo 04. Trabalho, saúde e sindicato: o processo saúde-trabalho-doença e a tragédia da reestruturação produtiva sobre a saúde do trabalhador**

#### **4.1. Saúde do trabalhador e sindicato: o processo saúde-trabalho-doença e a tragédia da reestruturação produtiva sobre a saúde do trabalhador.**

Num mundo marcado por intensas transformações, em que novas relações de produção e de trabalho comandam um reordenamento societal em nível global, presenciamos o aniquilamento de muitas conquistas sociais, em especial as trabalhistas, em nome da modernização tecnológica que, por sua vez, faz prevalecer a divisão social hierárquica que subsume o trabalho ao capital. Trata-se, sem sombra de dúvidas, de um conjunto de transformações operadas sobretudo no período pós-1970, como produto da crise do taylorismo e do fordismo, que vêm provocando uma redefinição global das condições e das relações econômicas, políticas e gerenciais, não somente do chão da fábrica, mas da sociedade capitalista, o que conseqüentemente se reflete em novas formas de acumulação e reprodução do capital, além de provocar alterações nos mecanismos utilizados para que a hegemonia continue a ser exercida (THOMAZ JUNIOR, 2009).

Envolto neste ambiente de reestruturação produtiva e redefinição global das condições e das relações econômicas, políticas e gerenciais, se evidencia uma ofensiva que apresenta desdobramentos perversos na saúde e organização dos trabalhadores. No caso específico de nosso recorte (Pontal do Paranapanema), o avanço do capital agroindustrial canavieiro tem gerado um reordenamento territorial e amplificado as contradições em uma região marcada historicamente por conflitos fundiários. Sobre isso, Barreto (2012) nos diz que o Pontal do Paranapanema, situado no Oeste Paulista, é marcado por históricos conflitos e disputas em torno da propriedade da terra, sendo que os primeiros embates aconteceram entre povos nativos (indígenas) e não indígenas (posseiros), os quais resultaram em massacres dos povos nativos da região, durante o século XIX e início do século XX.

Barreto (2012) acrescenta que, mais tarde, no final da década de 1980 e início da década de 1990 a região do Pontal do Paranapanema voltou a ter suas terras agricultáveis no cerne de disputas/conflitos, num período no qual as contestações se deram entre grandes latifundiários e os movimentos sociais de luta pela terra, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). E é neste território historicamente marcado por conflitos pela terra e água (sobretudo as águas subterrâneas, estando o Pontal do Paranapanema em cima do segundo maior reservatório de águas subterrâneas do mundo, o Aquífero Guarani), que o capital agroindustrial canavieiro, em ambiente de reestruturação produtiva, avança, impondo sua lógica e dinâmica destrutivas.

Esse expansionismo do agrohidronegócio canavieiro tem como expoente e estratégia para a otimização da produção e dos lucros, a mecanização das operações agrícolas, especialmente o corte e o plantio. Para o trabalhador esta transição tecnológica não passa despercebida. Ao contrário, ele é o mais afetado por ela, pois sua forma de ser e se inserir no trabalho, vínculo empregatício, forma de pagamento, rotina e exploração do trabalho, e os rebatimentos na saúde e formas de organização/representação, mais do que nunca são colocados à prova.

É fundamental salientar que é exatamente por conta da desatenção e distanciamento dos sindicatos, como foi explicado e desenvolvido no item 3.1 e 3.2, que têm se fragilizado ainda mais as condições de saúde dos trabalhadores, considerando que as entidades legais representativas da classe trabalhadora estão com dificuldades de organizar e mobilizar os trabalhadores, e como consequência, incapazes de dar respostas à altura da ofensiva do capital. Desta forma, é imperativo entendermos como a saúde dos trabalhadores do setor sucroalcooleiro tem sido afetada pelos arranjos organizativos e produtivos do ambiente de reestruturação produtiva, que encontram como expoente na região do Pontal do Paranapanema, e de maneira mais abrangente, a 10ª RA de Presidente Prudente, a transição tecnológica.

Como parte desta trama e ofensiva do capital agroindustrial das *commodities*, no caso cana-de-açúcar, é possível constatar a utilização de quantidade absurda de agrotóxicos ou também chamados pelos defensores e representantes na bancada ruralista da Câmara Nacional dos Deputados e Senado, de “defensivos fitossanitários”, estes que fazem parte do pacote tecnológico da transição tecnológica. Essa é uma das dimensões mais gritantes que nos alertam que o avanço de novos arranjos organizativos e produtivos nas agroindústrias canavieiras, estando acompanhada por um aumento mais do que significativo da quantidade de venenos utilizados nas lavouras de cana e de outras *commodities*.

Tal quadro tende a se agravar com leis permissivas elaboradas a partir do *lobby* das agroindústrias do setor junto à Câmara dos Deputados ao Senado Federal, e dos interesses do setor de produção de *commodities* que estão personificados na figura da bancada ruralista. Quando algum problema ocorre ou os casos de contaminação de trabalhadores rurais e populações locais se tornam mais frequentes, geralmente a desculpa por parte do governo federal na figura do Ministério da agricultura e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) é a de que simplesmente houve utilização inadequada dos “defensivos fitossanitários”. Isto demonstra que o Estado e os órgãos fiscalizadores que deveriam fazer o papel de investigar e impor regras para o uso dos agrotóxicos, lavam suas mãos e se fazem de

desentendidos quando os números indicam que há problemas referentes ao uso do pacote de quimificação em solo brasileiro.

O site Repórter Brasil, ao falar sobre o estudo da pesquisadora da USP, Larissa Mies Bombardi, indica que os trabalhadores rurais são as principais vítimas da contaminação, seguidos por quem vive em regiões próximas às plantações, sendo as áreas pulverizadas as mais suscetíveis. Um detalhe importante é que, no estado de São Paulo, 75% da área é pulverizada.

Estas informações e dados fornecidos pelo site, com base no estudo da pesquisadora Larissa Mies Bombardi, demonstram que há um problema grave no que se refere à quantidade de agrotóxicos que têm sido utilizados no Brasil (tabela 2). E isso sem contar os tipos de agrotóxicos que são usados em território nacional, mas proibidos em muitos países pelo mundo afora, como os países da União Europeia. Esses países, além de não utilizarem a quantidade de venenos que utilizamos, também possuem uma legislação proibitiva que impede que certos tipos de agrotóxicos possam ser usados pelos produtores rurais em território europeu. Tendo isso em mente, constata-se que o pacote de quimificação faz parte do pacote tecnológico e químico que vem sendo implantado desde os anos de 1990 no campo brasileiro.

Isso significa que falar sobre o expoente da reestruturação produtiva, entendido como transição tecnológica na região de nosso recorte territorial, é entender que nesta segunda década do século XXI vem se aprofundando e aumentando o uso de venenos nas agroindústrias. Logo, não se trata apenas da adoção de novos arranjos organizacionais e produtivos, e mais especificamente a transição do corte manual para o mecanizado na colheita da cana, que está ocorrendo na região de nosso estudo, mas um aumento na quantidade e na frequência que os venenos estão sendo utilizados.

Desta forma são novos (não tão novos assim, pois já existiam!) arranjos organizacionais, produtivos e químicos que estão sendo aplicados em maior intensidade, quantidade e frequência em ambiente de reestruturação produtiva. Neste sentido, a tabela 02 indica os principais venenos e agrotóxicos utilizados na cultura da cana-de-açúcar.

Tabela 2 - Informações sobre os agrotóxicos utilizadas na cultura de cana-de-açúcar.

Nome comercial	Tipo	Princípio ativo	Classificação toxicológica	Intervalo de segurança
Advance®	Herbicida	Diurom e Hexazinona	Classe III	150 dias
Regent®	Inseticida	Fipronil	Classe II	30 dias
Velpar K®	Herbicida	Diurom e Hexazinona	Classe III	150 dias
Volcane®	Herbicida	MSMA	Classe III	Não determinado
Furadan®	Inseticida	Carbofurano	Classe I	90 dias
Combine®	Herbicida	Tebutirom	Classe III	Não determinado
Gamit®	Herbicida	Clomazona	Classe III	Não determinado
Provence®	Herbicida	Isoxaflutol	Classe III	Não determinado
Derivados de triazóis	Fungicida	Tebuconazol	Classe IV	30 dias
Derivados de estrobilurina	Fungicida	Azoxistrobina	Classe III	Não determinado

Fonte: ANVISA

(Disponível em: Fonte: <http://www.abq.org.br/cbq/2013/trabalhos/5/2902-16817.html>)

Na tabela 02 se indica os principais agrotóxicos utilizados, que se tenha conhecimento a partir de informações fornecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), pelos produtores de cana-de-açúcar no Brasil. Como se pode observar, os inseticidas e herbicidas têm um prazo de intervalo de segurança, para que os trabalhadores rurais possam retornar ao campo, para o trabalho. Esses agrotóxicos indicados na tabela 02 são aqueles permitidos pela legislação.

**Entrevistador:** A empresa ela usa que tipos de veneno no canavial?

**Entrevistado 1:** Ela usa muitos tipos de venenos, acho que é uns 10 ou 6 venenos ((tom de pergunta, para o amigo)). Tem muito veneno, que depende do mato, aquele matinho ali é um veneno, a folhagem é outro veneno, é tudo

**Entrevistador:** E quais os principais?

**Entrevistado 1:** É o tal do Donti né

**Entrevistado 2:** Rapaz tem tanto veneno ali

**Entrevistado 1:** Que eles vão mudando né, usa um veneno depois muda pra outro veneno. (Astolfo e Evandro, respectivamente 42 e 40 anos. Caiabu)

Os trabalhadores Astolfo (42) e Evandro (40) atuam no setor de herbicidas da agroindústria Alto Alegre, e destacam que diariamente manipulam vários tipos de venenos e



agrotóxicos, ao menos dez tipos de substâncias. Onde se usado cada tipo de veneno varia de acordo com o terreno e tipo de vegetação que estiver presente.

**Entrevistador:** E com relação aos venenos, para quem trabalha com herbicida

**Entrevistado:** Eu já trabalhei com o trator passando veneno também

**Entrevistador:** Você acha perigoso isso?

**Entrevistado:** Sim, muito já vi companheiro mesmo com EPI e tudo intoxicaram

**Entrevistador:** Intoxicaram mesmo com o EPI, porque é muito forte né

**Entrevistador:** Muito forte

**Entrevistador:** Você sabe que tipo de veneno?

**Entrevistado:** Furadan, Regente ... é Furadan e o Regente é o que mais usavam

**Entrevistador:** Então você também já chegou a trabalhar nesse setor?

**Entrevistado:** Já

**Entrevistador:** Então além daqueles outros, você trabalhou na indústria trabalhou ...

**Entrevistado:** Trabalhei na parte agrícola cobrindo a cana, aí a gente cobre a cana e o veneno já vai passando e cobre a cana

**Entrevistador:** A!!! Você passava o trator jogando veneno?

**Entrevistado:** Isso

**Entrevistador:** A entendi. tinha alguém por perto ali? Por que se não a pessoa realmente iria intoxicar na hora

**Entrevistado:** Já aconteceu com dois colegas meus.

(Roberto, 32 anos. Ex-trabalhador da agroindústria Alto Alegre. Caiabu)

O Roberto (32) atuou na agroindústria Alto Alegre até 2012, e atualmente trabalha como soldador em uma empresa prestadora de serviços. No entanto é interessante o que o mesmo esclarece sobre a realidade de trabalho da agroindústria Alto Alegre, agora que não tem mais vínculo empregatício com a mesma, pois além de informar o tipos de venenos e agrotóxicos utilizados na Alto Alegre, principalmente o Furadan e o Regente, ainda descreve um pouco sobre os casos de intoxicação que presenciou enquanto trabalhou na função de tratorista cobrindo a cana com veneno. Indica dois casos que presenciou de colegas seus que foram intoxicados. Ao que tudo indica ao longo da entrevista realizada com o trabalhador, é uma realidade de casos de intoxicação que não mudou muito de 2012 até 2018, porque segundo o ex-tratorista, os amigos na cidade comentam que as intoxicações continuam. Na tabela 03, comprova-se a partir dos dados fornecidos pela Anvisa, que há sim riscos dos agrotóxicos para a saúde dos ser humano, e não apenas isso, como também riscos para o meio ambiente.

Tabela 3 - Riscos dos agrotóxicos para o ser humano e meio ambiente.

Nome comercial	Risco para saúde humana	Risco para o meio ambiente	Outros perigos (Incêndios)
Advance®	Sim	Sim	Gases liberados são tóxicos
Regent®	Sim	Sim	Produto não é inflamável
Velpar K®	Sim	Sim	Gases liberados são tóxicos
Volcane®	Sim	Sim	Produto não inflamável
Furadan®	Sim	Sim	Gases liberados são tóxicos
Combine®	Sim	Sim	Gases liberados são tóxicos
Gamit®	Sim	Sim	Gases liberados são tóxicos
Provence®	Não encontrado	Sim	Não encontrado
Derivados de triazóis	Não encontrado	Não encontrado	Não encontrado
Derivados de estrobilurina	Não encontrado	Não encontrado	Não encontrado

Fonte: ANVISA

(Disponível em: <http://www.abq.org.br/cbq/2013/trabalhos/5/2902-16817.html>)

A Tabela 3 indica os venenos e agrotóxicos que podem causar algum tipo de problema para a saúde dos trabalhadores ou de pessoas que estejam expostas de alguma forma à essas substâncias, e também mostra se estas substâncias podem ou não trazer riscos para o meio ambiente. Cruzando estas informações com os depoimentos dos trabalhadores, se pode identificar alguns aspectos importantes sobre os efeitos da utilização dos agrotóxicos na saúde dos trabalhadores.

P: E a senhora acha que esses venenos que a empresa usa podem prejudicar a saúde das pessoas?

E: Eu não sei porque.... geralmente quando eles passam o veneno, se for passar numa área perto, a gente também não entra e as pessoas que trabalham no veneno, são tudo super hiper equipados.

P: Então a senhora pensa que usando equipamento não tem problema?

E: Não sei...meu filho trabalhou...

P: Seu filho trabalhou?

E: Trabalhou... uns oito meses parece...por aí no veneno, aí eu mandei...pedi pra ele sair, além dele ter mudado pra outra cidade, para Caiabu, porque aqui não tem...que leva pra essa função, só em Caiabu, Martinópolis, aí ele mudou pra essa cidade e estava com uma tosse...ele é alérgico e começou a tossir, tossir, aí eu pedi pra ele sair desse serviço.

P: Então ele estava com muita tosse?

E: É...e magro, e ele é alérgico, nasceu alérgico...

P: Aí a senhora pediu pra ele sair?

E: Aí ele saiu...hoje ele trabalha na Prudenco, e ele vivia pra lá, morando sozinho...era o meu caçula.

P: Entendi.

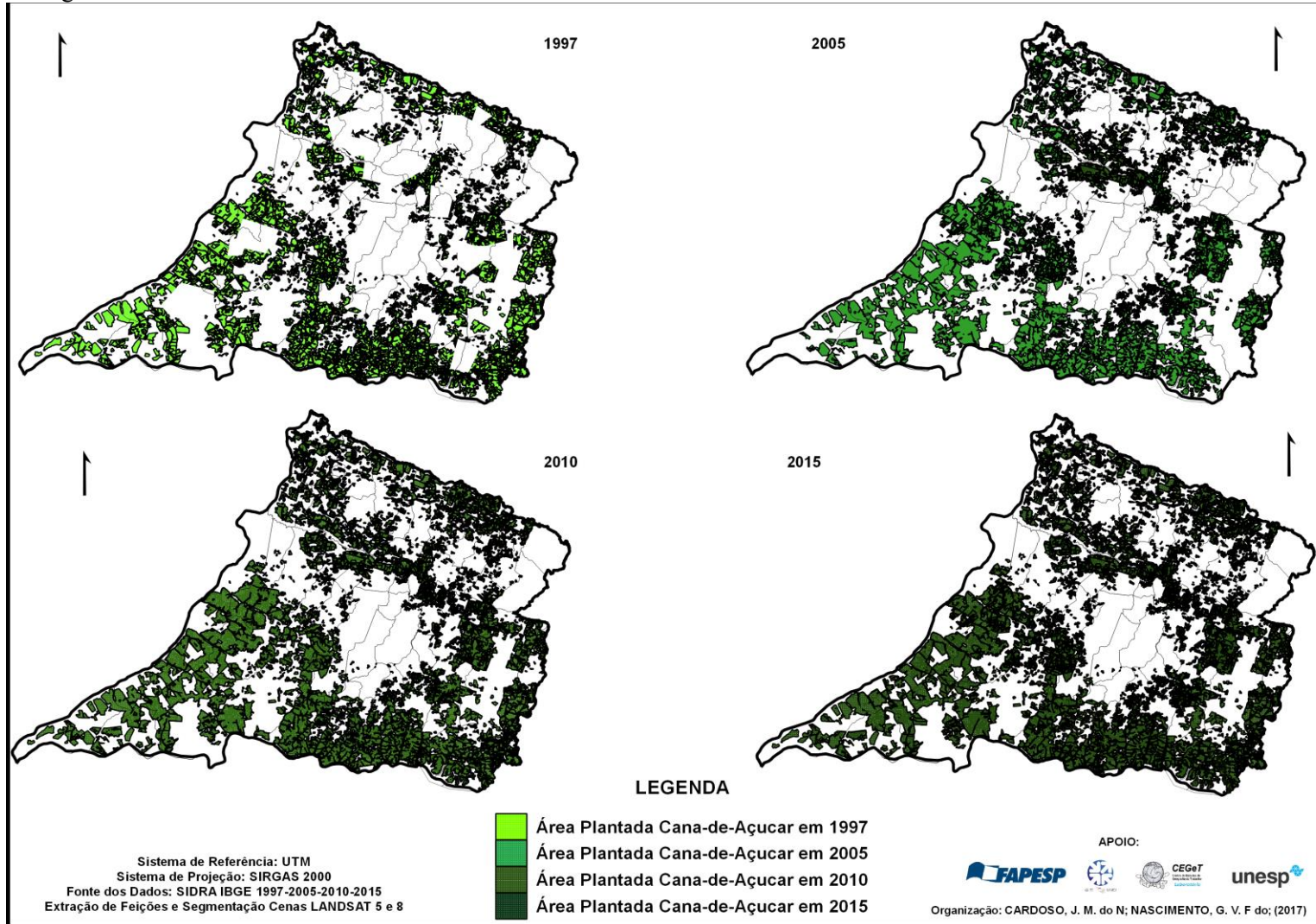
P: A senhora conhece alguém que passou mal pelo uso do veneno?

E: Além do meu filho... só ele mesmo assim... teve um dia que ele veio aqui pra casa ruim, ficou uns quatro dias vomitando, teve que levar no médico, agora a gente não sabe se é do veneno, ou se não é...eu só sei que ele é alérgico, ele nunca poderia passar veneno, ele sabia...mas é teimoso...esse problema ele deu, ele começou uma tosse e eu falei: é do veneno, aí ele passava com aquela maquininha nas costas, não era veneno forte, mas era veneno né...veneno de matar o mato, mas era veneno...mas lá eles trabalham com veneno mais forte sim...tem veneno de matar formiga, tem veneno de secar a cana, tudo...

(Madalena, 55 anos. Ex-cortadora de cana. Distritos de Presidente Prudente)

A senhora Madalena (55), assim como o Roberto (32), trabalhava como cortadora manual de cana na Alto Alegre. Destaca que os venenos utilizados na lavoura podem inclusive estar relacionados com o agravamento de uma alergia do seu filho, que atuava no setor de herbicidas na Alto Alegre. De acordo com a trabalhadora, certo dia o filho chegou em casa extremamente debilitado, vomitando, e que havia a possibilidade disso estar associado com os venenos e agrotóxicos que o filho manipulava no trabalho. Estes dois depoimentos quando analisados tendo como parâmetro o mapa 08, que indica a expansão da área ocupada com cana-de-açúcar para quatro momentos específicos na 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente, permite que se possa fazer uma conexão direta entre aumento da área ocupada com cana-de-açúcar e aumento da utilização do pacote químico-biológico nas lavouras da cana-de-açúcar.

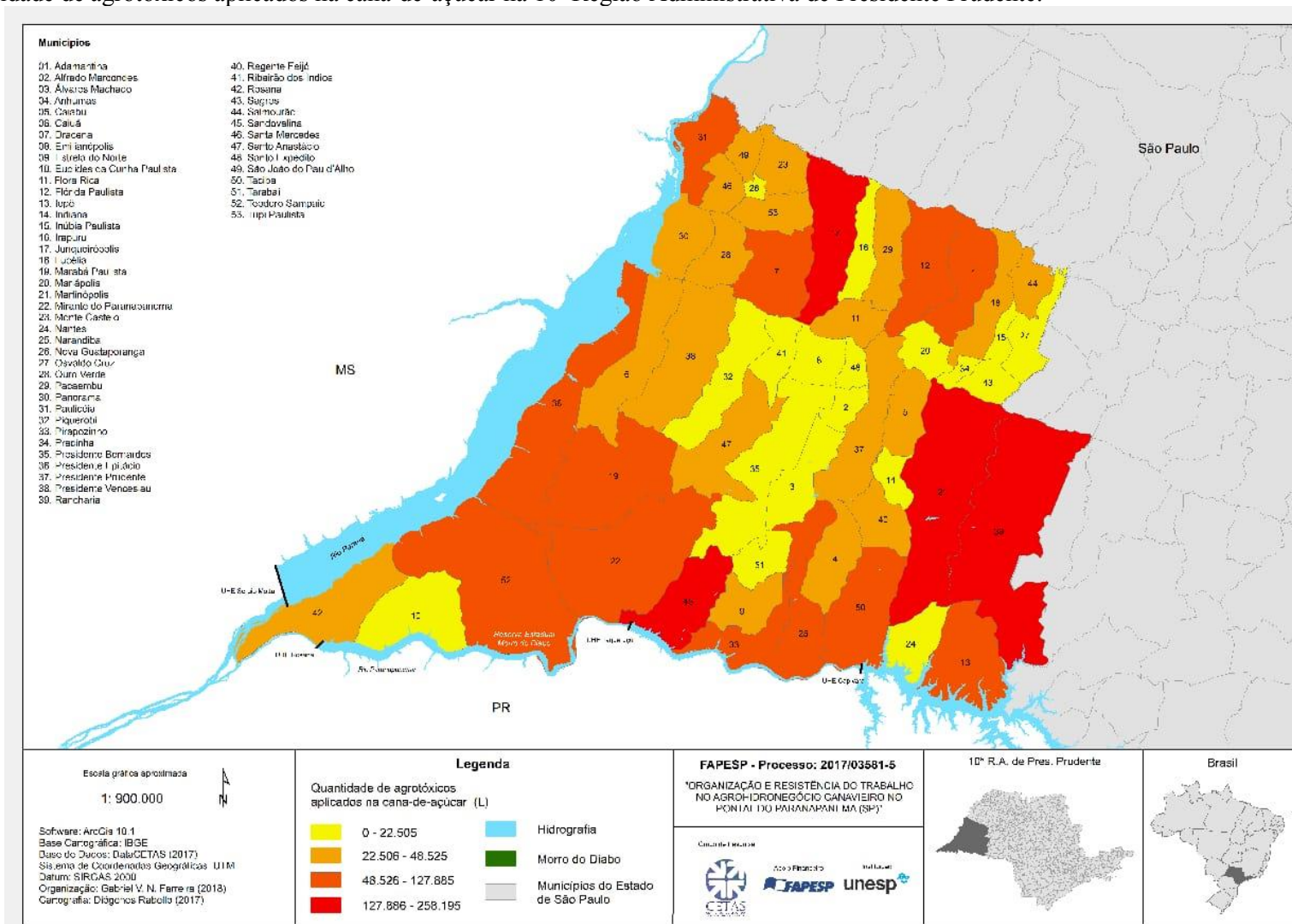
Mapa 8 - Expansão da área ocupada com cana-de-açúcar para quatro momentos específicos na 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente.



Fonte: IBGE (2017); Org.: CARDOZO, J. M. N (2017); FERREIRA, G. V. N. (2017)

O Mapa 08 da série histórica que indica a área produzida ao longo de quatro anos específicos, quando analisado juntamente com o mapa 09, permite estabelecer um nexo entre aposta no pacote quimificação e agrotóxicos utilizados na cultura da cana-de-açúcar e o aumento da área plantada desta cultura no Pontal do Paranapanema e na 10ª Região administrativa de Presidente Prudente. Ao longo da série histórica de 1997, 2005, 2010 e 2015, houve continuidade do monocultivo da cana-de-açúcar, e inclusive aumento da área plantada de cana-açúcar. Com isso é possível dizer que, na ânsia pela reprodução continuada e ampliada, o capital agroindustrial canavieiro não apenas intensificou a utilização de agrotóxicos, incorporou maquinários e aplicou novos arranjos organizativos e produtivos da reestruturação produtiva, como também procurou aumentar a área plantada de cana-de-açúcar e manter os territórios onde já havia a cultura da cana-de-açúcar. O mapa 09, desta forma, ao demonstrar de maneira espacial a quantidade de agrotóxicos aplicados na cana-de-açúcar na 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente em litros, reafirma que o aumento da área plantada de cana-de-açúcar na região é acompanhado por um reforço na aposta por parte do empresariado paulista no pacote químico-biológico, expresso sobretudo na quantidade de agrotóxicos utilizados.

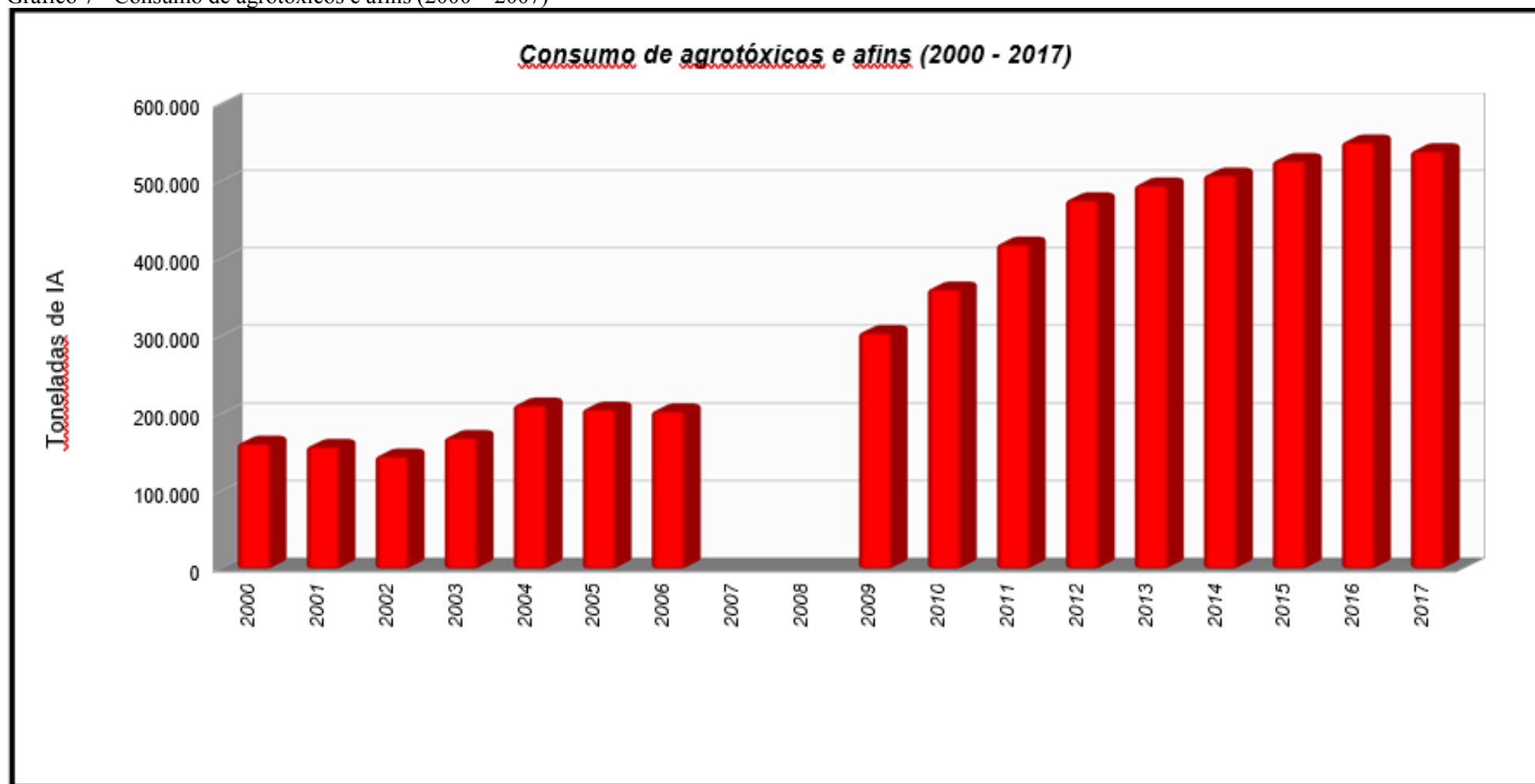
Mapa 9 - Quantidade de agrotóxicos aplicados na cana-de-açúcar na 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente.



Fonte: DATACETAS (2018)

Mapa 09 se refere a quantidade de agrotóxicos aplicados na cana-de-açúcar, espacializa no mapa a aposta no modelo químico-biológico nas lavouras, que coincide com a reafirmação no modelo de grande propriedade de produção dos produtos primários e *commodities*, e que segue uma tendência que é nacional, onde se percebe um aumento gradual e contínuo da utilização de venenos e agrotóxicos nas lavouras pelo Brasil afora. É basicamente isso que indica o gráfico 07, que expressa o aumento contínuo da quantidade de agrotóxicos utilizados na cana-de-açúcar ao longo dos últimos anos.

Gráfico 7 - Consumo de agrotóxicos e afins (2000 – 2007)



Fonte: Ibama (2018)



O Gráfico 07, elaborado a partir de informações fornecidas pelo IBAMA, demonstra que a intensificação da utilização do pacote químico-biológico no Pontal do Paranapanema e 10ª região administrativa de Presidente Prudente, está amparada em tendências gerais na escala nacional, resultantes de acordos espúrios feitos entre frações da burguesia com a classe política, com o objetivo de aumentar a produtividade, sem se preocupar com a saúde dos trabalhadores e das populações locais. Chamamos a atenção para o fato de que os anos de 2007 e 2008 não indicam a quantidade em toneladas do consumo de agrotóxicos. Não significa que não houve consumo nestes dois anos, mas sim que houve problemas da parte do IBAMA em conseguir informações acerca da quantidade de agrotóxicos consumida em 2007 e 2008.

Se não bastasse os problemas referentes à intoxicações e envenenamentos, resultado de uma opção inconsequente por parte do empresariado e grandes produtores de produtos primários como a cana-de-açúcar de apostar no pacote de quimificação, tem-se outros fatores que se somam a estes na feroz ofensiva do capital sobre o trabalho, na precarização, degradação das condições de trabalho, aumento da jornada de trabalho e superexploração do trabalho. A tecnificação do setor sucroalcooleiro expressa na transição tecnológica que se vislumbra nos últimos anos na realidade territorial do Pontal do Paranapanema permitiu ao capital reestruturar os arranjos organizativos e produtivos nas agroindústrias canavieiras, fazendo com que características históricas do trabalho no Brasil que remontam ao período colonial como o aumento da jornada de trabalho, intensificação do ritmo do trabalho e superexploração do trabalho, fossem (re)atualizadas e amplamente utilizadas no agrohidronegócio canavieiro.

Como era de se esperar isto vem apresentando resultados terríveis sobre as condições de trabalho no setor, o que por consequência proporciona agravos à saúde dos trabalhadores, que embora os gerentes do capital quisessem, não são máquinas, são seres humanos, logo passíveis de adoecimento e de se envolver em acidentes de trabalho, que de acidentes tem nada, considerando que todo acidente é evitável, logo é um risco presumido. Para compreender isto é preciso recorrer à bibliografia sobre o assunto, para que se consiga orientar em meio a toda a complexidade da saúde do trabalhador, que é um campo vasto de estudo inclusive, partilhado por várias áreas do conhecimento, que vão desde a saúde até as ciências sociais e políticas.

O conceito de processo saúde-doença permite entender as determinantes e condicionantes das formas individuais e coletivas de adoecer e morrer. Grande parte dessas determinações e condições decorre direta ou indiretamente da desigualdade socio-econômica e de direitos. Desenham-se, então os caminhos que vão de uma saúde ideal à configuração dos quadros clínicos das diferentes patologias (doenças) (SILVA, 2012)

É preciso dizer que em cada momento da história, as forças políticas e sociais envolvidas nesses processos podem favorecer ou fragilizar a saúde dos seres humanos de “acordo com as situações que este vivenciam em contextos macrossociais e situações específicas de vida e trabalho. A fragilização corresponde aqui a ideia de vulnerabilização.” (SILVA, Edith Seligmann, 2012 p. 34). Sem essa visão se tem uma perspectiva incompleta, tanto do processo saúde-doença de modo geral quanto daqueles que atingem a saúde mental dos trabalhadores.

Silva (2012) nos indica que duas outras noções se tornam valiosas para a compreensão das determinações sociais dos processos saúde-doença relacionados ao trabalho: a noção de sofrimento social e a de divisão internacional do trabalho. O sofrimento social gerado em macrocontextos está geralmente associado a “formas poderosas de dominação que se estendem através de outras instâncias até atingir famílias, locais de trabalho e indivíduos. Dessa forma, dominação e sofrimento conjuntamente, alcançam também a esfera psíquica de cada um (SILVA, 2012 p.34 apud RENAULT, 2008)

Conclui-se a partir do que é dito por Silva (2012), que os contextos de trabalho podem atuar como fonte de saúde ou de adoecimento tanto com respeito à saúde geral quanto à saúde mental. “Para entender o que ocorre em locais específicos de trabalho (microcontextos), é preciso não perder de vista o macrocontexto onde se tece a divisão internacional do trabalho, mediada por forças políticas e econômicas” (SILVA, 2012, p.34; GORZ, 1980)

Neste o trabalho, entendido como uma instância social, mais atualmente passou a ser examinado com maior atenção no que se refere ao processo saúde-doença. O trabalho, conforme a situação, tanto poderá fortalecer a saúde mental e geral do trabalhador, quanto vulnerabilizá-la e mesmo gerar distúrbios que se expressarão coletivamente e no plano individual.

Desta forma, a Silva (2012) nos propõe compreender saúde, a partir da perspectiva de Carguilhem (1990), “como um estado ideal em que as forças vitais predominem na harmonização da variabilidade biopsicossocial, próprio dos processos psico-orgânicos humanos, imersos no percurso existencial e na vida social” (SILVA, 2012, p. 36). E quanto ao adoecimento, a autora nos propõe compreender este conceito como um “processo que se desenvolve em um contínuo que é concebido como um eixo temporal ao longo do qual se estabelecem os confrontos entre forças vitais e forças desestabilizadoras. Trata-se do processo de interação continuada, que é o processo saúde-doença”. (SILVA, 2012, p.36). Com relação à saúde mental, se deve compreender a mesma como “uma dimensão indissociável desse processo, necessariamente visto em seu todo. Não existe adoecimento mental que se constitua isoladamente do corpo e das inter-relações humanas” (SILVA, 2012, p. 36)

Se conciliarmos tal abordagem com a psicodinâmica do trabalho, que propõe uma análise dinâmica dos processos psíquicos mobilizados pelo confronto do sujeito com a

realidade do trabalho” (SILVA, 2012, p. 64 apud DEJOURS; ADBOUDCHELI, 1990, p.127), podemos analisar o papel da organização do trabalho na determinação do sofrimento psíquico e também adoecimento do corpo dos trabalhadores.

Em outras palavras, a organização do trabalho ocasiona insatisfação, quer pelo esvaziamento de sentido, quer pela violentação de uma “economia psicossomática” que seria singular para cada trabalhador (SILVA, 2012). Isto é, a organização do trabalho, “associada ou não às condições do ambiente físico, químico e biológico do trabalho, muitas vezes desrespeita as necessidades do corpo, em sua integração e em sua integração psicossomática. Essas seriam, segundo Dejours, as diferentes vias que levam ao sofrimento mental e também, pela via psicossomática, ao adoecimento do corpo” (SILVA, 2012 p.65 apud DEJOURS, 1980).

A autora contribui através do resgate da definição psicanalítica de sublimação, proposta por Dejours, que considera que quando o trabalho assume sentido, passa a ter função sublimatória e favorece a saúde mental e por consequência a saúde geral. O trabalho que permite a sublimação é também fonte de prazer e enriquece a identidade. Ocorreria o oposto no trabalho submetido a imposições que, restringindo a liberdade, bloqueiam a sublimação ao se tornarem inibidores da criatividade. No entanto, é preciso destacar que a existência de uma doença mental (depressão, síndrome do pânico, outras síndromes e transtornos) não são doenças mentais decorrentes do trabalho em si, mas sim que o trabalho pode contribuir apenas para favorecer o surgimento de descompensação, isto é o desencadeamento de um transtorno mental.

Desta forma, fica claro que o trabalho e o processo saúde-doença não se trata de algo estático, a-histórico ou isolado, mas sim algo dinâmico, em movimento, desta forma busco compreender as determinações sociais do trabalho que podem contribuir para os adoecimentos, acidentes de trabalho e intoxicações dos trabalhadores. Apenas dessa forma é possível compreender de maneira mais clara que a civilização da barbárie (THOMAZ JUNIOR, 2007) sob a égide do capital, avança e abrange todas as dimensões da vida do trabalhador, e que a organização classista, vida pessoal, subjetividade e a saúde não é uma exceção.

Sobre a relação trabalho-saúde Heck (2013) nos diz que é necessário entender o modelo societal para que se possa situá-la no ambiente dos interesses de classe. Assim, a relação trabalho-saúde é a própria sociedade respondendo às formas de controle social exercidas pelo capital. (THOMAZ JUNIOR, 2014). É imprescindível analisar esta questão, considerando que mais do que nunca a saúde dos trabalhadores está xeque. Os (re) arranjos organizacionais e produtivos impostos pela reestruturação produtiva, o pacote neoliberal e a opção feita pelo empresariado do setor agroindustrial canavieiro paulista pela utilização do

modelo químico dependente no campo (agrotóxicos, fertilizantes e outras substâncias hostis à saúde humana) são eventos/processos/táticas do capital que contribuem para intensificar as já precárias condições de trabalho e extensas jornadas dos trabalhadores.

Lourenço (2013) indica que se acredita que a gênese e o desenvolvimento de muitas doenças têm conexão com o trabalho (ocupacional) e relações sociais subjacentes, muito embora haja uma tendência nos serviços de saúde e previdenciários, mediada pela ideologia capitalista, que identifica essas manifestações de modo a-histórico, como se adoecer e morrer antes do tempo não tivesse ligação com a realidade material e subjetiva de trabalho.

Lourenço (2013) ainda nos diz que nas empresas, os acidentes de trabalho costumam ser investigados pelos técnicos especializados em saúde e segurança do trabalho apenas como fruto de um comportamento proposital. Em geral, os trabalhadores que sofrem algum acidente ou que adoecem são demitidos, porém são mantidas as condições de trabalho. Em outras palavras, “situar as doenças como originárias unicamente da subjetividade humana, ou até mesmo o acidente, como causado pela vontade própria (como se o indivíduo-mercadoria buscasse a sua automutilação) é uma análise simplista que desconsidera as relações sociais de produção e como elas se dão. “Desconsidera o seu pressuposto básico: a exploração do trabalho e a captura da mais-valia” (LOURENÇO, 2013, p.190).

Nesse sentido, se deve atentar para a relação saúde-trabalho no campo, sobretudo a partir da dita “modernização” da agricultura (e seus desdobramentos na forma de acidentes de trabalho e envenenamentos/intoxicações), agora reatualizada e aprofundada com o potencial para a produção de etanol, combustível renovável demandado pelo mercado internacional, por meio da presença dos grupos e conglomerados transnacionais, marcada pelas fusões e formação de monopólios, repercute diretamente na estrutura produtiva do país, a partir do modelo monocultor/latifundiário e também nas relações sociais de trabalho, que se materializam no cotidiano dos trabalhadores a partir do desemprego, dos descumprimentos da legislação trabalhista (CLT), da Constituição, contratos de trabalho, do rebaixamento dos salários, do medo, das doenças e adoecimentos do trabalho, portanto, no saque da vida (LOURENÇO, 2013, p. 195). A autora enfatiza que isso indica que há indiferença e desrespeito para com a vida neste modelo de desenvolvimento escolhido pelas elites econômica e política no campo. Não se trata somente da periculosidade do trabalho, mas das relações de trabalho que, sob o processo de acumulação, submetem os trabalhadores às mais variadas restrições de liberdade e autonomia, determinantes no processo do saque da vida/saúde, reconhecido de modo autônomo e independente das condições e relações sociais de trabalho.

Ao se preocupar com essa questão, Pignati (2013) propõe uma análise que vai na contramão do modelo isolacionista, estático, a-histórico da medicina do trabalho e de outros

profissionais da saúde que optam por uma análise positivista da relação saúde-trabalho. Seria esta nova perspectiva balizada em um modelo da determinação social que coloca o trabalho como categoria central e constrói explicações estruturais de fundamental importância para a compreensão do processo saúde-trabalho-doença, em sua dimensão coletiva, social, histórica e geográfica. Isto porque o território das realizações dessas relações é o referencial para o entendimento dos processos de dominação e controle do trabalho pelo capital.

Esta abordagem embasa os estudos em geografia do trabalho e da saúde, em consonância com a corrente denominada *saúde do trabalhador*, para a qual, nas sociedades capitalistas, a subjugação do trabalho ao processo de valorização do capital seria a chave para a compreensão da saúde e da doença dos grupos humanos, divididos em classes sociais (PIGNATI, 2013). O mesmo autor conclui sua reflexão ao nos dizer que as ações de vigilância em saúde do trabalhador devem buscar as origens dos riscos, e não apenas os fatores de riscos dos agravos à saúde e dos danos ambientais.

Ainda sobre a saúde dos trabalhadores, em especial a dos trabalhadores rurais, Maniglia (2012), ao nos indicar as inconsistências e contradições do discurso da sustentabilidade, amplamente utilizado por agroindústrias atualmente, enfatiza que aquilo que deveria ser sustentável na íntegra pode ser insustentável. Ademais é preciso raciocinar que a insustentabilidade implica em uma série de sequelas que se reproduzem na saúde do trabalhador. É nisso que repousa o nexo entre o trabalho e saúde no modelo de produção capitalista, que acumula nuances que propiciam a fragilidade física e mental do trabalhador, em especial do rural, que traz uma história de vida adversa marcada pelo desrespeito aos direitos e garantias fundamentais.

Sobre o setor rural, Maniglia (2012) acrescenta que este fere profundamente a dignidade de seu trabalhador com os fatos que se acumulam em situações inusitadas, e não encontradas no setor urbano. O resultado destes problemas é manifestado nas doenças psíquicas causadas pelo stress, ansiedade e até pelo alcoolismo como meio de fuga de uma realidade cruel.

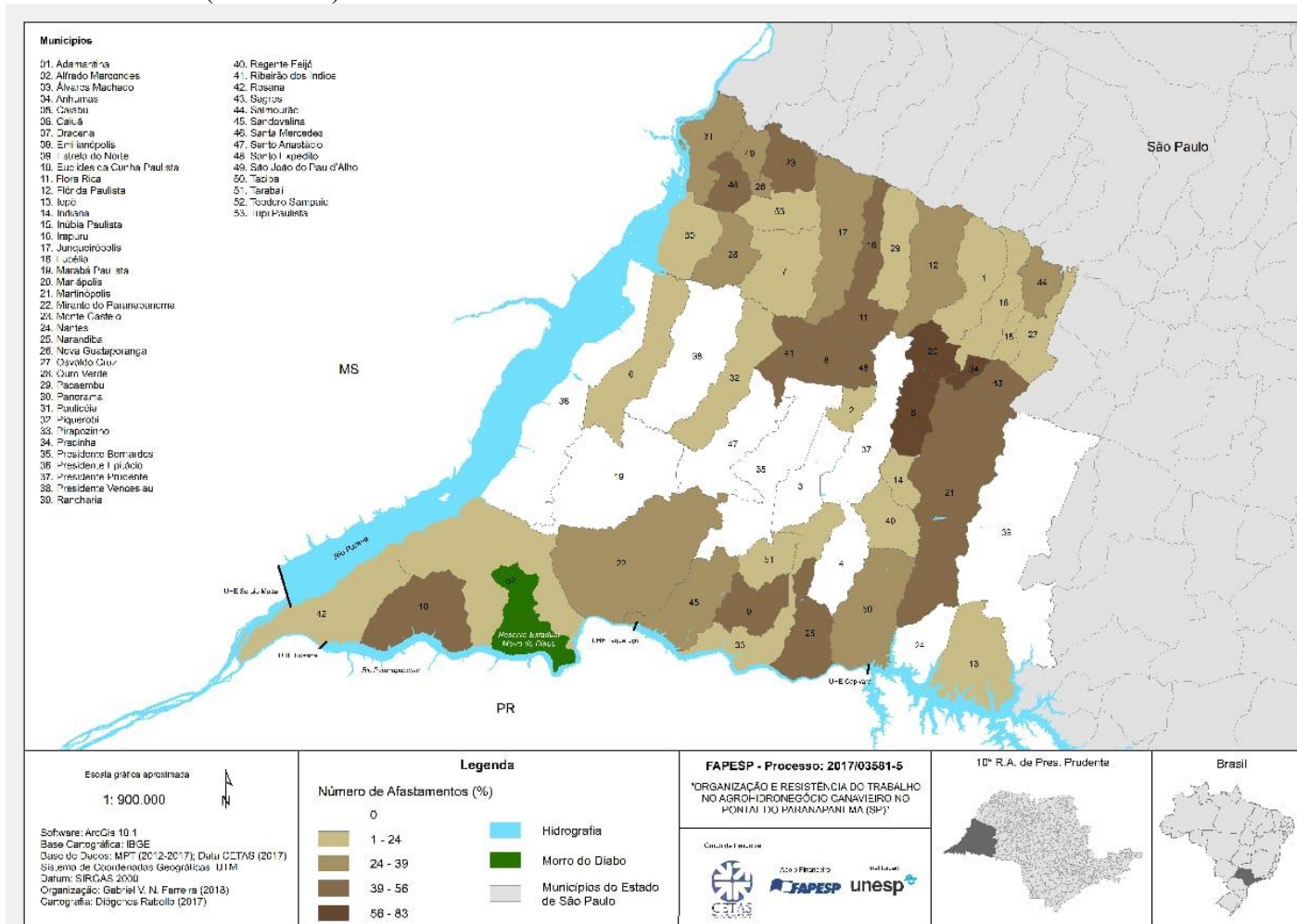
Em síntese, entende-se que se deve buscar as causas socioeconômicas do que produziu os riscos dos processos produtivos ou dos serviços. E dessa forma defende-se a tese, juntamente com autores como Silva (2012), Lourenço (2013), Pignati (2013) e Maniglia (2012) de que a mais-valia, o lucro e a usura do sistema capitalista que transformaram o trabalho, a natureza, a vida e a qualidade de vida em mercadorias, criando situações onde a vida humana é afetada em sua essência através de acidentes de trabalho (típicos ou mesmo de trajeto), surgimento de doenças ocupacionais e casos de intoxicação pela exposição ou contato mínimo com o pacote de quimificação no campo. É a civilização da barbárie do trabalho abstrato, estranhado e alienado que objetifica e coisifica a vida humana.

Portanto, afirma-se que entender a realidade territorial do Pontal do Paranapanema e de maneira mais abrangente, da 10ª região administrativa de Presidente Prudente, requer o entendimento de que há processos e dinâmicas globais agindo neste território, e sendo alteradas e modificadas de acordo com as especificidades deste mesmo território. Assim, é preciso salientar que nesta trama complexa mais do nunca a organização legal dos trabalhadores, pensada em nosso trabalho na figura dos sindicatos dos trabalhadores rurais e sindicato dos empregados rurais, está em xeque, e com o comprometimento da atenção e imobilismo dos sindicatos, a saúde dos trabalhadores, sobretudo os rurais, se agrava. Não apenas os trabalhadores com vínculo direto ou indireto com o setor sucroalcooleiro, pois ao que tudo indica a saúde das populações locais está no alvo das agroindústrias canavieiras, principalmente através do pacote de agrotóxicos amplamente utilizados.

#### **4.2. O processo saúde-trabalho-doença e a tragédia dos sindicatos: a relação entre adoecimentos, acidente de trabalho e intoxicações com a crise do sindicalismo.**

A partir da compreensão do conceito de processo saúde-doença, e mais especificamente, com a clareza de que a saúde deve ser vista em sua íntima relação com o trabalho, em uma perspectiva social dos agravos, permite o entendimento de uma complexa realidade que se desenha no Pontal do Paranapanema de adoecimentos, acidentes de trabalho e intoxicações, que os dados oficiais demonstram, ainda que de maneira subnotificada considerando as dificuldades e limitações com relação à recursos humanos, recursos financeiros e cortes no orçamento público dos últimos anos nos órgãos que acompanham e disponibilizam os dados; mas que os depoimentos dos trabalhadores indicam que se trata apenas da ponta do *iceberg*. Consideramos importante mostrar como se especializa na 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente, a questão dos afastamentos por motivos de saúde considerando as dez principais atividades econômicas de cada município. Esta pretensão, que se constata no mapa 10, permite em um primeiro momento que se possa evidenciar quais são as tendências na região com relação aos afastamentos por motivos de doença, assim como estabelecer qual seria onexo causal entre o trabalho e o afastamento por motivo de saúde, e de que forma se desenha no setor agroindustrial canavieiro da região o problema dos afastamentos.

Mapa 10 - Número de Afastamentos na 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente (2012-2017)

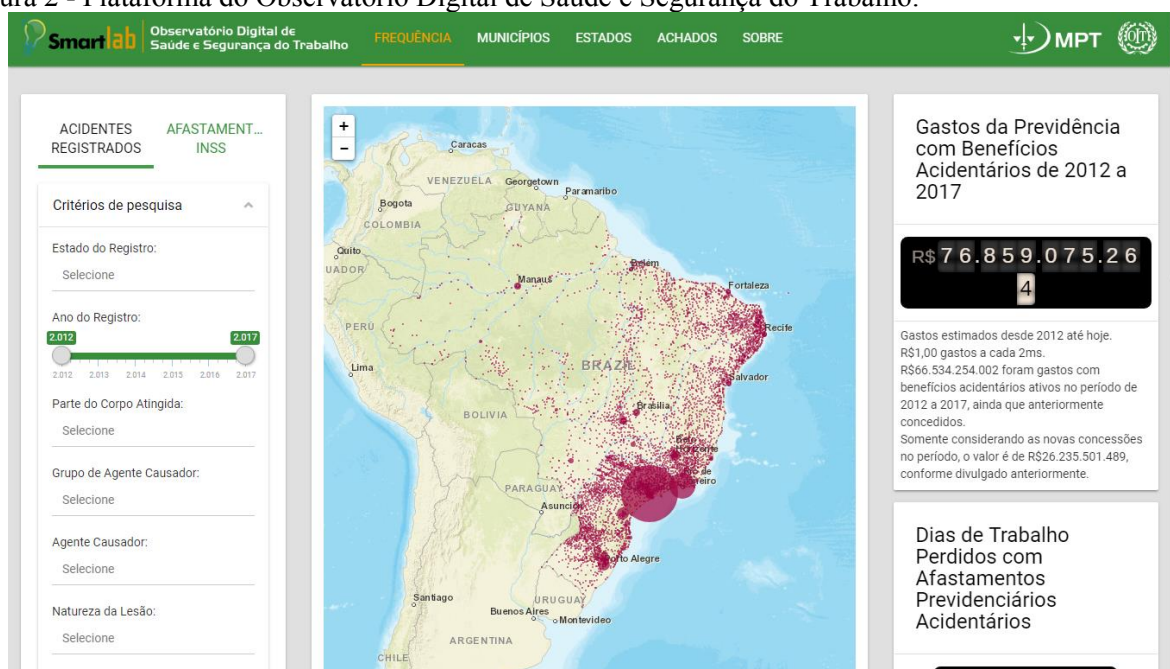


Fonte: Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho (2018)



O primeiro dado, expresso no mapa 10, que apresento para demonstrar a situação complicada da saúde dos trabalhadores no Pontal do Paranapanema e na 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente é fornecido pelo Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho do Ministério Público do Trabalho (figura 02), que disponibiliza uma série de dados acerca da realidade do mundo do trabalho nas mais variadas atividades econômicas; está associado com a quantidade de afastamentos ocorridos nas 10 principais atividades econômicas presentes na região, dentre elas o setor sucroalcooleiro é a atividade econômica que se destaca em uma quantidade significativa de municípios na região como uma das atividades econômicas onde se afasta mais trabalhadores por motivos de saúde-trabalho.

Figura 2 - Plataforma do Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho.



*“Tela inicial na Plataforma do Observatório Digital de saúde e Segurança do Trabalho”.*

Fonte: Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho (2018)

No Mapa 10 percebe-se que na medida que as tonalidades se aproximam do marrom, se concentra neste município mais casos de afastamentos decorrentes das dez principais atividades econômicas da região. Na 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente as atividades econômicas relacionadas com o agrohidronegócio canavieiro estão produzindo um número preocupante de trabalhadores afastados por motivo de saúde. São pessoas que adoeceram ou desenvolveram algum problema de saúde enquanto atuavam no setor sucroalcooleiro. Isto pode ou não estar diretamente associado com o trabalho nas agroindústrias, mas no geral nos permite dizer que há um problema, ao que tudo indica estrutural, que vem adoecendo os trabalhadores ligados a essa atividade econômica.

Entrevistado: Aí agora passei no médico do AME, eu fui no médico da usina e... falei que o enfermeiro não tinha me dado socorro, me deu um Cedalex, mandou eu rezar e trabalhar... isso aí eu fiquei muito magoada e eu magoei me muito com a usina, tinha a gente lá que só caía, porque eu caía mesmo, mas eu caí mesmo, porque machucava muito...

Entrevistador: Então, foram várias quedas?

E: Foi... devido ao joelho, você caiu... eu caía... cana ela é lisa, você tem que segurar, aí eu machucava mais. Aí procuraram no papel e realmente você não foi socorrida... mas naquela época, quinze anos atrás...

Entrevistador: Que ano que foi o seu acidente?

Entrevistado: Ah... faz muitos anos, eu não lembro não sabe porque, porque depois eu tive depressão, tive que afastar... e fiquei muito ruim, até hoje eu sou esquecida, sou esquecida, mas foi logo, fazia... mais ou menos, uns três anos que eu estava trabalhando ali e depois eu me machuquei...

Entrevistador: Então a senhora, a depressão que a senhora desenvolveu...

Entrevistado: Desenvolvi mais, por causa da dor...

Entrevistador: E pela não prestação do socorro devido...

Entrevistado: Aí eu... mas faz muitos anos isso aí.

Entrevistador: Mas aí a senhora continuou cortando cana?

Entrevistado: Continuei cortando, aí o médico particular, falou assim óh... você tem que parar, você tem que parar...

Entrevistado: E eu falei assim, não tem como parar, nunca deram carta... pra parar tem que dar cartas, eles nunca deram...

Entrevistador: A senhora nunca foi no INSS fazer uma perícia?

Entrevistado: Fui, cortou, reprovou.

Entrevistador: Reprovou... o que ele alegou para a senhora?

Entrevistador :Ah... nada simplesmente, mandou eu pegar o papel na frente e mandou eu ir trabalhar.

Entrevistador: Então a senhora foi em perícias e foi reprovada...

Entrevistado: Fui, só encostei na primeira perícia, que eu encostei três meses por causa da depressão, que aí atacou forte né.

Entrevistador: A senhora só ficou três meses?

Entrevistado: Fiquei três meses, depois voltei a trabalhar, mas não era pra voltar não, era pra continuar, voltar no médico de novo, só que o remédio eu continuei a tomar...

Entrevistador: Quais remédios a senhora toma?]

Entrevistado: Eu tomo três tipos de remédio...

Entrevistador: Quais?

Entrevistado: Eu tomo Sertralina, deixa eu ver o outro... eu tomo esse aqui cedo, 02, que é 100 miligramas, tomo esse aqui... tomo esse...

Entrevistador: Nossa são vários remédios, todo dia a senhora tem que tomar eles?

Entrevistado: É todo dia... todos eles.

P:Então esse problema que a senhora tem... depressão, artrose, decorre do trabalho?

Entrevistado: É, lá... eu sofri muito bullying, a turma meu me apelidava de joelho, que eu ficava mancando (choro) é muita gente, manda demais... a dor é terrível, tem que aguentar pra poder conseguir trabalhar.

Entrevistador: Você acredita que o trabalho na cana de açúcar pode trazer problemas de saúde?

Entrevistado: Traz... traz... nossa, traz muito problema de saúde sim, era friagem, geada, era tudo, e a gente trabalhando. (Madalena, 55 anos. Ex-cortadora de cana na Alto Alegre. Distritos de Presidente Prudente)

A partir da pesquisa empírica realizada para esta monografia, tivemos acesso à informações que indicam que o problema dos adoecimentos é uma realidade na região, e que por trás dos afastamentos há pessoas que tiveram sua saúde mental e física afetada, tiveram sua própria subjetividade impactada, ou seja, suas próprias essências e experiência de vida foram prejudicadas pelo avanço do capital agroindustrial canavieiro na região. A sra. Madalena é um exemplo claro disso.

Entrevistador: Então esse problema que a senhora tem...depressão, artrose, decorre do trabalho?

Trabalhadora: É, lá...eu sofri muito bullying, a turma meu me apelidava de joelho, que eu ficava mancando (choro) é muita gente, manda demais... a dor é terrível, tem que aguentar pra poder conseguir trabalhar.

Entrevistador: Você acredita que o trabalho na cana de açúcar pode trazer problemas de saúde?

Trabalhadora: Traz...traz...nossa, traz muito problema de saúde sim, era friagem, geada, era tudo, e a gente trabalhando.

Entrevistador: Em todas as situações tinha que trabalhar?

Trabalhadora: é nós, só não trabalhou um dia que o ministério deu em cima e parou, embaixo de chuva, mas a gente cansou de trabalhar lá no começo, porque não tinha máquinas...debaixo de chuva, de relâmpago, trovejando, nós estávamos cortando cana, eles nunca obrigaram, mas estávamos trabalhando, mas se não trabalhar, não ganhava né...aí depois que veio tudo as máquinas e o ministério deu em cima, aí quando começava a trovejar, eles mandavam parar...mas assim...foi muito sofrimento, mas eu gostava do serviço (choro), ali era meu pão...eu comprava meu remédio, agora se eu quiser comprar meu remédio, pra eu conseguir, eu tenho que ir na rede pública, tem um que eu tomava...que eu não consigo na rede pública...tenho que comprar, pro joelho...era um monte de remédio, vários remédios juntos, hoje eu não estou tomando...porque é caro..

Trabalhadora: Um eu consigo pegar, esse verde aí eu comprei, mas eu consigo pegar.

Entrevistador: Quanto é o valor dele?

Trabalhadora: Esse aqui é baratinho, é quinze reais, a cartelinha... mas sabe esse pequeno aí, eu comprei quatro anos, Sertralina... eu pagava 50 reais em vinte comprimidos, eu comprei durante quatro anos, aí depois eu consegui ele pela rede pública.

Entrevistador: Mas se a senhora fosse pagava não teria condições...

Trabalhadora: Teria não...desempregada. né...

Entrevistador: O trabalho que a senhora fez durante esse tempo, aconteceram outros incidentes?

Trabalhadora: Aconteceu...porque cortei bastante, cortei esse dedo, ele é mole...a juntinha dele.

Entrevistador: O que que foi?

Trabalhadora: Foi o facão.

Entrevistador: Ah foi o facão.

Trabalhadora: É...eu cortei o pé...cortei a mão, cortava todo mês, não tem um dedo desse aqui( mostra as mãos) que não foi cortado...cada mês eu cortava um dedo...

Entrevistador: Sim...então tem um dedo da senhora que ficou aleijado, não tem movimento. Qual o dedo?

Trabalhadora: Esse aqui óh..o terceiro, o do meio...ele é mole...

Entrevistador: E na sua opinião, o que leva a ocorrer esses acidentes, cortando cana, no trabalho?

Trabalhadora: É que a gente quer cortar bastante, pra ganhar um pouco mais né...não se cuida direito... se a gente se cuidasse um pouco direito, não

haveria acidente...mas a gente quer cortar rápido para ganhar mais, porque quanto mais você corta mais você ganha...você ganha por metragem, e você não repara nada...você mete a cara, o facão...pra gente se cortar é acidente mesmo...porque eu jamais vou pegar um facão e vou me cortar...

Entrevistador: Sim...

Trabalhadora: Eu jamais vou escorregar e vou cair, eu escorregava muito, eu caía, ao invés de eu cair lá em cima da curva, eu caía em baixo, porque eu não tinha mais forças nas pernas...não tinha mais forças nas pernas, não tenho até hoje, não consigo andar por muito tempo.

Entrevistador: A senhora presenciou outros tipos de acidentes?

Trabalhadora: Presenciei, era gente com dor no braço, problemas de coluna, eu não me metia na vida de ninguém não sabe...mas tinha gente que reclamava, eu procurava trabalhar no meu serviço...

(Dona Madalena. 55 anos. Trabalhadora adocida)

A Sra. Madalena é um exemplo bem didático do que seria a civilização da barbárie (THOMAZ JUNIOR, 2007), onde uma agroindústria como a Alto Alegre, contrata um trabalhador, usa este até o limite da força e depois de algum tempo o descarta, como um brinquedo quebrado. A trabalhadora em questão desenvolveu vários problemas de saúde enquanto estava na agroindústria, sejam problemas físicos como os cortes, artrose e mutilações, ou mesmo problemas, doenças e transtornos de ordem mental e psicológica, como depressão e stress. Na figura 03 se visualiza a gravidade e seriedade dos problemas relacionados à adoecimentos que acometem os trabalhadores entrevistados nos distritos de Presidente Prudente, gravidade esta expressa em medicamento fortes, alguns tarja preta (logo ainda fortes), utilizados pelos trabalhadores.

Figura 3 - Medicamentos utilizados pelos trabalhadores adoecidos nos distritos de Presidente Prudente.



Fonte: Trabalho de Campo (2017) Org: BENTO (2017); FERREIRA (2017)

Dessa forma poderia se pensar que a mecanização na colheita seria uma alternativa interessante para resolver o problema dos adoecimentos, dos transtornos psíquicos, dos acidentes de trabalho e incomodações ocupacionais (FERREIRA, 2017), que seriam basicamente dores e incômodos constantes e frequentes que os trabalhadores nos relatam, no corte da cana. De fato, não teria como negar isso, mas como foi explicado no capítulo 02, melhorar as condições de trabalho, salário e vida dos trabalhadores além da questão ambiental, foi só a retórica utilizada para viabilizar e convencer a opinião pública de que a mecanização no plantio e no corte, e todos os elementos da transição tecnológica, sejam estes organizacionais ou produtivos, é viável e que melhoraria a vida dos trabalhadores. Outro ponto importante é o de que com a incorporação dos maquinários, as doenças ocupacionais e acidentes de trabalho, não necessariamente deixarão de existir ou diminuirão. O problema não é resolvido com a mecanização e com todo pacote da transição tecnológica-química, ele é apenas escamoteado. A estrutura e as condições de trabalho precárias continuarão a produzir novas (e outras nem tanto assim!) situações de acidentes de trabalho, adoecimentos, envenenamentos e intoxicação por agrotóxicos, bem como incomodações ocupacionais.

**Entrevistador:** Você acredita que o trabalho na cana de açúcar ao longo dos anos pode trazer algum problema de saúde, dependendo do setor?

**Entrevistado:** Dependendo do setor eu acho que sim

**Entrevistador:** Qual setor você acha que são os mais arriscados?

**Entrevistado:** É de ... setor de parte de parte quente e caldeira

**Entrevistador:** Na indústria né?

**Entrevistado:** Na indústria

**Entrevistador:** E com relação aos venenos, para quem trabalha com herbicida

**Entrevistado:** Eu já trabalhei com o trator passando veneno também

**Entrevistador:** Você acha perigoso isso?

**Entrevistado:** Sim, muito já vi companheiro mesmo com EPI e tudo intoxicaram

**Entrevistador:** Intoxicaram mesmo com o EPI, porque é muito forte né

**Entrevistador:** Muito forte

**Entrevistador:** Você sabe que tipo de veneno?

**Entrevistado:** Furadan, Regente ... é Furadan e o Regente é o que mais usavam

**Entrevistador:** Então você também já chegou a trabalhar nesse setor?

**Entrevistado:** Já

**Entrevistador:** Então além daqueles outros, você trabalhou na indústria trabalhou ...

**Entrevistado:** Trabalhei na parte agrícola cobrindo a cana, aí a gente cobre a cana e o veneno já vai passando e cobre a cana

**Entrevistador:** A!!! Você passava o trator jogando veneno?

**Entrevistado:** Isso

**Entrevistador:** A entendi. tinha alguém por perto ali? Por que se não a pessoa realmente iria intoxicar na hora

**Entrevistado:** Já aconteceu com dois colegas meus

**Entrevistador:** Neste trabalho, fora essa questão de lidar veneno, tem acidentes de trabalho? Por exemplo, que nem a questão que você falou da caldeira, você já viu acontecendo?

**Entrevistado:** Já, um ele era supervisor lá, a gente tava fazendo uma peça uma vez para prensa o bagaço aí ele pegou e ponho o dedo assim e acionou o negócio lá, e cortou os dois dedos dele

**Entrevistador:** Nossa ((espanto)). E o que aconteceu? Aposentaram por invalidez?

**Entrevistado:** Ele era supervisor lá, eu num sei se ele está lá ainda hoje, num sei

**Entrevistador:** Não sabe

**Entrevistado:** Depois que eu sai de lá eu só tava trabalhando pra fora

**Entrevistador:** Os acidentes mais comuns, então, são esses?

**Entrevistado:** Mais ou menos, por aí

**Entrevistador:** Quais os acidentes mais comuns?

**Entrevistado:** É mais acidente dentro da indústria do que no agrícola, também já aconteceu na agrícola tipo assim quando era época que tinha muito [não entendi] pra catar a cana que sobrava né já aconteceu de um trator passar em cima de uma pessoa

**Entrevistador:** Na sua opinião que mais leva a ocorrência desses acidentes? O que mais leva, o que mais provoca? Esse tipo de coisa?

**Entrevistado:** A sei lá

**Entrevistador:** Eles poderiam ser evitados?

**Entrevistado:** Eu acho que sim

**Entrevistador:** De que forma?

**Entrevistado:** Da parte do supervisor né, porque o supervisor está ali para olhar a gente né, todo mundo presta atenção ninguém quer se machucar né, que a gente está querendo trabalhar (Rodrigo, 32. Ex-tratorista na Alto Alegre. Caiabu)

Rodrigo (32) exerceu funções na agroindústria Alto Alegre até meados de 2012. Considera, assim como Madalena (55), que a saúde pode ser afetada pelo tempo de trabalho no agrohidronegócio canavieiro, tudo dependeria do setor que se exerce funções laborais. O trabalhador entrevistado destaca como os setores com mais riscos a indústria, principalmente na caldeira, e o setor de herbicidas. Com o depoimento do Rodrigo fica claro que o problema está na organização do trabalho e na lógica de fazer o trabalhador se adaptar à organização da agroindústria, ao invés de fazer as agroindústrias, as condições de trabalho e os ambientes laborais, em geral os sistemas de trabalho, se adaptarem aos trabalhadores. Os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) seriam desnecessários, em um sistema de trabalho onde as condições laborais, ambiente, maquinários e organização do trabalho fossem adaptados aos trabalhadores. Percebe-se também que a utilização de EPIs não necessariamente impedem a ocorrência de intoxicação por agrotóxicos e venenos, e por consequência a possibilidade de adoecimento, como o Rodrigo nos relatou ao descrever que muitos colegas teriam se intoxicado mesmo utilizando os equipamentos de proteção individual.

[...]a Ergonomia está relacionada com as condições do ambiente de trabalho. Como está organizada o ambiente de trabalho para o trabalhador, ou seja, ele deve estar adaptado ao trabalhador e não o trabalhador adaptado ao trabalho né porque a gente sabe que não somos máquinas, e que temos algumas limitações e também o ser humano é muito complexo né a gente precisa

adaptar o trabalho ao trabalhador[...] (Juliane, fisioterapeuta do CEREST. Presidente Prudente)

Com relação ao que nos foi revelado pelo Rodrigo e Madalena, a fisioterapeuta Juliane, entrevistada por atuar diretamente com saúde do trabalhador através do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) e estar em frequente contato com os profissionais da saúde das unidades básicas de saúde, através das formações periódicas, nos indica ao tratar da questão da ergonomia, que está associada às condições de trabalho, organização do trabalho e como os se dá a interação entre os sistemas de trabalho e os trabalhadores; que o problema da lógica predominante nas mais diversas atividades econômicas, é o de fazer o trabalhador se adaptar sistema de trabalho das agroindústrias canavieiras, ao invés das agroindústrias de adaptarem as particularidades e necessidades dos trabalhadores. Isto porque, seres humanos não são máquinas e logo não devem ser tratados como tais. E este é o problema do modelo societal do capital que subjuga o trabalho à lógicas e dinâmicas estranhadas e alienadas, que como desdobramento contribuem para o surgimento de patologias, problemas mentais, distúrbios e adoecimentos físicos.

Nesta perspectiva, o sr. André de Sandovalina, 60 anos, que atualmente exerce funções com o maquinário como terceirizado, nos ilustra o que a Juliane diz, ao indicar que mesmo com a entrada dos maquinários no plantio e na colheita, os novos arranjos produtivos e organizativos vão se expressar em aumento das jornadas de trabalho e novas formas de contratação, como a terceirização. Um trabalhador terceirizado é muito mais rentável para uma agroindústria, pois este não tem o vínculo direto, então se torna mais fácil de controlar. Assim os lucros são maximizados, e os custos são reduzidos.

Entrevistador: - Mas e as condições de trabalho são as mesmas?

Trabalhador: - Você trabalha mais, porque o terceiro trabalha mais. Ganha mais, mas também deixa o couro. Quando a gente foi lá em Porecatu, a gente saía daqui 04:30h da manhã.

Entrevistador: - E voltava que horas?

Trabalhador: - Voltava às 19:30h da noite. Mas era porque é longe né.

Entrevistador: - Mas aí vocês ganham esse horário em itinere? O terceiro paga?

Trabalhador: - Não a gente só ganha, antes nós trabalhávamos na Agrovale assim, você trabalhava por hora. Se você fizesse por hora, você ganha uns R\$8,00 ou R\$9,00 reais por hora, mais o salário da carteira né. Aí hoje não, hoje eles deixaram o salário da carteira, mas tiraram as horas e agora você ganha pela produção de hectare que você faz. Quanto mais você trabalha, mas você ganha.

Entrevistador: - Mas aí dificultou né, porque se você trabalhasse por hora ganhando por hora, acho que era melhor né? Ou não, o senhor acha melhor assim?

Trabalhador: - Para nós é a mesma coisa. A gente trabalha um pouquinho mais para dar aquele rendimento, aquela coisa. Mas sobre o salário no fim do mês é a mesma coisa. Só o serviço que aumentou mais, produção de...Que a

gente trabalha assim, o próprio operador sendo fiscal daquele próximo que está perto de você, por que? Porque se aquele lá, quebrar aquela máquina eu vou pagar.

Entrevistador: - O senhor trabalha responsabilizado?

Trabalhador: - É responsabilizado pela aquela máquina lá, o cara trabalhando errado lá, você está vendo ele trabalhar errado e deixa ele trabalhar, ele pá, quebra a máquina. Fica em R\$15.000,00 reais o conserto, porque um parafuso que quebra aquilo lá é R\$5.000,00 reais, é muito cara aquelas máquinas. Aí eu e os demais é que tem que juntar e pagar.

(Senhor André. 60 anos. Trabalha com o maquinário no plantio, na preparação do solo)

No trecho acima percebe-se que o sr. André trabalha sob constante pressão psicológica, porque quebrar alguma peça da máquina que custa milhares de reais, implica em rebatimentos e descontos no salário do próprio trabalhador. Esse tipo de pressão psicológica, aumento da jornada de trabalho e intensificação do ritmo do trabalho, para além do fato do trabalhador ser terceirizado, logo ter um vínculo empregatício precário com uma empresa terceirizada chamada Agrovale; constantemente impacta a subjetividade do trabalhador, o que pode vir a causar variados níveis de sofrimento social (SILVA, 2011), e por consequência diferentes tipos de patologias e problemas psicológicos e mentais.

**Entrevistador:** Para finalizar, em poucas palavras qual você considera o que você acha que é a importância de falar de saúde do trabalhador?

**Entrevistada:** É essencial né porquê ... a gente pensa na questão da saúde mental, é com os não existissem os adoecimentos, os transtornos mentais relacionados ao trabalho, é algo mais abstrato mais completo não existe um exame, então é muito importante né, a gente sabe que existe muito, questão do assédio rural, e esse assédio rural não tem que ser de forma hierárquica né, pode ser até do próprio colega de trabalho, então tem várias coisas que estão envolvidas aí né. E as pessoas estão adoecendo cada vez mais no ambiente de trabalho e isso precisa aparecer de alguma forma né, então se você não tem dados você não tem como modificar, não é que vão ser criadas legislações serviços que dão aí um apoio ao trabalhador. Que as pessoas sempre adoeceram e decorrência do trabalho a gente sabe que sim, mas agora estão começando a aparecer de pouquinho. (Meire. Fonoaudióloga do CEREST. Presidente Prudente)

A fonoaudióloga Meire, vinculada ao CEREST, nos diz exatamente sobre os problemas de adoecimento mental relacionados ao trabalho que são mais difíceis de detectar, mas nem por isso menos graves e preocupantes. Destaca o assédio e pressões vindas dos representantes do patronato que podem vir, no médio e longo prazo, contribuir para que os trabalhadores desenvolvam problemas psicológicos e mentais. Isto sem contar que esta pressão imposta pela Alto Alegre para além dos outros elementos indicados, pode contribuir para que acidentes de trabalho ocorram, acidentes estes que de acidente nada tem, pois podem ser evitados e prevenidos, como nos diz a Meire, fonoaudióloga vinculada ao CEREST e a Juliane, fisioterapeuta do CEREST.

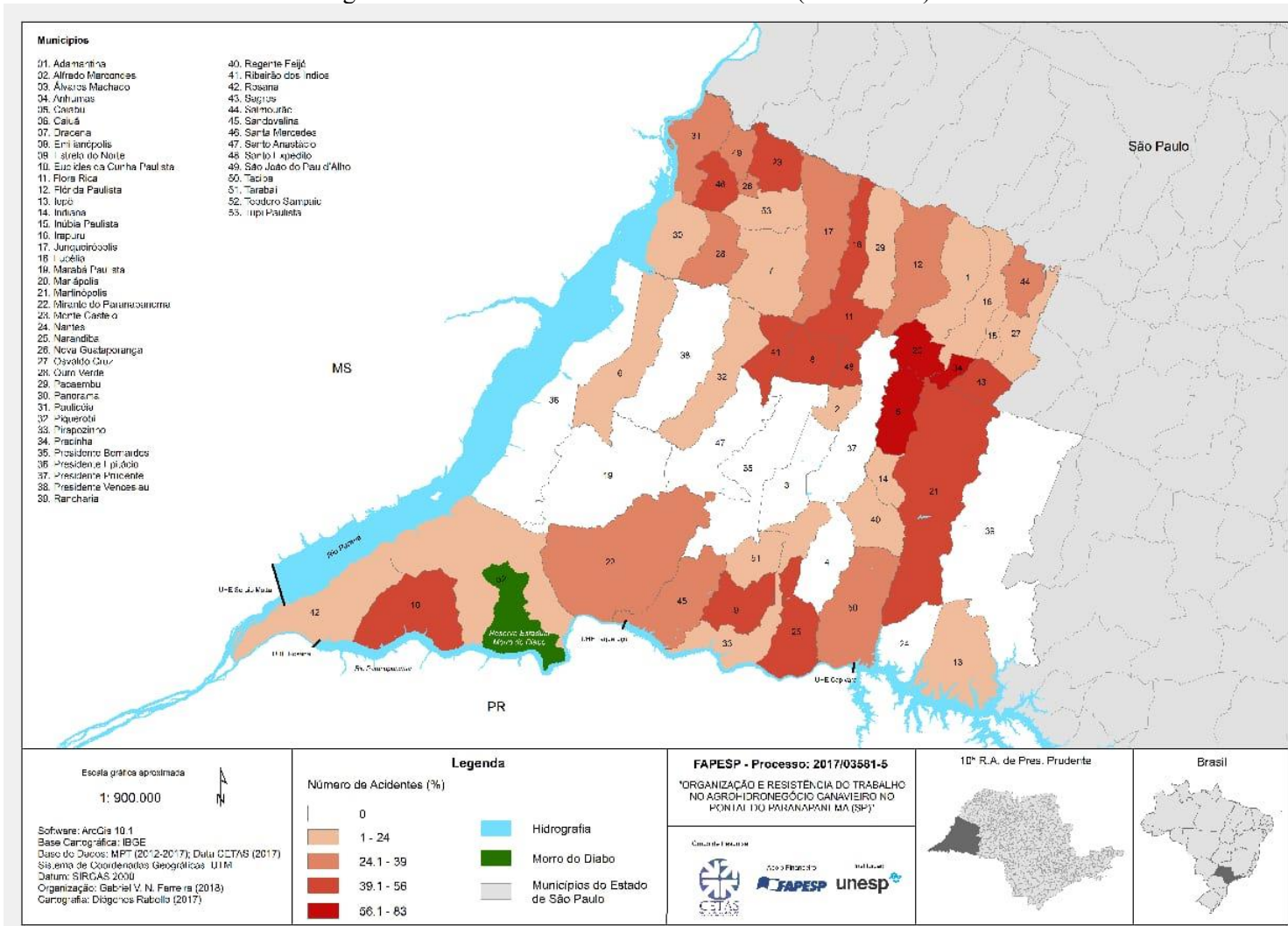


**Entrevistador:** Você acha que esse aumento do ritmo de trabalho essa falta dos empregadores e também da sociedade em geral com o bem-estar, com a saúde com os momentos de lazer do trabalhador, você acha que isso contribui para a ocorrência de acidentes de trabalho em algumas atividades laborais? E conceituar o acidente de trabalho, como acidente mesmo ou como alguns chamam de risco presumido?

**Entrevistada:** Eu acho que o risco presumido, o acidente de trabalho tem tudo para ser evitado para ser prevenido, ele tem tudo! todo trabalho tem risco, mas há como prevenir, isso é a gente vê em todas as palestras com os especialistas em saúde do trabalho eles deixam isso muito claro, que há uma grande chance da gente prevenir o risco, tem como ele ser preventivo. (Juliane. Fisioterapeuta do CEREST. Presidente Prudente)

Desta forma, ao se falar de acidente de trabalho, devemos ter a clareza que acidentes de trabalho não são acidentes, mas sim riscos presumidos, por conta de sistemas de trabalho das agroindústrias que ao invés de se adaptar ao trabalhador, procura fazer o trabalhador se adaptar ao sistema de trabalho e organizacional da agroindústria canavieira. Isto tem desdobramentos terríveis para os trabalhadores em geral. O mapa 11 evidencia esses desdobramentos da inversão existente entre sistemas de trabalho e os trabalhadores, quando este último deve se adaptar ao primeiro, ao invés do primeiro se adaptar ao último.

Mapa 11 - Número de acidentes de trabalho na 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente (2012 -2017)



Fonte: Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho (2018)

No mapa 11 que indica o número de acidentes de trabalho ocorridos entre 2012 e 2017 na 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente, percebe-se que o acidente de trabalho, entre outras palavras, os riscos presumidos são ainda uma realidade, ao contrário do que os sindicalistas de Presidente Prudente, Junqueirópolis e Regente Feijó dizem sobre o assunto.

**Entrevistador 2:** Complementando essa informação, e pensando também, há aqueles trabalhadores que recebem auxílio doença, benéfico por adoecimento relacionado ao trabalho? Ou que já procurou por auxílio doença essas coisas?

**Entrevistado:** A rapaz, tem umas coisas esquisitas, que o pessoal fala que adoeceu no trabalho, quando era o facão era diferente, tinha negócio de tendinite, essas coisas. Mas hoje em dia o pessoal [ Não entendi] de doença labora que elas falam né que chama, a não ser que eles vem da usina, ai eu vou dizer que esses que vem da usina, eles trabalham com muito produto químico lá, mas na área rural não tem muito essa doença laboral [não entendi] mas tem ai uns que as vezes jogou bola no domingo e vem falando que pisou na embreagem do trator e torceu o pé ((risos)) e vem que é acidente de trabalho, tem muito trabalhador ai que é meio ...

**Entrevistador 2:** Tem ciência dos acidentes de trabalho envolvendo esses trabalhadores nos últimos anos? se tem acidente, e qual tipo de acidentes?

**Entrevistado:** Então as vezes acidente de que " - a pisei num ... pulei de ... torci o pé que eu pisei ... estava trabalhando e pisei num buraco de tato e torci o pé" é uns tipo de doença de acidente de trabalho que eles falam " - fui pega numa lera e torci o pé" é mais nessas faixas assim

**Entrevistador 1:** Você falou de pisar em buraco de tatu coisas assim, mas além desses casos, há algum caso de acidentes de trabalho um pouco mais grave, e até mesmo de banhos de veneno de algum trabalhador tenha relatado?

**Entrevistado:** Não tem

**Entrevistador 1:** Que algum trabalhador tenha reclamado?

**Entrevistado:** não tem, porque hoje eles usam EPI

**Entrevistador 1:** Todos usam EPI?

**Entrevistado:** Todos, sabe porque tem o sindicato que está de cima fazendo trabalho, e se não tiver eles ... a usina já capricha se eles não colocar eles levam "fumo", além deles darem todo o equipamento se o cara não colocar ... o trabalhador tem que usar os EPI né. Então aqui não tem nenhum caso registrado né de acidente com ... Acho que só teve um caso que foi meio suspeito aí o diagnostico dele de..., mas não deram o diagnostico envenenamento com veneno não (Presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Presidente Prudente).

Entre os quatro sindicalistas entrevistados foi comum a máxima de que não há mais acidentes de trabalho, no máximo alguns casos isolados, ou mesmo que com os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) supostamente não haveria chance de se acidentar e se intoxicar, este último quando se trabalhasse no setor de herbicidas.

**Entrevistador 2:** Tem ciência de acidente de trabalho envolvendo trabalhador no município pelo menos na última década? Nos últimos 10 anos de 2007 pra cá

**Entrevistado:** Não

**Entrevistador 2:** Teve algum acidente de trabalho? Quando há tipo assim

**Entrevistado:** Coletivo não, mas já aconteceram algumas coisas individuais que eu não sei especificar pra vocês, mas já aconteceram

**Entrevistador 1:** tem algum que você lembra que te chamou atenção no caso, acidente de trabalho

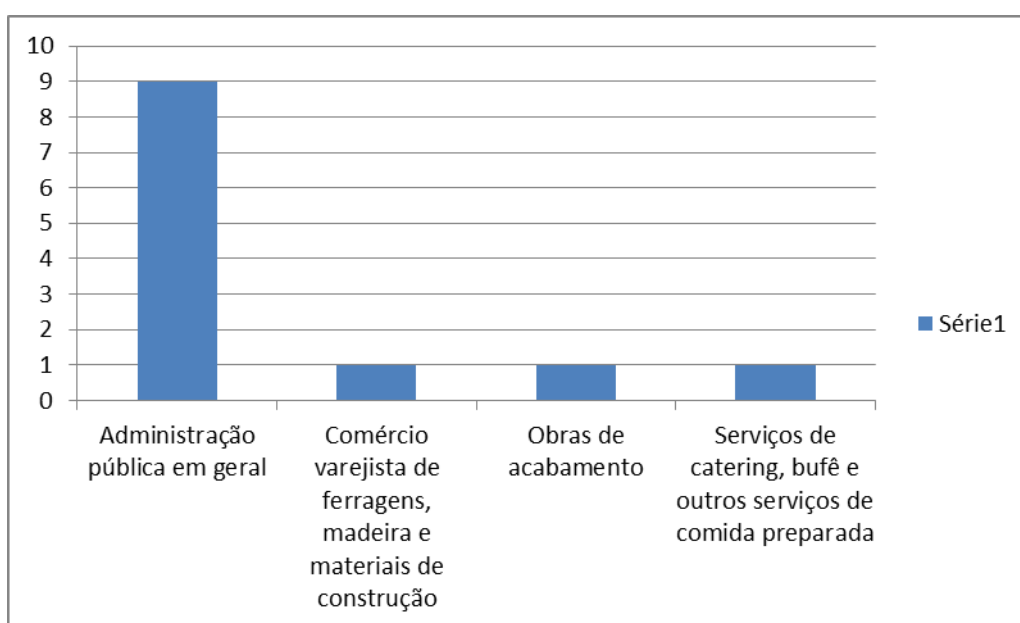
**Entrevistado:** O que aconteceu foi há mais de 10 anos né (Presidente do sindicato de Junqueirópolis)

Para os sindicalistas entrevistados, principalmente o presidente do sindicato de Junqueirópolis, com relação à acidentes de trabalho o que existem são apenas casos isolados. Anteriormente havia dito que não havia casos de acidentes de trabalho. No entanto, o Mapa 11 permite que se possa dizer com certeza que há um problema, sendo este estrutural, por trás da questão dos acidentes de trabalho, adoecimentos e intoxicações. Quero dizer que há condicionantes estruturais que vem contribuindo para que este tipo de situação ocorra nas agroindústrias do Pontal do Paranapanema e 10ª região administrativa de Presidente Prudente. Nos capítulos anteriores foi desenvolvido e na medida do possível esmiuçado, o processo de reestruturação produtiva que remonta aos anos de 1970, período de crise estrutural da acumulação capitalista nos moldes fordista e taylorista, que teve como resposta das elites globais esta reestruturação que é produtiva e organizacional, e que na realidade do nosso recorte territorial vem provocando mudanças e alterações profundas nos arranjos produtivo e organizacionais, que afetaram a representação dos sindicatos e mais do que nunca, a saúde dos trabalhadores.

O Mapa 11, assim como o Mapa 10, comprovam que na medida que avança a transição tecnológica e organizacional, expoente da reestruturação produtiva, no Pontal do Paranapanema e na 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente se aprofunda os problemas relacionados à crise do sindicalismo, e ao se aprofundar os problemas da representação sindical assim como de toda e qualquer outra forma de organização coletiva que vise se opor ao processo em curso na região, pouco ou nada resta de barreiras para impedir o avanço do capital agroindustrial canavieiro sobre as condições de trabalho, ambientes de trabalho, jornadas de trabalho, intensificação do ritmo de trabalho, flexibilização dos tipos de contrato como a terceirização, e intensificação do estranhamento e alienação sobre aquilo que se produz. No mapa 11, na medida que as tonalidades vão se aproximando do vermelho, se evidencia que há mais casos de acidentes de trabalho nestes municípios.

A partir disso, para deixar a análise mais didática, proponho analisarmos o mapa 10 e 11, a partir de um mergulho em alguns municípios específicos, selecionados por nós, considerando que o foco deste trabalho está centrado em três municípios: Caiabu, Junqueirópolis e Presidente Prudente. Nesta ordem, pretende-se analisar de que forma se manifesta esta tendência de adoecimentos, acidentes de trabalho e adoecimentos nos municípios, em cada atividade econômica das principais indicadas pelo Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho (2018). O gráfico 08 trata das comunicações de acidentes de trabalho no município de Caiabu (2012-2017).

Gráfico 8 - Comunicações de acidentes de trabalho no município de Caiabu (2012-2017)

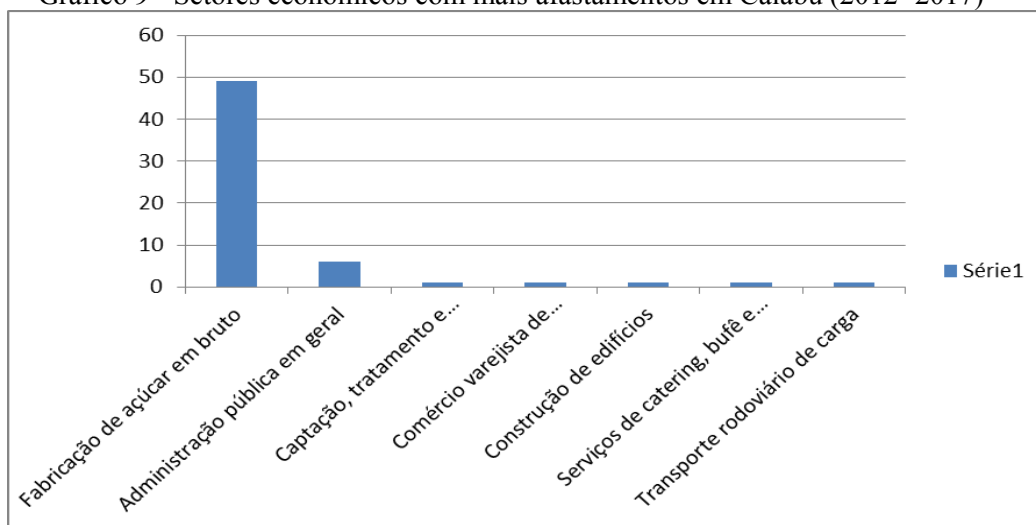


Fonte: Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho (2018)

O Gráfico 08 demonstra que o município de Caiabu, que tem como uma de suas principais atividades econômicas a fabricação de álcool que faz parte do agrohidronegócio canavieiro, tem nenhuma notificação de acidente de trabalho nas agroindústrias canavieiras. Isto, pelo que a pesquisa empírica indicou, não coincide com a realidade, considerando que entre os treze trabalhadores entrevistados em Caiabu, mais de três disseram que conhecem alguém que se acidentou na Alto Alegre, agroindústria canavieira que mais emprega trabalhadores em Caiabu.

O Gráfico 09 trata dos setores econômicos com mais afastamentos em Caiabu, entre o ano de 2012 e 2017.

Gráfico 9 - Setores econômicos com mais afastamentos em Caiabu (2012- 2017)

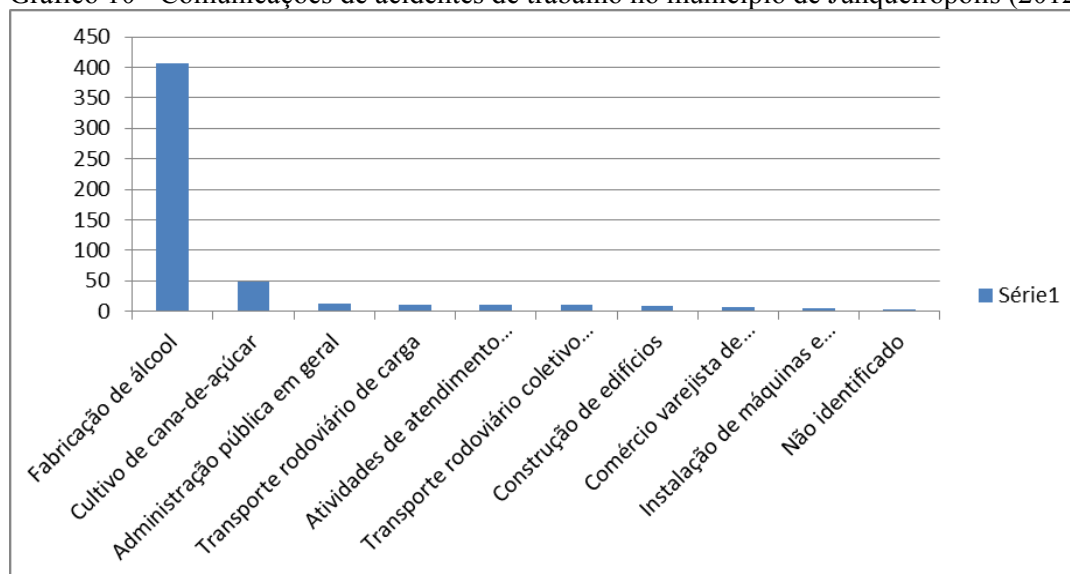


Fonte: Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho (2018)

O Gráfico 09 demonstra que apesar de não haver nenhuma comunicação de acidente de trabalho no município de Caiabu, se verifica na cidade um número mais do que significativo de trabalhadores afastados por algum motivo de saúde, e que desempenham alguma função na agroindústria Alto Alegre. São ao todo 46 trabalhadores, de 2012 à 2017. Isto em um município pequeno como Caiabu, é um número significativo e preocupante, que demonstra que há um problema estrutural de adoecimento dos trabalhadores que atuam na agroindústria canavieira Alto Alegre.

O Gráfico 10 indica as comunicações de acidentes de trabalho no município de Junqueirópolis entre os anos de 2012 e 2017.

Gráfico 10 - Comunicações de acidentes de trabalho no município de Junqueirópolis (2012-2017)

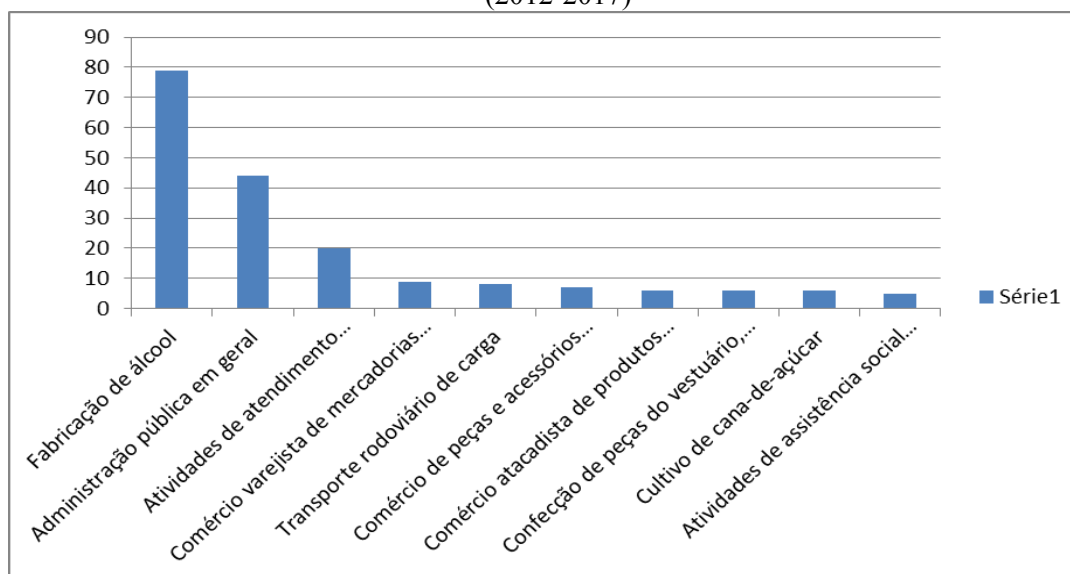


Fonte: Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho (2018)

O Gráfico 10 indica que apesar do município de Junqueirópolis ter no agrohidronegócio canavieiro uma de suas principais atividades econômicas, o custo social tem sido alto. Se juntarmos “fabricação de álcool” e “cultivo de cana-de-açúcar”, é possível perceber que o setor agroindustrial canavieiro no município de Junqueirópolis teve mais de 455 acidentes de trabalho entre 2012 e 2017. Isto é muito grave e comprova que há um problema estrutural sério na forma que se configura as relações entre capital e trabalho, pois trabalhadores estão sendo vitimados pela ânsia de aumento dos lucros, produtividade, e novos arranjos produtivos e organizacionais provenientes da transição tecnológica. Destaca-se que a principal agroindústria canavieira, e que mais apareceu nos depoimentos dos trabalhadores entrevistados, foi a Rio Vermelho (*Glen Canie*).

O Mapa 11 se refere aos setores econômicos com mais afastamentos no município de Junqueirópolis entre os anos de 2012 e 2017.

Gráfico 11 - Setores econômicos com mais afastamentos no município de Junqueirópolis (2012-2017)



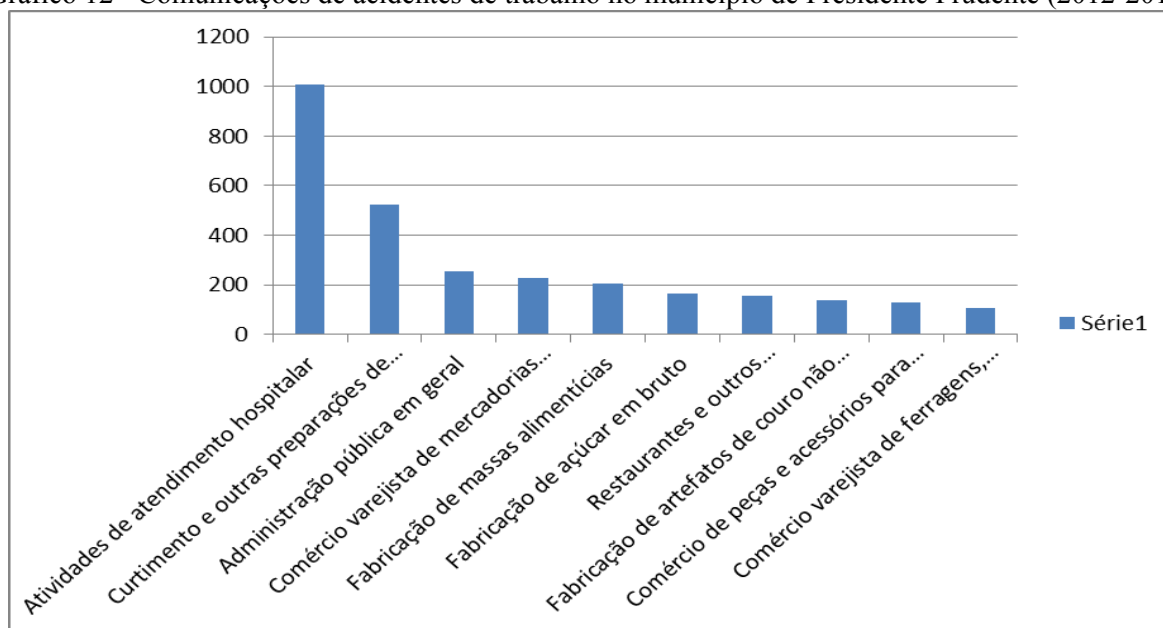
Fonte: Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho (2018)

O Gráfico 11 mostra que no que se refere à afastamentos, Junqueirópolis repete o padrão das comunicações de acidentes de trabalho, principalmente por repetir a hegemonia da atividade econômica “fabricação de álcool” juntamente com “cultivo de cana-de-açúcar”, associadas ao setor agroindustrial canavieiro, desta vez no número de afastamentos, que no município quando somados as duas atividades econômicas mencionadas, totaliza 85 afastamentos. Trata-se de um município peculiar do ponto de vista da inserção das agroindústrias canavieiras, pois para além da Agroindústria Rio Vermelho (*Glen canie*), tem

outras agroindústrias que contratam trabalhadores de Junqueirópolis como a Alta Paulista, embora nenhum dos 11 trabalhadores entrevistados no município em questão, tenha mencionado ter vínculo empregatício com a Alta Paulista. Todos disseram que tem vínculo com a Rio Vermelho.

O Gráfico 12 trata das comunicações de acidentes de trabalho no município de Presidente Prudente entre os anos de 2012 e 2017.

Gráfico 12 - Comunicações de acidentes de trabalho no município de Presidente Prudente (2012-2017)



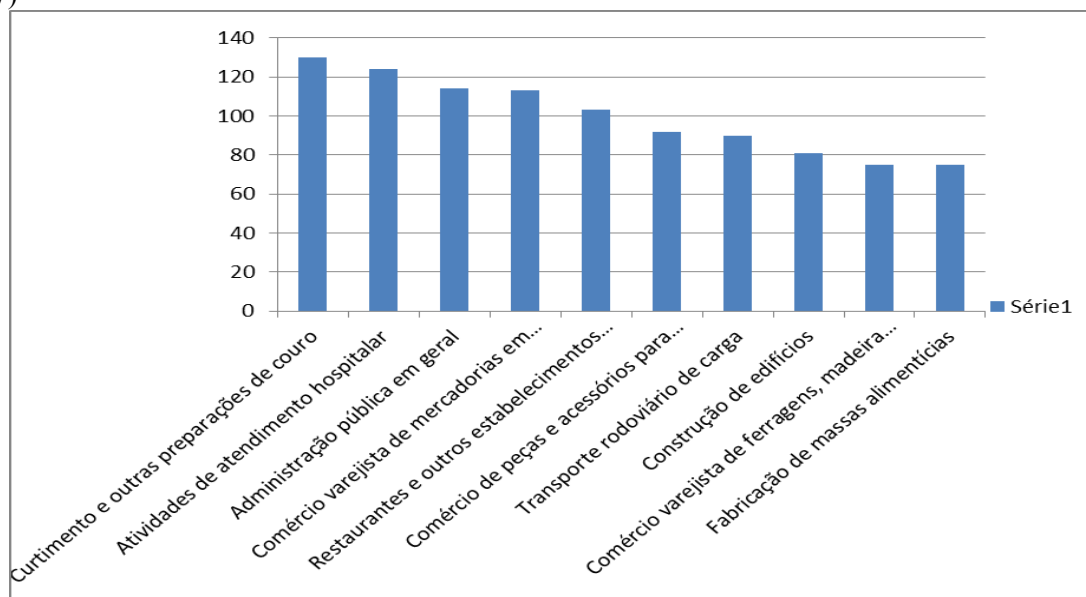
Fonte: Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho (2018)

O Gráfico 12 indica que em Presidente Prudente o fato da “fabricação de açúcar em bruto” não estar entre as cinco atividades econômicas com mais comunicações de acidentes de trabalho, se deve ao fato dos trabalhadores prudentinos que tem vínculo empregatício com as agroindústrias canavieiras da região, geralmente a Alto Alegre, se restringirem aos distritos de Presidente Prudente e não serem muito numerosos se comparado com o número absoluto de trabalhadores prudentinos que atuam nas mais variadas atividades econômicas; desta forma, os 166 trabalhadores acidentados entre 2012 e 2017, e isto é uma hipótese com lastro na pesquisa empírica que realizei nos distritos de Presidente Prudente ao entrevistar 11 trabalhadores e ex-trabalhadores da Alto Alegre.

O Gráfico 13 demonstra quais são os setores econômicos com mais afastamentos no município de Presidente Prudente, entre os anos de 2012 e 2017.



Gráfico 13 - Setores econômicos com mais afastamentos no município de Presidente Prudente (2012-2017)



Fonte: Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho (2018)

No Gráfico 13 referente aos afastamentos no município de Presidente Prudente, percebe-se que as atividades econômicas associadas ao agrohidronegócio canavieiro, não consta na lista das dez atividades econômicas com mais afastamentos, isto em nossa leitura, a partir da pesquisa empírica, indica a possibilidade de que existe, como no caso de Caiabu, um sério problema de subnotificação que impede que se revele de maneira mais clara o problema de adoecimento por causas relacionadas ao trabalho nas agroindústrias canavieiras em Presidente Prudente.

Desta forma, considerando o que foi mostrado nos Mapas 10 e 11, e nos Gráficos 8, 9, 10, 11, 12 e 13 torna-se inquestionável dizer que há uma tendência de adoecimento e acidentes de trabalho que ocorre simultaneamente ao avanço da transição tecnológica, via mecanização do plantio e colheita, e via novos arranjos produtivos e organizacionais, logo, trabalhadores estão adoecendo por conta de seus respectivos trabalhos nas agroindústrias da região, e estão sendo submetidos à situações laborais que vem contribuindo para que ao invés de se reduzir, haja no mínimo certa estabilização no número de casos de acidentes de trabalho registrados. Desta forma é preciso dizer que a piora das condições de trabalho e saúde dos trabalhadores, é um desdobramento da transição tecnológica e organizacional em avanço no Pontal, e é agravada pela desatenção, imobilismo, engessamento, discurso neocorporativista, e excesso de negociações propositivas dos sindicatos, entendidos na figura dos STR's e SER em nossa região. A transição tecnológica tem impactado os sindicatos através da crise em

duas dimensões, representativa e político-ideológica, e teve desdobramentos negativos nas condições de trabalho, o que contribui para a deterioração da qualidade de vida e saúde dos trabalhadores; e neste sentido a crise dos sindicatos modernos levou à um agravamento da condição e situação dos trabalhadores, que desacreditados em qualquer forma de organização coletiva acabam por serem presas mais fáceis do avanço do capital agroindustrial canavieiro.

### **Considerações finais**

Temos o desafio de tentar fazer algumas contribuições para o debate público, sobre os desdobramentos da transição tecnológica-química, entendida como expoente da reestruturação produtiva na região do Pontal do Paranapanema e na 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente; na organização dos trabalhadores rurais e saúde coletiva dos trabalhadores e populações locais. Não se pretende com este trabalho esgotar a temática que nos propusemos a estudar e pesquisar, mas apresentar alguns apontamentos que consideramos importantes para a realização de futuros trabalhos.

Inúmeros desafios se apresentaram ao longo desta monografia, mas o maior deles sem a menor dúvida está associado com a dificuldade de lidar com três grandes eixos, trabalho, organização legal dos trabalhadores, no caso entendido na figura dos sindicatos dos trabalhadores rurais e sindicatos dos empregados rurais, e saúde dos trabalhadores, sendo esta particularmente a mais desafiadora diante da minha noção limitada sobre a temática. São eixos complexos e que separadamente já seriam extremamente trabalhosas e complexas para se abordar.

Desta forma nossas considerações finais seguem no sentido de destacar que buscamos fazer conexões entre os três eixos, seus conceitos e dinâmicas, focando nas relações e processos dessas conexões, em outras palavras com o enfoque nas formas como um afeta o outro, e como os três são afetados pela transição tecnológica em curso no Pontal do Paranapanema e na 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente.

Destacamos que os sindicatos dos trabalhadores rurais e os sindicatos dos empregados rurais da região de nosso recorte se encontram imersos em uma crise estrutural do sindicalismo moderno, que tem duas dimensões, a representativa associada à redução da taxa de trabalhadores sindicalizados, e a político-ideológica, associada à integração plena dos sindicatos à lógica mercantil. Assim, a desatenção por parte dos STR's, distanciamento dos trabalhadores, demasiado apegado ao legalismo e à burocracia e, portanto, incapacidade, a

curto, médio e longo prazo, de se articularem e voltarem para as lutas combativas em defesa dos interesses dos trabalhadores, se configura como uma marca dos sindicatos atuais, que para além da crise do sindicalismo moderno, expressão do avanço da reestruturação produtiva no mundo do trabalho e avanço da ideologia do neoliberalismo; sofrem com o legado de engessamento e legalismo, herança da Era Vargas.

Os sindicatos se tornaram tão engajados em disputas por territórios (municípios) e disputas entre as federações, que alguns presidentes de STR's e SER's, esqueceram até mesmo o propósito das entidades sindicais. Neste sentido o caminho para reverter a situação apresentada passa por um longo processo de autocritica e de (re) aproximação com os trabalhadores e as bases, do contrário a crise dos sindicatos, que é representativa (diminuição do número de filiados e associados) e político-institucional-ideológica, não será solucionada. Com isso os trabalhadores saem perdendo, pois se desiludem com qualquer forma de organização coletiva, pela via legal ou não, e se vêem sem esperança diante do avanço da barbárie do capital à nível global. Os trabalhadores rurais em sua maioria não se sentem representados, demonstram perda de confiança nas instâncias organizativas e enfatizam que estas têm se posicionado mais em defesa dos interesses do patronato, do que em defesa dos interesses da classe trabalhadora. Dessa forma, constata-se uma crise de confiança, e um notável distanciamento entre sindicatos e a classe trabalhadora.

Com essa desatenção, afastamento e imobilismo dos sindicatos, o capital agroindustrial canavieiro encontra terreno propício para se expandir e neste percurso a saúde e subjetividade da classe trabalhadora do Pontal do Paranapanema e da 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente, mais do que nunca é colocada em xeque. Assim, a ofensiva do capital busca capturar a consciência de classe, a subjetividade, a afetividade, eliminar direitos trabalhistas e garantias previdenciárias (com a reforma trabalhista e a reforma da previdência), flexibilizar empregos, criar e massificar novas formas de contratação, e usar novas formas de controle social e político.

Neste sentido a dimensão da vida dos trabalhadores mais comprometida sem sombra de dúvidas é a saúde, pois o capital agroindustrial canavieiro ao implantar novos arranjos organizacionais e produtivos nas agroindústrias através da transição tecnológica e organizacional, entendido por mim nesta monografia como uma expressão e expoente da reestruturação produtiva na realidade do Pontal do Paranapanema; aposta no aumento da jornada de trabalho, intensificação do ritmo de trabalho, novas formas de contratação (trabalho part-time, terceirização), desemprego em massa ao implantar a mecanização no plantio e na colheita, e mudanças para pior nas condições de trabalho, que tornará o

trabalhador muito mais suscetível à desenvolver certos tipo de patologias, doenças e exposição à riscos graves que podem se manifestar no curto, médio e longo prazo. Portanto, instaura-se um clima de instabilidade generalizada e aumento dos adoecimentos e acidentes de trabalho em maior frequência e em maior número.

Neste turbilhão de mudanças no mundo do trabalho que produzem uma “quebradeira geral” na relação trabalho e capital, ainda se evidencia uma série de medidas que contribuem para agravar o quadro de (des)ordem da ofensiva do capital à nível nacional: a situação dos STRs e saúde dos trabalhadores rurais na região de nosso recorte já é por si só extremamente delicada devido aos constantes ataques, cada vez mais sofisticados e mais elaborados ideologicamente, do capital agroindustrial canavieiro. E com a reforma trabalhista aprovada, a situação tende a piorar.

Não se trata de uma visão pessimista da realidade ou exercícios mirabolantes de futurismo, mas sim de, com base em constantes trabalhos de campo, leituras e engajamento na realidade da região de nosso recorte territorial, fazer alguns apontamentos sobre as transformações que essa reforma poderá causar no Pontal do Paranapanema e no Brasil, de forma geral.

O PLC 38/2017, mais conhecido como reforma trabalhista, foi aprovado pelo Senado no dia 11 de julho de 2017 e, em seguida, sancionado pelo presidente Temer no dia 13 de julho. Para conseguir a aprovação do projeto no Senado, o presidente prometeu editar uma medida provisória modificando pontos controversos. No entanto, o próprio presidente da câmara dos deputados, aliado de Temer, assim como outros aliados da base governista, já adiantaram que não têm pretensão de fazer qualquer alteração. De qualquer forma, o projeto foi sancionado e, em 120 dias após a sanção, entrou em vigor.

Na prática essa nova legislação amparada na regulamentação da terceirização nas relações de trabalho, já aprovada pela Lei nº13.429/17, publicada no Diário oficial da União de 31 de março de 2017, e tendo como espinha dorsal a prevalência da negociação entre empregador e empregado, configura-se como uma nova etapa da ofensiva do capital na escala nacional, seguindo os moldes daquilo é tido no Brasil como “normal” e “natural” para a maior parte dos setores produtivos (e financeiros) anti-nacionais e entreguistas: a superexploração do trabalho, aumento da jornada de trabalho e tentativa de desmobilizar qualquer tipo de organização dos trabalhadores, como os sindicatos.

Enfatizamos que os sindicatos, no caso os sindicatos dos trabalhadores rurais e sindicatos dos empregados rurais da 10ª região administrativa de Presidente Prudente, têm demonstrado afastamento das causas combativas em defesa dos interesses dos trabalhadores e

estão mergulhados no imobilismo, burocratismo e muitas vezes até mesmo alinhados com interesses patronais (principalmente os STRs!). Mas o que gostaríamos de chamar a atenção é para o fato de que a reforma trabalhista, na retórica para ser aprovada e se aproveitando de uma insatisfação por parte de trabalhadores para com a atuação dos seus sindicatos, buscou deixar os sindicatos de lado, assim procurando enterrar qualquer chance de retomada do caminho da combatividade pelos interesses dos trabalhadores.

Muito se falou ao longo da propaganda governamental, que a reforma trabalhista traria fim ao imposto sindical, antes obrigatório, e que por isso seria benéfico ao trabalhador porque este não precisaria fazer uma contribuição que ele não gostaria. A retórica era essa, centrar a atenção no imposto sindical e a insatisfação popular que isso produz. No entanto, mais do que isso, o simbolismo por trás do discurso governamental é o que mais preocupa, e demonstra que a reforma trabalhista não foi feita pensando no bem-estar dos trabalhadores, pois está alinhada com interesses corporativos do empresariado nacional e estrangeiro: eles não estão preocupados em elaborar formas para melhorar os ambientes laborais, assim como os salários ou condições de trabalho, mas apenas em reduzir o custo da produção, o custo por cada trabalhador, mantendo ou aumentando as jornadas de trabalho e intensificando a exploração do trabalho. Neste sentido, o sindicato foi o bode expiatório da propaganda governamental para se atingir o objetivo das nossas mesquinhas elites agrária e urbana.

Dessa forma, na região de nosso recorte, quando perguntados sobre a reforma trabalhista, embora haja diferenças e especificidades necessárias de serem reconhecidas em cada sindicato dos trabalhadores rurais e/ou sindicato dos empregados rurais, os sindicalistas enfatizam que a situação para os sindicatos tende a piorar, sobretudo por conta do simbolismo por trás do que a reforma trabalhista representa e na questão orçamentária, mesmo que na maior parte dos casos na região, o imposto sindical não responda por um percentual significativo daquilo que é arrecadado.

Entendemos os ataques feitos pelo aparelho estatal e Governo Federal através da Reforma trabalhista e Reforma previdenciária, como parte de uma trama que tem relações diretas com o ambiente de reestruturação produtiva que ganha campo no Brasil nos de 1990, e que avança nos mais variados territórios pelo Brasil afora, sendo o Pontal do Paranapanema e 10ª RA de Presidente Prudente mais um dos territórios que o capital, personificado na figura do capital agroindustrial canavieiro em nossa região, manifesta sua ânsia de reprodução ampliada e sem limite. E, neste sentido, os sindicatos não tem conseguido dar uma resposta à altura porque estão engessados por vícios antigos e amarrados pela burocracia sindical, o

legalismo e pelo próprio Estado. Logo, estão presos pela própria estrutura a que a maior parte dos dirigentes são tão apegados.

Portanto o cenário é de barbárie, e está nítido que esta tragédia tende a se aprofundar, mesmo que, reiteramos, haja sinais de resistências da parte de alguns sindicatos na base e trabalhadores, estes últimos que mesmo ao não se vincularem aos sindicatos por motivos variados apresentados ao longo de nosso trabalho, demonstram consciência e vontade de resistir, de suas próprias maneiras, embora muitas vezes não necessariamente de maneira coletiva, o que se coloca como um problema na tentativa de se concretizar mudanças no mundo do trabalho benéficas para os trabalhadores. Mesmo assim, tendo suas condições de trabalho, ambientes laborais e contratos precarizados, o que tem desdobramentos mais do que significativos na saúde da classe trabalhadora, percebe-se que há esperança em meio ao caos e barbárie, e isso passa, sem a menor sombra de dúvidas, por uma (re)aproximação entre os sindicatos e os trabalhadores. Os sindicatos devem se afastar da estrutura, do Estado, e apego demasiado ao legalismo: esta é a única forma de superar a crise do sindicalismo moderno, romper com os limites invisíveis da separação por categorias de trabalhadores, e alinhar o discurso e ação sindical com as necessidades e demandas da classe trabalhadora no Pontal do Paranapanema (SP) e nos variados territórios pelo Brasil afora.

## Referências

- ALVES, G. **O Novo e precário mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ALVES, F. J.; NOVAES, J.R. (Orgs.). **Migrantes – Trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EDUFSCar, 2007.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. 7. ed. São Paulo: Boitempo, 1999. 259 p.
- \_\_\_\_\_. **O que é Sindicalismo**. SP: brasilienses s.a, 1982.
- \_\_\_\_\_. **Adeus ao Trabalho?** SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2000.
- AZEVEDO, J. R. N. de. **Expansão da Agroindústria Canavieira no Mato Grosso do Sul: relação Capital x Trabalho e Reconfiguração Espacial**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2008.
- AZEVEDO, J.R.N.; THOMAZ JR., A.; OLIVEIRA, A.M.S. **A (re)organização do capital canavieiro. O caso do Oeste Paulista**. Geografia em Atos, Presidente Prudente, v.1, n.8, p.23-30, 2008.
- BARRETO, M. J. **Territorialização das agroindústrias canavieiras no Pontal do Paranapanema e os desdobramentos para o trabalho**. 2012. 244 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.
- BENTO, F. S. **Territórios em Disputa e a Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI (Processo social e acesso a terra e a água, formas de exploração e saúde ambiental)** – (Relatório de pesquisa), 2013 – Faculdade de Ciências e tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013.
- BIHR, A. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise**. São Paulo: Boitempo, 1998.
- SILVA, Edith Seligmann. **Trabalho e Desgaste Mental: o direito de ser dono de si mesmo**. São Paulo: Cortez, 2011.
- FERREIRA, E.R; ALVES, F.D. **Organização Espacial da Cana-de-Açúcar: uma análise evolutiva**. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA "AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS", 5, 2009, Santa Maria. Anais... Santa Maria: UFSM, 2009. p. 1-18.
- HECK, F. M. **Degradação anunciada do trabalho formal na Sadia, em Toledo (PR)**. 2013. 217 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza. **Alienação e Agravos à saúde dos Trabalhadores no Setor Sucroenergético**. In: LOURENÇO, E. A. S.; NAVARRO, V. L. (Orgs.). **O Avesso do Trabalho III: Saúde do Trabalhador e Questões Contemporâneas**. Outras Expressões- SP, 2013.

MATOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. SP: Expressão Popular, 2009.

MANIGLIA, Elisabete; JÚNIOR, J. R. P. A. J. Modernização perversa e degradação ambiental através da proibição gradativa da queima da cana-açúcar; diferenças e convergências entre mecanização da colheita da cana e eliminação da queima. In: LOURENÇO, E. A. S.; CARMO, O. A. C.; SANT'ANA, R.S. (Orgs). *Questão Agrária e Saúde dos Trabalhadores: desafios para o século XXI*. Cultura Acadêmica- SP, 2011.

MANIGLIA, Elisabete. Sustentabilidade e saúde do Trabalhador. In *Saúde do Trabalhador: desafios para a seguridade social e o movimento sindical*. In: LOURENÇO, E.A.S et. al (Orgs). Cultura Acadêmica, 2012.

MINAYO, M. C. de S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. de (Orgs.) *Avaliação por triangulação de métodos: abordagens de programas sociais*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

NOVAES, J. R. **Impressões: Uma reflexão sobre o trabalho no agronegócio da cana**. Uma síntese do Encontro “Trabalhadores Canavieiros: Saúde, Direito, Trabalho”. São Carlos, 2007.

PERPÉTUA, G. M.; THOMAZ JUNIOR, A. Território, trabalho e saúde do trabalhador: uma aproximação necessária. Goiânia, **Boletim Goiano de Geografia**, V.38, N.1, jan./abr., 2018. p.27-482018. Disponível em: <<http://www.pastoraldomigrante.com.br>>, acessado em: 08 jun. 2008.

IGNATI, Wanderley. **O processo Saúde-Trabalho-Doença, os Sindicatos e os Desafios Para Vigilância em Saúde do Trabalhador**. In: LOURENÇO, E. A. S.; NAVARRO, V. L. (Orgs.). *O Averso do Trabalho III: Saúde do Trabalhador e Questões Contemporâneas*. Outras Expressões- SP, 2013.

RABELLO, D. Pesquisa Qualitativa: Discutindo estratégias metodológicas em Geografia Agrária. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2015.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. Ática: São Paulo, 1993.

SILVA, M; MELO, B. Partir e ficar. Dois mundos unidos pelas trajetórias de migrantes. **Revista Internacional de Mobilidade Humana**, Brasília, v. XVII, n. 33, p. 129-151, jul./dez. 2009.

SILVA, M. A. M. O trabalho oculto nos canaviais Paulistas. **Agrária**, São Paulo Nº2, pp.2-39, 2005.

\_\_\_\_\_. A morte ronda os canaviais Paulistas. **Revista Abra**, V.3, N.2, ag/dez, 2006, p. 11-143

\_\_\_\_\_. Trabalho e trabalhadores na região do “Mar de cana e do Rio de Álcool”. **Perspectivas**, São Paulo V. 39 Jan-Jun 2011

THOMAZ JUNIOR, A. **Por trás dos canaviais os nós da cana** (Uma contribuição ao entendimento da relação Capital X Trabalho e do Movimento Sindical dos Trabalhadores na Agroindústria Canavieira Paulista). São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.



\_\_\_\_\_. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI (Limites explicativos, autocrítica e Desafios Teóricos)**. Tese (Livre Docência em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2009, volumes 1 e 2. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/LD/inciar.html>>. Acesso: 14 abr. 2012

\_\_\_\_\_. O Agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do Século XXI. **Campo Território**, V. 5, N° 10, Uberlândia, 2010.

\_\_\_\_\_. Degradação e Centralidade do Trabalho (As Contradições da Relação Capital x Trabalho e o Movimento Territorial de Classe). **Pegada**, Presidente Prudente, 2012, V.13, N°2, p. 4-19.

\_\_\_\_\_. A Nova Face do Conflito pela Posse da Terra no Pontal do Paranapanema (SP): Estratégia de Classe do Latifúndio e do Capital Agroindustrial Canavieiro. In: **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. V.2. ANTUNES, R. (Org.). São Paulo: Boitempo, 2013a. pp. 325-340.

\_\_\_\_\_. Territórios em Disputa e Movimento Territorial do Trabalho e da Classe Trabalhadora. **Pegada**, Presidente Prudente, V.14, N°2, 2013b, pp. 1-24.

\_\_\_\_\_. Trabalho e Saúde no Ambiente Destrutivo do Agrohidronegócio Canavieiro no Pontal do Paranapanema (SP) - BRASIL. Presidente Prudente, **Pegada**, V.14, N°2, 2014, pp. 01-15.

\_\_\_\_\_. Movimiento territorial del trabajo en el campo y de la clase trabajadora. In: HIDALGO, F.; HOUTART, F.; LIZÁRRAGA, C. P. (Orgs.). **Agriculturas campesinas en Latinoamérica** - Propuestas y desafíos. Quito: Clacso/IAEN, 2014. pp. 181-198. ISBN: 978-9942-950-43-7

Disponível em: [http://www.clacso.org.ar/libreria\\_cm/archivos/pdf\\_312.pdf](http://www.clacso.org.ar/libreria_cm/archivos/pdf_312.pdf)

\_\_\_\_\_. Degradação Sistêmica do Trabalho no Agrohidronegócio. **Mercator**, Fortaleza, v.16, 2017, p.1-20. Disponível: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/2082>>. Acesso em: 26 nov. 2017. doi: <https://doi.org/10.4215/rm2017.e16020>

\_\_\_\_\_. Geografia do Trabalho por Inteiro. **Pegada**, Presidente Prudente, V.19, N. 2, 2018a, p.6-56.

\_\_\_\_\_. Movimento Territorial do Trabalho e Desterreação do Sujeito/Classe. In: **Geografia e Trabalho no século XXI**. N.9. Presidente Prudente: Editorial Centelha, 2018b. p.32-74.

THOMAZ JUNIOR, A.; LEAL, A. C.; GUIMARÃES, R. B.; Luchiari, A. Conflitos Territoriais, Relações de Trabalho e Saúde Ambiental no Agrohidronegócio Canavieiro no Pontal do Paranapanema (SP). **Scripta Nova** - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales - Vol. XVI, núm. 418 (30), noviembre de 2012. Universidad de Barcelona. Disponível: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-418/sn-418.htm>

THOMAZ JUNIOR, A.; LEÃO, L. H. C.; PIGNATI, W. A. Trabalho Rural, Degradação Ambiental e Contaminação por Agrotóxicos. In: **Avesso do Trabalho IV**, São Paulo: Expressão Popular, 2016.

## Apêndices

### Roteiro de entrevista aplicado com os trabalhadores

#### III- INFORMAÇÕES GERAIS

1 – Nome:

2- Idade:

3 – Escolaridade:

4 - Estado civil.....tem filhos.....quantos.....

5- Município/cidade onde reside.....

6 - Cidade/estado de origem.....

7- Ocupação:.....  
.....

8. Local onde trabalha:.....

9. Há quanto tempo trabalha nesta empresa:.....

10. Possui registro em Carteira de Trabalho Sim ( ) Não ( ).

#### IV- INFORMAÇÕES SOBRE O TRABALHO

1 – Me conte um pouco sobre a sua história de vida e como é o seu trabalho (pedir para a pessoa falar sobre o que ela faz a rotina de trabalho evidenciando como é a sua função e o seu processo de trabalho). Atenção se a pessoa já tiver trabalhado em usinas de açúcar e álcool pedir a ela para explicar com mais detalhes a respeito destas experiências, período em que trabalhou e função que exerceu, porque deixou o emprego.

2- A empresa que você trabalha ou trabalhou garantia os seus direitos tais como: Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), FGTS, férias, 13º salário, adicional de insalubridade?

- 3 – Você tem algum problema de saúde? Qual? (Após a pessoa responder, no caso de ela ter problemas de saúde, investigar se estes decorrem do trabalho).
- 4- Você acredita que o trabalho na cana-de-açúcar ao longo dos anos pode trazer algum problema a sua saúde? Por quê?
- 5 – Neste trabalho acontecia (acontece) muito acidente? Quais os mais comuns?
- 6 - Em sua opinião o que mais leva a ocorrência destes acidentes? Eles poderiam ser evitados? Como?
- 7- Quando ocorre algum acidente de trabalho, o que é feito? Qual serviço de saúde é procurado? (Se for com ele, perguntar se houve afastamento do trabalho).
- 8 – Você sabe dizer se a empresa usa algum veneno nos canaviais? (No caso afirmativo, fazer outra pergunta: Você acredita que os venenos que a empresa usa podem afetar a saúde das pessoas? Por quê?).
- 9 - Você sabe dizer se alguém já passou mal alguma vez por conta do veneno usado na lavoura ou algum caso que animais foram afetados? (no caso afirmativo, perguntar: O que foi feito? Qual a assistência que a empresa ofereceu? Procurou algum serviço de saúde, qual? Recebeu alguma orientação? Foi feito algum tipo de registro afirmando que se tratava de acidente de trabalho?).
- 10 - De modo geral, você ou alguém de sua família apresenta algum problema de saúde (tosse, alergias)? (A partir de quando).
- 11 - A empresa oferece plano de saúde aos trabalhadores? Se sim, qual?
- 12 - Diante de um problema de saúde com afastamento do trabalho a empresa desconta as faltas no salário?
- 13 - Quando você ou alguém de sua família tem algum problema de saúde, qual a PSF/Instituição de Saúde que vocês procuram?
- 14 - Como são realizados os pagamentos nas empresas canavieiras? (salário fixo (mínimo ou rural), trabalho por produção ou metas diárias)?
- 15 - A empresa oferece algum prêmio para os trabalhadores, por exemplo: bônus salariais, participação nos lucros e resultados, televisão, moto, celular, aparelho de som, fogão etc. Se o trabalhador faltar ao trabalho, qual o procedimento que a empresa utiliza? É importante não faltar, por quê?
- 16 - O corte da cana de açúcar aqui vem sendo feito por máquinas? (Conforme a resposta perguntar: como você vê isso?). Você acha que tem diminuído o corte manual? Qual a sua opinião sobre o corte mecânico?
- 17- Você acha que o corte manual/mecânico oferece riscos à saúde, quais? Por quê?

18- E sobre o plantio de cana, como este vem sendo feito? Você acredita que o plantio de cana-de-açúcar oferece riscos á saúde? Quais e por quê?

19 - A inserção das máquinas nos canaviais trouxe mudanças para sua vida? Se sim, quais?

20 - Você já fez ou tem intenção de fazer algum curso de qualificação profissional? Se sim, qual? (operador de colhedora, trator transbordo, pulverização aérea ou mecânica). Qual a importância de fazer algum destes cursos?

21 - Como você analisa as ações dos sindicatos?

22 – Os sindicatos estão presentes e acompanham os trabalhadores? Eles fazem assembleias ou tentam se aproximar de vocês de alguma forma?

23 – O que você entende por sindicato? Para o que você acha que serve o sindicato? Os sindicatos atuais estão preocupados com a saúde e melhoria das condições de trabalho (e salário) dos trabalhadores?

24 - O que você achava da obrigatoriedade do imposto sindical?

25 – Como você avalia a assistência do sindicato (dentista, descontos em consultas médicas, atendimento para providenciar documentos)?

26 – Com a reforma trabalhista aprovada no Senado e logo, ao que tudo indica, com a aprovação da Reforma da Previdência, o que você acha que vai mudar para os trabalhadores e para os sindicatos?

### **Roteiro de entrevista aplicado com os representantes das entidades sindicais.**

Sindicato.....  
 Nome do Entrevistado: .....  
 Função.....  
 período que exerce a função.....  
 Município onde se localiza a Unidade sindical.....

1 – O que o senhor entende por sindicato? E qual seria função deste?

2- De modo geral poderia falar sobre o histórico do sindicato e sua atuação como sindicalista. (ano de fundação/se a sede é própria). Quais os municípios que abrange sua base sindical?

3 - Qual a Confederação, Federação e Central Sindical que seu sindicato está inserido?

4- Quais são as principais fontes/contribuições para o orçamento do sindicato?

5- Como funcionou até o momento a questão do imposto sindical (até a aprovação da Reforma Trabalhista)?

- 6 - Qual é o número de trabalhadores na base e o número de trabalhadores filiados no STR?
- 7 - Quais os meios de aproximação que o STR tem com a base? Qual é a frequência das assembleias? Aonde são feitas as assembleias?
- 8 - Qual tipo de assistência vocês oferecem para os trabalhadores?
- 9 - Quais foram as principais mudanças que ocorreram no setor canavieiro nos últimos anos? Como você avalia tais mudanças?
- 10 - As agroindústrias canavieiras têm investido na mecanização da colheita e do plantio da cana-de-açúcar?
- 11 - Qual destino dos trabalhadores canavieiros (ex-cortadores de cana)? Foram inseridos nesse novo mercado/processo de trabalho?
- 12 - Os trabalhadores da região têm buscado os cursos de qualificação profissional?
- 13 - A terceirização do trabalho chegou às agroindústrias canavieiras? Se sim, em quais setores? Como você avalia esse processo?
- 14 - A região/município conta com trabalhadores migrantes atuando nas agroindústrias canavieiras? Se sim, em quais setores?
- 15 - Os trabalhadores migrantes procuram o sindicato? Se sim, quais os objetivos? Há diferença no tratamento, por parte do sindicato, com relação aos trabalhadores migrantes e trabalhadores da região?
- 16 - Quais são as principais dificuldades enfrentadas pelo trabalhador canavieiro na atualidade?
- 17 - A unidade canavieira oferece plano de saúde aos trabalhadores?
- 18 - Existem a ocorrência de acidentes de trabalho ou adoecimentos nas usinas de cana-de-açúcar (vocês recebem as CAT's)? Como o Sindicato procede quando há esses acidentes de trabalho ou adoecimentos relacionados com a função laboral?
- 19 - Como funciona as CATs?
- 20 - Com relação ao uso de agrotóxicos, como você avalia essa prática, seja pelo viés ambiental ou do trabalho? Há casos de trabalhadores que tomaram banhos de veneno e adoeceram? Caso haja casos, o que o sindicato faz para tentar mudar essa realidade? Vocês acompanham estes trabalhadores e pressionam as agroindústrias?
- 21 - O Sindicato tem notado alguma peculiaridade no que se refere à saúde dos trabalhadores da base, seja transtornos psicológicos, depressão, crises de ansiedade ou mesmo problemas físicos?
- 22 - Existem mulheres atuando no setor canavieiro? Se sim, em quais setores? Como o sindicato tem tratado essas mulheres? Há mulheres com cargos e representação no STRs?

- 23 - Como você analisa a atual conjuntura vivenciada pelo setor canavieiro na atualidade?
- 24 - Como o sindicato avalia o potencial da região para as atividades canavieiras na atualidade?
- 25 - Como são realizados os acordos coletivos entre sindicato e unidade empregadora?
- 26 - Quais as maiores dificuldades que o sindicato enfrentam para trabalhar?
- 27 - O STR tem relação com sindicatos da mesma categoria na região?
- 28 - O STR tem curso de formação política para os trabalhadores e os dirigentes?
- 29 - Como é a relação entre o STR e o sindicato patronal?
- 30 - Qual é o cenário que você visualiza agora que foi aprovada a Reforma Trabalhista no Senado? Como isso, em sua avaliação, prejudicará os sindicatos dos trabalhadores rurais e os trabalhadores de forma geral?

**Roteiro de entrevista aplicado com os profissionais da área da saúde.**

**REPRESENTANTES DA ÁREA DA SAÚDE**

**I. IDENTIFICAÇÃO**

**II. APRESENTAÇÃO DA PESQUISA**

Nome	do	Entrevistado	(a):
.....			
Função.....			.....
Município			onde
atua.....			.....
Instituição			onde
atua.....			.....

- 1 – Nos conte um pouco sobre a sua trajetória de vida e experiência na área da saúde como profissional. Especificar se o profissional da saúde já tenha atuado nas unidades básicas de saúde.
- 2- Qual é a sua visão sobre saúde do trabalhador?
- 3 – Existe relação entre trabalho e saúde?
- 4- Qual é a importância de falar sobre saúde do trabalhador?
- 5- O que é ergonomia, a partir da leitura e prática de um profissional da área da saúde?
- 6 – O senhor (a) faz parte ou tem vínculo com algum grupo de pesquisa que trata da saúde do trabalhador, ligado a alguma universidade?

7 – Na sua opinião, qual é o maior problema do SUS hoje em dia e que impacta diretamente a saúde dos trabalhadores?

8 – Qual é a visão predominante que os profissionais da saúde têm com relação à saúde do trabalhador, em outras palavras, a relação entre trabalho e saúde?

9 – Como você avalia a saúde do trabalhador no setor agroindustrial canavieiro da região? Quais são as principais reclamações e problemas de saúde que podemos encontrar em trabalhadores do setor?

10 – Quais são os desafios para a saúde pública em nossa região nos próximos anos?